

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Alba Fernanda Oliveira Brito

O diário de classe e a cultura material escolar do curso técnico regular em mecânica da escola
técnica federal de São Paulo (1986-1989).

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE.

São Paulo

2016

Alba Fernanda Oliveira Brito

O diário de classe e a cultura material escolar do curso técnico regular em mecânica da escola técnica federal de São Paulo (1986-1989).

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini.

São Paulo

2016

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, irmãos e sobrinhos. E, em especial, a minha mãe pelo cuidado, amor, dedicação na educação dos filhos e pelo gesto da leitura diária, que fez despertar em mim o interesse pelos livros.

AGRADECIMENTOS

- ✓ Ao Deus em quem deposito a minha fé, que um dia me escolheu para que a educação fosse fruto do meu trabalho e me fez crer que a ESCOLA é o melhor caminho para a dignidade e o respeito ao ser humano.
- ✓ Ao professor Daniel Ferraz Chiozzini pela convivência da pesquisa orientada e pela gentileza ao transmitir os seus conhecimentos durante as aulas. MUITO OBRIGADA!
- ✓ As professoras Circe M. F. Bittencourt e Fátima B. De Benedictis Delphino pela participação e importante colaboração na qualificação. MUITO OBRIGADA!
- ✓ A todos os meus professores e colegas de vivência em sala de aula do curso de pós-graduação da PUC-SP, cujos saberes socializados de maneira tão generosa tornou-me uma educadora melhor. MUITO OBRIGADA!
- ✓ A FUNDASP por gentilmente financiar os recursos dessa pesquisa e ao IFSP pelo incentivo à qualificação ao dispensar-me da rotina do trabalho. MUITO OBRIGADA!
- ✓ À Área de Mecânica do IFSP – Campus São Paulo que permitiu trazer a luz uma parte de sua história, o trabalho realizado por seus professores e o aprender de seus alunos. MUITO OBRIGADA!
- ✓ Ao amigo e colega de trabalho Carlos Alberto Vieira, professor de matemática da ETFSP, ex-diretor do IFSP-Campus São Paulo, pelas sugestões. MUITO OBRIGADA!
- ✓ Ao amigo, ex-aluno e ex-colega de trabalho da ETFSP Renato Paschoalinoto, responsável pelo Sistema de Ensino - Diário de Classe da ETFSP entre 1985-1992. MUITO OBRIGADA!
- ✓ Aos funcionários do IFSP que participaram comigo na busca pelas fontes (Protocolo Geral: Adalberto R. Queiroz, Meirice Alda de Moura, Décio Assumpção, Augusto Martins de Oliveira; Serviços Gerais: Vanusa Aparecida Viana e Elisia Santos Bugaglio; Secretaria do Técnico: Leonardo e Edu Lennon). MUITO OBRIGADA!

BRITO. Alba Fernanda Oliveira Brito. *O diário de classe e a cultura material escolar do curso técnico regular em mecânica da escola técnica federal de São Paulo (1986-1989)*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Orientação: Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini. São Paulo: PUC-SP, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise sobre uso do diário de classe na Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), estabelecimento de ensino autárquico, oriunda da Escola de Aprendizizes Artífices (EAA) que, durante quase quarenta anos (1959-1998) de existência, formou técnicos de nível de 2º grau na capital paulista para atender ao mercado industrial brasileiro. Após várias transformações, com diferentes nomenclaturas, atualmente é denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). As fontes documentais principais são os conjuntos de diários de classes produzidos pelos professores que ministraram aulas em disciplinas técnicas (específicas) e de cultura geral (propedêuticas) no Curso Técnico Regular em Mecânica da ETFSP, especificamente entre os anos de 1986 e 1989. Tendo como objetivo investigar a relação do diário de classe com a cultura material escolar e da sua escrita ordinária com uma reflexão e desenvolvimento da prática docente, realiza-se uma pesquisa de cunho qualitativo, centrada na metodologia de análise dos conteúdos ali registrados. As teorias que fundamentam a pesquisa estão apoiadas em estudos sobre a prática docente, documentos e arquivos escolares que se inserem no campo da cultura material escolar. Nesse sentido, a pertinência da investigação se coloca também por problematizar historicamente não apenas o documento em si, mas também seus usos e necessidades. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que o diário de classe não é visto pelos sujeitos envolvidos como uma ferramenta de apoio, reflexão e desenvolvimento da prática pedagógica docente, mas como um documento procedimental para a descrição das tarefas realizadas no interior da sala de aula, solidificando a cultura de documento burocrático e de controle e fiscalização do trabalho docente, ainda que a ETFSP o tenha como ferramenta de apoio para subsidiar as ações pedagógicas.

Palavras-chaves: diário de classe, documento escolar, prática docente, ETFSP.

ABSTRACT

This research presents an analysis on the use of the class record book at Escola Técnica Federal de São Paulo (São Paulo Technical School - ETFSP), an Autonomous Entity Education Establishment, originally arising from the Escola de Aprendizes Artífices (School of Apprentices and Artifices - EAA) which, for almost forty years (1959-1998), formed Secondary Education technicians in the Capital City of São Paulo, in order to meet the Brazilian Industrial Market at that period. After several renewals and names, it is currently called Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (São Paulo Federal Institute of Education, Science and Technology - IFSP). The main document sources are sets of class record books filled out by professors who ministered technical (specific) and general culture (propedeutics) classes at the Mechanics Regular Course of ETFSP between 1986 and 1989. Aiming at investigating the relationship between the class record books and the school material culture and its ordinary writing with reflections and development of the teaching practice, a qualitative research is made, centered in the analysis methodology of the contents registered. The theories in which the research are based on have support from teaching practice studies, documents and school archives inserted in the school material culture field. In that direction, the investigation relevance is also related to the fact that it historically discusses not only the document itself by also its uses and needs. The results obtained in the research indicate that the class record book it is not seen by the individuals involved as a support, reflection and teaching practice development tool, but as a procedural document for the description of tasks undertaken in the classroom, solidifying the culture of bureaucratic documents and inspection of the teaching work, even though ETFSP considers it a support tool for pedagogical activities.

Keywords: class record book, school document, teaching practice, ETFSP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Questões norteadoras.....	5
A busca e o lugar das fontes.....	8
CAPÍTULO 1 - Histórico da Escola Técnica Federal de São Paulo - ETFSP	16
Primeira Parte - 1910-1933 – Do ensino de oficinas ao ensino técnico industrial	16
1933- 1959 - O ensino técnico industrial em mudança	23
Segunda Parte – A Escola Técnica Federal de São Paulo - ETFSP.....	26
1960 - 1980 - Uma escola diferente	26
1980 - 1990 – ETFSP - Uma escola globalizada	34
Terceira Parte – O Curso Técnico Regular Em Mecânica	45
O Técnico em Mecânica	45
Instalações Físicas do Curso	47
A Coordenação do Curso Técnico Regular em Mecânica.....	50
Corpo Docente – Seleção e Formação Acadêmica.....	51
Corpo Discente – Seleção e Perfil Social.	55
Estrutura Curricular do Curso Técnico Regular em Mecânica	58
CAPÍTULO 2 - Documentos Escolares	61
A Inserção do diário de classe no cotidiano escolar	65
O lugar do diário de classe na cultura material escolar	71
O Uso do Diário de Classe no Cotidiano Escolar	73
CAPÍTULO 3 - O diário de Classe da ETFSP	76
A construção de um modelo – aspectos gráficos.....	76
A escrita nos diários de classe – aspectos gerais	89
O ato de escrever – aspecto reflexivo.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
ANEXOS	120

LISTA DE SIGLAS

ASSETEFESP – Associação de Servidores Técnicos Federais de São Paulo

CD – Cargo de Direção

CE – Conselho de Educação

CEC – Coordenadoria de Exames e Classificação

CEN – Coordenadoria de Ensino

CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional

CFE – Conselho Federal de Educação

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

CIE-E – Coordenadoria de Integração Escola – Empresa

CNC – Controle Numérico Computadorizado

COE – Coordenadoria de Orientação Educacional

COPLAN – Coordenadoria de Planejamento

CPD – Centro de Processamento de Dados

CPS – Caracter Por Segundo

CRD – Coordenadoria de Recursos Didáticos

CRE – Coordenadoria de Registros Escolares

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CSP – Coordenadoria de Supervisão Pedagógica

CPS – Caracter Por Segundo

DA – Departamento de Administração

DE – Diretoria de Ensino

DP – Departamento de Pessoal

DPAD – Departamento de Apoio Didático

EAA – Escola de Aprendizes Artífices

EHPS – Educação, História, Política, Sociedade

ETF's – Escolas Técnicas Federais

ETFSP – Escola Técnica Federal de São Paulo

FG – Função Gratificada

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NTP – Núcleo Técnico Pedagógico

PRD – Processamento de Dados

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RDE – Regime de Dedicção Exclusiva

RI – Regimento Interno

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Arquivo morto – Maio/2014.....	10
2. Arquivo morto – Dezembro/2014.....	11
3. Arquivo morto – março/2016.....	14
4. Grupo escolar Caetano de Campos – São Paulo.....	19
5. Área externa - escola de aprendizes artífices – 1924.....	19
6. Área interna - escola de aprendizes artífices – 1964.....	20
7. Livro de matrícula – escola de aprendizes artífices – 1925.....	21
8. Anúncio de jornal exclusivo para alunos da ETFSP – 30/01/1972.....	30
9. Anúncio de jornal para alunos técnicos industriais – 30/01/1972.....	31
10. Vista aérea da ETFSP – 1998.....	32
11. Organograma da ETFSP – 1987-1989.....	41
12. Planta simplificada – área interna da ETFSP- 1980.....	48
13. Modelo de diário de classe da década de 1970 – curso eletrotécnica.....	75
14. Frente e verso do diário de classe da ETFSP – década de 1980.....	80

LISTA DE TABELAS

Página

1. Turmas do Curso Técnico Regular em Mecânica – 1986-1989.....	13
2. Turmas do Curso Técnico Regular em Mecânica – Foco de Análise	15
3. Área de Oficinas e Laboratórios de Mecânica – Década de 1980.....	49
4. Grau de Formação dos Docentes da Área de Mecânica.....	54
5. Inscrições Anuais de Candidatos da ETFSP – 1986-1989.....	56
6. Gênero: matrículas entre 1986-1989.....	56
7. Legislação Educacional e Escrituração Escolar.....	63

ANEXOS

	Página
AA - Decreto 7.566 de 23/09/1910	120
AB – Plano de Ensino – Disciplina Propedêutica 1986.....	122
AC – Plano de Ensino – Disciplina Propedêutica 1988.....	125
AD – Grade Curricular – Ano de 1977	128
AE – Grade Curricular Reformulada – década de 1988	129
AF – Modelos de Diários de Classe ETFSP – década de 1980	130
AG – Fotos – Oficina Mecânica – década de 1960	137
AH - Comunicado – DPAD	138

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma análise sobre o uso do diário de classe, documento instituído oficialmente nas escolas no início do século XX. O estudo se propôs a investigar o conjunto de diários de classe do Curso Técnico Regular em Mecânica em uma escola de educação profissional denominada de Escola Técnica Federal de São Paulo entre os anos de 1986-1989.

A pesquisa está diretamente relacionada com a minha atividade profissional na área de ensino desde 1985 na antiga Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP). As minhas inquietações relativas à escrituração e documentação escolar iniciaram na década de 1990, a partir do trabalho monográfico que realizei junto ao curso “Gestão em Registros Acadêmicos”, oferecido na época pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O meu interesse em investigar o diário de classe não surgiu de forma repentina, mas em razão de minha atuação no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no IFSP nos últimos 09 (nove) anos. Essa rotina de trabalho está relacionada diretamente aos registros das atividades práticas docentes no contexto da sala de aula e no cotidiano da instituição.

Durante o fazer diário de minhas atividades profissionais, foi possível perceber uma espécie de repúdio e, ao mesmo tempo, de aceitação quanto ao diário de classe. Essa atitude veio especialmente por parte daquele que atua diretamente no interior da sala de aula – o professor. Em alguns momentos durante minhas atividades diárias, pude ouvir que “o diário de classe não passa de um documento burocrático e de controle e fiscalização da prática docente”. Será mesmo?

E, refletindo sobre esse paradoxo que acompanha a prática docente referente a esse documento oficialmente institucionalizado no interior da escola há mais de um século, e a dúvida se de fato esse é um documento burocrático e de fiscalização da prática docente, associado aos muitos documentos que registram as práticas pedagógicas no interior da escola e da sala de aula que ainda estão sendo descobertos pelos historiadores e pesquisadores no campo da educação, em especial no que se refere à cultura escolar e cultura material escolar, vislumbrei um tema novo a ser explorado.

O campo escolhido para a realização da pesquisa remonta à consolidada Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), antigo estabelecimento de ensino da capital paulista, que durante quase quarenta anos (1959-1998) de existência formou técnicos de nível de 2º grau para atender ao mercado industrial brasileiro. Após várias transformações com diferentes nomenclaturas, atualmente é denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Elegem-se como fontes documentais principais os conjuntos de diários de classes produzidos pelos professores que ministraram aulas em disciplinas de cultura geral (propedêuticas) e técnicas (específicas) no Curso Técnico Regular em Mecânica da antiga ETFSP especificamente entre os anos de 1986 e 1989. A escolha pela investigação específica desse conjunto de diários de classe não ocorreu de forma aleatória, mas em função de algumas condições que considero importante para subsidiar essa pesquisa.

Primeiramente, refere-se à antiguidade do curso na instituição; em segundo lugar, por ser uma área com grande estrutura física e material, pelo quadro de professores com larga experiência na área da indústria e tecnologia, incluindo boa formação acadêmica, dedicação na construção da história da educação profissional e da própria instituição por parte destes. E em terceiro e último lugar, pela quantidade de diários de classe encontrada na instituição à disposição para pesquisas.

A pesquisa é subsidiada ainda pelos programas de ensino do referido curso, matrizes curriculares, legislações voltadas à educação profissional e procedimentos internos relativos aos documentos escolares, armazenados no *arquivo morto*¹ e em diversos setores da instituição ainda em atividade.

Visando compreender se a escrita ordinária do diário de classe permite uma reflexão e desenvolvimento da prática docente, proponho uma pesquisa qualitativa, centrada na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), partindo do suporte material impresso diário de classe, bem como dos conteúdos ali registrados.

Nas três últimas décadas, o interesse pelos fatos ocorridos cotidianamente no interior da escola, inclusive da sala de aula, tem possibilitado o desvio do olhar do pesquisador em

¹ **Arquivo morto:** arquivo de documentos antigos, raramente consultados. (Houaiss, 2009). Embora a arquivística tenha abandonado essa nomenclatura, é assim que a instituição denomina o local onde estão guardados os documentos antigos da ETFSP.

história da educação, em direções não tradicionais na busca por novas fontes e objetos de pesquisa. Tal fenômeno vem ocorrendo porque o interior da escola tem sido visto como um vasto celeiro de possibilidades de investigações, emergindo dos arquivos escolares entulhados de documentos, das práticas docentes dentro e fora da sala de aula, “objetos escolares, da arquitetura dos edifícios escolares, dos recursos didáticos, impressos entre outros” conforme apontados por Souza (2007, p. 170) em suas pesquisas sobre cultura material escolar.

A expressão cultura material escolar, por sua vez, passou a ser utilizada na área da História da Educação nos últimos anos, influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação.

Com isso, verificou-se também, um aumento expressivo nas pesquisas acadêmicas em temas relacionados à cultura escolar e especificamente da cultura material escolar.

No dia a dia, a escola produz grande quantidade e variedade de suportes materiais que se destinam aos registros escolares. Nesses suportes são relatados e retratados os fatos que ocorrem no cotidiano escolar do início ao término do ano letivo, testemunhando as experiências do vivido. Para muitos autores que se debruçam sobre estudos referentes à história da educação, os fatos ocorridos no interior da escola são resultados das atividades práticas de todos os sujeitos que dela participam e são registrados em suportes bem específicos (atas, livros de matrículas, avaliações, boletins e históricos escolares, fotografias, vídeos, jornais, diários de classe, relatórios de professores, notas fiscais, agendas escolares) entre outros.

De todos os suportes utilizados no cotidiano escolar, um em especial nos chama a atenção pela sua singularidade, escrita ordinária e seu vínculo institucional - o diário de classe. Nesse sentido, a pertinência da investigação se coloca também por problematizar historicamente não apenas o documento em si, mas também seus usos e necessidades, uma vez que o ato de registrar possibilita que num determinado tempo e espaço a história vivida seja construída e reconstruída, interpretada e reinterpretada, conhecida e reconhecida.

Zabalza (2004, p. 13) em seus estudos sobre os “diários de aulas ou diários de classe” propõe outras possibilidades de uso do diário de classe pelo docente. Inicialmente, deixa claro que é preciso saber a definição desse documento e, em seguida, reconhecer as possibilidades que o mesmo oferece ao trabalho do professor. E, para isso é necessário que o professor reflita

sobre o seu trabalho realizado em sala de aula, mesmo que esse registro seja feito em um documento instituído oficialmente. Ao expressar sobre o próprio trabalho desenvolvido no interior da sala de aula, mesmo que obrigatório, os escritos dos professores, registrados oficialmente, quase que diariamente no diário de classe, possibilitarão a esses profissionais maiores reflexões sobre suas práticas, seus métodos de ensino, seus dilemas, inquietações e seus padrões profissionais de trabalho no cotidiano escolar. O registro reflexivo de sua prática profissional docente poderá se transformar em uma ferramenta de apoio de desenvolvimento profissional e pessoal.

Nesse mesmo sentido Alves (2005, p. 66), em suas reflexões sobre “os dilemas de uma professora principiante”, afirma que o diário de classe oferece aos professores uma grande possibilidade de autorreflexão sobre suas ações. Ao escrever cotidianamente suas vivências em sala de aula, o professor expõe, explica e interpreta suas ações e cria possibilidades de mudanças de atitude. “O diário fornece um registro de esforço cotidiano para gravar a contínua mudança do presente”. Essa leitura que o autor faz sobre os diários de classe, contrasta com a perspectiva na qual o diário de classe é reduzido a um documento burocrático de controle e fiscalização do trabalho docente. Daí a necessidade de investigá-lo historicamente.

Essa perspectiva, também encontra apoio nos estudos e reflexões de Souza (2007, p. 179) sobre a cultura material escolar. Para a autora, quando determinado objeto a ser investigado é permeado por contextos sociais, cultural, de valores e usos diversificados ao longo do tempo, adquire novos significados, além daqueles visíveis em sua própria materialidade, podendo tornar-se uma rica fonte de informação.

Assim, é necessário investigar se o diário de classe poderá transformar-se em um instrumento de reflexão e de pesquisa de sua prática e também contribuir para a construção da história da educação. E para tal, como expressou Burke (2010, p. 91) em suas pesquisas sobre a nova história cultural é necessário retirá-lo do “porão” e elevá-lo ao “sótão”.

Questões norteadoras

Sendo um instrumento materializado no cotidiano escolar por quase dois séculos, se considerarmos as determinações legais sobre o exercício da prática docente, impostas no período imperial e as necessidades e os usos que se fazem deste documento até os nossos dias, por que não investigar esta tipologia documental como um possível suporte de registro de reflexão e desenvolvimento da prática docente?

Em que medida esta escrita, por meio do diário de classe, instrumento que no senso comum é considerado de controle e fiscalização do trabalho docente, burocraticamente institucionalizado, pode contribuir para o desenvolvimento da prática docente?

Por que não considerá-lo como fonte para a construção da história da educação brasileira, integrante da cultura material escolar e para a investigação sobre a prática docente?

Onde e como foram escritos os diários de classes da ETFSP referentes aos de 1986 a 1989?

Nesse sentido, a perspectiva central da investigação é analisar como são expressas no diário de classe as práticas docentes desenvolvidas em sala de aula em suas diversas dimensões (metodologia, avaliação, currículo, aspectos gráficos do impresso).

Além disso, é importante saber que possibilidades os diários de classe oferecem para a compreensão do desenvolvimento do profissional da prática docente no cotidiano da instituição durante os anos de 1986 a 1989.

Estrutura dos capítulos

A partir dos respaldos das disciplinas cursadas e dos referenciais teóricos propostos, das apresentações de seminários individuais durante as aulas, da participação em congressos e grupo de pesquisa, das anotações, das leituras e das orientações e as fontes documentais encontradas no *arquivo morto* e setores da instituição (ETFSP), a presente pesquisa se constitui em (03) três capítulos.

No capítulo 1, aborda-se de forma geral e expositiva a origem e criação da ETFSP, uma vez que a história desta instituição se confunde com a própria história da educação profissional no Brasil e em particular na cidade de São Paulo. Para melhor compreensão dessa trajetória secular, privilegiou o momento político, histórico e econômico que esta se inseriu. Optou-se pela divisão deste capítulo em três partes.

Na primeira parte, a abordagem será em torno dos marcos históricos e legais que configuram a história do ensino técnico industrial brasileiro enfatizando a ETFSP que, ao longo de sua existência (106 anos), recebeu várias nomenclaturas.

Denominada em sua origem de Escolas de Aprendizes Artífices pelo Decreto 7.566/1909, passa a se chamar Liceu Industrial pela reforma instituída na Lei nº 378/1937, de Escola Industrial de São Paulo pelo Decreto nº 4.127/1942, de Escola Técnica Federal pela Lei nº 3.522/1959 e Escola Técnica Federal de São Paulo pela Lei nº 4.759/1965. Com o passar dos anos, os cursos industriais básicos foram dando lugar ao ensino técnico profissionalizante de 2º grau.

Na segunda parte, o destaque será para o processo de consolidação da ETFSP diante de uma estrutura organizacional diferenciada, iniciada na metade da década de 1960 com a valorização das Escolas Técnicas Federais (ETF's), tendo o seu auge na década de 1980, início da globalização tecnológica e da redemocratização do país.

A ETFSP, amparada pela boa qualidade de ensino oferecida em seu espaço, atividades de ensino diversificadas, sob a égide das legislações vigentes de que trata a educação profissional, consolidou-se por 40 anos, destacando-se dentre as escolas públicas e privadas da capital paulista por gozar da condição de autarquia e autonomia didática e de gestão

financeira, adequada infraestrutura, rigoroso processo seletivo de alunos e corpo docente altamente qualificado.

Na terceira parte, prioriza-se o Curso Técnico Regular em Mecânica ou Curso de Mecânica como ficou conhecido amplamente, caracterizando o perfil do técnico em mecânica, instalações físicas do curso (localização, equipamentos, laboratórios, oficinas, salas de aulas) e dos sujeitos que ali frequentam (professores e alunos). A ênfase para os sujeitos que ensinam será dada ao processo de seleção, perfil acadêmico e profissional. E, para os sujeitos que aprendem, o destaque será para a forma de ingresso no curso, a faixa etária, o gênero e a classe social.

No capítulo 2, apresento o suporte material diário de classe, como elemento da cultura material escolar, integrante da escrituração escolar, inserido na categoria de documentos escolares, suas concepções, seus formatos e sua inserção no cotidiano escolar, bem como o lugar que este vem ocupando na instituição escolar e na ETFSP.

No capítulo 3, mostra por meio da análise documental os diários de classe da ETFSP em seu aspecto gráfico, o processo de construção do modelo utilizado, a forma de registrar o ocorrido em sala de aula, as peculiaridades no ato da escrita dos professores, assim como as possibilidades e potencialidades que esse documento poderá oferecer na reflexão e no desenvolvimento da prática docente.

Espera-se que os conhecimentos adquiridos e os caminhos percorridos durante esta pesquisa resultem em contribuições para o campo da História da Educação, juntando-se àqueles que nas últimas décadas vem se dedicando aos estudos, reflexões e debates relacionados ao interior da escola. Assim, o leitor terá a possibilidade de conhecer sobre as práticas que de fato ocorrem no interior da sala de aula, por meio de um impresso tão singular inserido há mais de um século no universo escolar.

A busca e o lugar das fontes

Considero importante apresentar o itinerário percorrido na busca pelas fontes, visto que esse se realizou inicialmente pelo lugar das fontes documentais e, em seguida, pela coleta e análise prévia dos documentos.

Na primeira etapa, o objetivo primordial foi encontrar as fontes que pudessem dar o suporte necessário à pesquisa. Deste modo, a visita ao arquivo escolar fez-se gênero de primeira necessidade.

Mogarro (2005), em suas abordagens sobre os arquivos e a educação sugere uma reflexão sobre o lugar dos arquivos escolares, os tipos de documentos, a sua natureza e as possibilidades potenciais desse universo para a investigação no campo da história da educação e das instituições escolares, uma vez que para a autora:

Os arquivos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, produzidos pelos sujeitos da escola e da própria instituição em suas atividades cotidianas. MOGARRO (2005, p. 78).

Os materiais disponíveis nos arquivos escolares, muitas vezes denominados de *arquivo morto* têm muito a oferecer em termos de pesquisa e podem ser transformados em “arquivos históricos ou de memórias” como sugere VIDAL (2005, p. 24). No entanto, se estes não se restringirem às secretarias escolares ou as normas legais, e:

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere). VIDAL (2005, p. 24).

Isso significa que o arquivo é um campo fértil para o novo terreno da pesquisa sobre cultura material escolar, pois nesses espaços repletos de documentos escolares produzidos internamente pela instituição escolar (diários de classe, programas de ensino, planos de aulas, projetos de cursos, regulamentos, circulares), como também aqueles produzidos externamente pelos órgãos oficiais governamentais (legislação de ensino, relatórios técnicos e estatísticos, diários oficiais), objetos de uso de professores e alunos em diversos suportes materiais é que dão vida às atividades pedagógicas desenvolvidas no interior da sala de aula (livros didáticos, apostilas, artigos de revistas, jornais, fotografias, equipamentos de laboratórios, mobiliários) e da escola, resultando em uma cultura escolar bastante específica.

Assim, os diários de classe como outros tantos documentos têm ocupado “prateleiras cativas” nos arquivos escolares e ainda estão à espera de um olhar dos pesquisadores para ter um lugar na história da educação e na história da cultura escolar, pois como afirmam Cunha e Mignot (2006, p. 52):

Atendendo à legislação específica que determina o que deve ser guardado ou descartado nos arquivos escolares, muitas escolas dispensam documentos que poderiam contar a história de cada instituição e do exercício profissional. Guardam apenas aqueles que dizem respeito à matrícula e à promoção dos/as alunos/as. Eles são importantes, mas não contam a vida vivida nas salas de aula. Muitos dos que sobreviveram à ação do tempo, dos fungos, dos cupins, ficam na escola, esquecidos num canto qualquer.

Dessa forma, a primeira iniciativa foi dirigir-me ao setor responsável pelos documentos produzidos na antiga ETFSP. Ao chegar lá, fui informada verbalmente pelo responsável do setor de protocolo do atual IFSP, que algumas fontes documentais poderiam estar armazenadas no “arquivo morto”. A expressão *arquivo morto* é a denominação utilizada cotidianamente e conhecida por todos os servidores da instituição para caracterizar o local onde são depositados os documentos antigos por mais de um século ou de uso esporádico por alguns setores da instituição ainda hoje.

Atendendo às normas e procedimentos internos, solicitei formalmente uma autorização ao responsável pela administração do local para penetrar no *arquivo morto*, já sabendo de antemão que o local assim denominado, na verdade era o antigo teatro localizado em uma área externa ao prédio, próxima ao galpão de materiais usados, que durante muitos anos, fora utilizado como local de apresentação das aulas de artes cênicas da disciplina de EAT (Educação Artística).

Assim que recebi a autorização solicitada, fiquei surpresa ao abrir a porta do *arquivo morto* e deparar-me com um cenário surreal. Prateleiras caídas, caixas de vários tipos, cores, tamanhos e modelos, amontoadas umas sobre as outras. Tudo isso espalhado pelo chão e pelos corredores das prateleiras que ainda se mantinham em pé. Pôde-se verificar que boa parte das caixas enfileiradas nas prateleiras fora esquecida pela instituição, pois estavam cobertas por uma camada densa de poeira e dispostas de forma desordenada. O cenário mostrava que não havia preocupação em organizar o ambiente, mesmo com o uso esporádico do local por diversos setores do atual IFSP. Além disso, havia poças d’água no chão em virtude de goteiras que pingavam do teto, deixando o ambiente úmido e fétido.

Se por um lado, o ambiente parecia um local abalado por um grande terremoto, pois sua localização estava sujeita às piores condições climáticas, por outro, também me fez recordar a brincadeira de infância *caça ao tesouro*, cuja única pista em mãos, naquele momento, era a de que todos os documentos antigos da instituição estavam ali armazenados. Portanto, não havia outra solução senão entrar na brincadeira para enfrentar o desafio de encontrar os documentos preciosos que poderiam responder às questões suscitadas nesta pesquisa, mas que foram esquecidos e depositados totalmente fora dos padrões da arquivística e da gestão documental naquele local. Essa descrição do ambiente mostra as limitações dos gestores da ETFSP no que diz respeito à preservação de documentos públicos conforme estabelece a legislação e comprovadas nas figuras 1 e 2.

Figuras 1 – Arquivo Morto - Maio de 2014



Fonte: Acervo da Pesquisadora - 2014

A segunda etapa se iniciou com a limpeza do ambiente, com nítida consciência da impossibilidade de transformar o *arquivo morto* em um “arquivo histórico ou de memória” conforme sugere Vidal (2005), em virtude da falta de conhecimentos sobre a arquivística e os princípios que norteiam a gestão documental por parte da pesquisadora.

Preliminarmente, optei pela separação das caixas sob a perspectiva de Certeau (2010, p. 81), que inicia seu texto sobre o estabelecimento das fontes documentais com a seguinte frase: “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir”. E este foi o grande desafio e o primeiro contato de forma sistematizada com os documentos históricos escolares ali armazenados há mais de um século.

Com a preciosa colaboração de funcionários que prestam serviços gerais e de limpeza na instituição, foi feito um pequeno mutirão durante alguns sábados do ano letivo de 2015, com o objetivo inicial de limpar e organizar o ambiente, inclusive, a realização de reparos na instalação elétrica, especialmente a iluminação no telhado devido à grande quantidade de buracos, instalação de novas prateleiras e aquisição de novas caixas para substituir as antigas. Foi necessário organizar as caixas de maneira simplificada, separando-as por setores que pertenceram à Diretoria de Ensino (DE). Esse procedimento facilitou a busca de documentos relacionados às atividades docentes conforme mostrado a seguir.

Figuras 2 – Arquivo Morto em dezembro de 2014



Fonte: Acervo da pesquisadora. - 2014

Após a melhoria das condições de uso, circulação, higiene e iluminação do local, iniciou-se a procura das caixas que continham os documentos específicos do DPAD (Departamento Pedagógico de Apoio Didático), que desde o início da década de 1980 analisava os diários de classe a cada final de bimestre letivo.

Não havia preocupação de minha parte em analisar a documentação de imediato, mas encontrar os documentos e organizá-los por ordem de ano, turma, séries e disciplinas curriculares, uma vez que uma organização prévia do material facilitaria o manuseio dos documentos e das informações que procurava. Cabe salientar que nessa fase optou-se também, por priorizar a busca por determinados tipos de documentos: os diários de classe do Curso Técnico Regular em Mecânica entre os anos de 1986 a 1989, e documentos que indicavam as normas e os procedimentos relativos ao uso do diário de classe pelos professores

e supervisores pedagógicos na instituição e que foram emitidos pelo Departamento de Ensino (DE).

A terceira etapa se deu na busca por documentos que pudessem subsidiar a pesquisa e que, de alguma forma relacionava-se diretamente com a utilização do diário de classe no cotidiano da instituição. Foram encontrados em outros setores da instituição escritos pertinentes ao objeto e fonte dessa pesquisa dentre eles: normas e procedimentos didáticos, planos de ensino, matrizes curriculares, legislações de ensino, carômetros², organização didática, manual do coordenador de curso, manual do professor, manual do aluno, manual de preenchimento de diário de classe, lista de entrega de diários de classe, memorandos de justificativas de entrega e não entrega do diário de classe, além de comunicados gerais.

A análise de conteúdo desses documentos seguirá as etapas cronológicas (pré-análise, exploração do material, tratamentos dos resultados) proposta por BARDIN (1977), que consiste em desvendar aquilo que está em segredo ou é ignorado nas primeiras leituras de um documento escrito na busca pelo sentido do documento.

Os diários de classe encontrados no arquivo foram organizados pela coordenação pedagógica de duas maneiras: na primeira os diários foram separados por turma e bimestre entre os anos de 1986 e 1988. Na segunda e, 1989, foram organizados em pastas individuais por professor, acumulando os quatro bimestres do ano letivo em ordem descendente.

De posse dos documentos limpos e organizados pelos assuntos referentes às atividades pedagógicas, escolhi separar aqueles que estão relacionados diretamente com as atividades docentes e que contêm informações esclarecedoras sobre os usos e necessidades do diário de classe na instituição. Em seguida, a prioridade foi agrupar os conjuntos de diários do curso de mecânica na seguinte ordem: ano, turma e período.

Entre os anos de 1986 e 1989, o curso de mecânica correspondia a 80 turmas distribuídas em quatro séries anuais. A identificação de cada turma era representada por uma sequência numérica, lógica, de três dígitos (110, 241 370, 470...). O primeiro dígito representa a série que o aluno está matriculado, o segundo representa o turno (matutino, vespertino, noturno) e o terceiro a quantidade de turmas em cada período, conforme quadro a seguir.

² Documento contendo foto, nome, nº do aluno e nº da turma para auxílio do professor e da instituição na identificação rápida dos alunos.

Tabela 1 - Turmas do Curso Técnico Regular em Mecânica – 1986 -1989

ANO	SÉRIE	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
1986	1ª	110 – 111 - 112	140 – 141 - 142	170
	2ª	210 - 211	240 - 241	271
	3ª	310 - 311	340	371
	4ª	-	-	470 – 471 – 472 - 473
1987	SÉRIE	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
	1ª	110 – 111 - 112	140 – 141 - 142	270
	2ª	210 - 211	240 - 241	271
	3ª	310 - 311	340	371
1988	SÉRIE	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
	1ª	110 – 111 - 112	140 – 141 - 142	170
	2ª	210 - 211	240 - 241	271
	3ª	310 - 311	340	370
1989	SÉRIE	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
	1ª	110 – 111 - 112	140 – 141 - 142	170
	2ª	210 - 211	240 - 241	271
	3ª	310 - 311	341	371
	4ª	-	-	470 – 471 – 472 – 473

Fonte: IFSP - Mapa de Turmas – ETFSP – 1986-1989

Cada turma é composta de aproximadamente 14 disciplinas, distribuídas entre cultura geral (propedêutica) e específica (técnica). Cada disciplina soma-se quatro diários de classe anuais que se dividem em um ciclo de quatro bimestres (1º, 2º, 3º e 4º).

Dentre os diários de classe disponíveis no *arquivo morto* optou-se inicialmente por uma seleção de documentos de turmas de ingressantes que pudesse somar um ciclo de quatro anos. Porém, durante o período da pesquisa, houve uma mudança repentina do local das fontes, com vista à reforma do local e reuso do espaço do teatro pelos alunos. A mudança mal planejada ocasionou um desgaste imenso para todos, em especial para a pesquisadora. Pois, além de replanejar a seleção inicial dos documentos, ainda demandou um tempo razoável para encontrar os diários de classe que foram depositados novamente em salas completamente inadequadas e de forma desorganizada. Tal situação fez com que muitos documentos separados anteriormente, úteis à pesquisa, se perdessem no meio de tanta desorganização. A figura 3 mostra como a gestão atual do IFSP tem se preocupado com a guarda e preservação dos documentos que a produz.

Figura 3 – *Arquivo Morto* - março de 2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora - 2016

Diante da intempérie ocorrida, fui orientada a compor uma nova seleção que pudesse dar o sentido proposto nesse projeto, ou até mesmo alterar o objeto da pesquisa. Uma possibilidade discutida foi tomar a história da instituição como um novo objeto de pesquisa. No entanto, optei em selecionar um conjunto de diários disponíveis no amontoado de documentos que se tornou o *arquivo morto*, que pudesse compor um ciclo de quatro bimestres consecutivos.

Inicialmente foi escolhido 01 (um) diário de classe para as análises pormenorizadas dos aspectos gráficos do documento. Para as análises dos aspectos gerais da escrita, foram selecionadas aproximadamente 50 (cinquenta) diários de diferentes turmas. E, após uma leitura flutuante desses documentos, foram selecionadas 12 turmas para as análises pormenorizadas dos diários de classe dentre as disciplinas de cultura geral e cultura específica, conforme mostra a tabela 2.

Cabe ressaltar que para as turmas de 4º ano não constam na grade curricular dos cursos da ETFSP disciplinas propedêuticas obrigatórias, visto que nesse período a ênfase se dá no acompanhamento dos estágios supervisionados. Porém, as disciplinas Redação e Expressão (RED) e Estudos Regionais (ESR) constantes da grade curricular são caracterizadas como “Disciplinas Instrumentais” e não como propedêuticas. Estas não foram encontradas para as análises.

Tabela 2 - Ciclo completo de turmas com ingresso a partir de 1986

Ano	Turmas Matutino	Disciplinas	Turmas Vespertino	Disciplinas	Turmas Noturno	Disciplinas
1986	110	GEO	141	MAT	170	TMA
1987	210	EMC	241	LPL	270	PRS
1988	310	RES	341	PRM	370	LMA
1989	470	PRJ	471	ELM	472	SUE

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora – 2015

LEGENDA

EMC – Educação Moral e Cívica

ELM – Elementos de Máquinas

GEO – Geografia

LMA – Laboratório de Mecânica I

LPL – Língua Portuguesa e Literatura

MAT – Matemática

PRJ - Projetos

PRM – Produção Mecânica

PRS – Programa de Saúde

RES – Resistência dos Materiais

TMA – Tecnologia dos Materiais

SUE – Supervisão de Estágios

CAPÍTULO 1 - Histórico da Escola Técnica Federal de São Paulo - ETFSP

Primeira Parte - 1910-1933 – Do ensino de oficinas ao ensino técnico industrial

Há 106 anos, o governo federal teve a primeira iniciativa política oficial quanto ao ensino industrial no Brasil³. O modelo de educação adotado, voltado para a qualificação da mão-de-obra operária e para o mundo do trabalho, tinha em seu cerne um caráter assistencialista que ofertava o ensino profissional primário e gratuito à população de baixa renda.

É na figura de Nilo Procópio Peçanha, então Presidente da República, que, ao assinar o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909⁴, oficializa a criação das Escolas de Aprendizagem Artífices em 19 capitais dos Estados da República sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Souza (1998, p. 27) afirma que no final do século XIX e início do século XX os debates em torno da política econômica e o crescimento do Brasil estava em plena efervescência e as atenções no que se refere à educação estavam voltadas para a cidade de São Paulo em virtude das modificações que se iniciaram em 1892 com a reforma da Instrução Pública e a criação dos Grupos Escolares em 1893.

A autora ainda relata que na década de 1890, a ideia dos Grupos Escolares provocara um grande entusiasmo na sociedade ao assinalar um ideal de escola pública para toda a população, uma vez que o modelo de educação em vias de execução estava atrelado à cidadania, às ciências e à cultura letrada, medida imprescindível para a formação moral do cidadão, conforme projeto político republicano.

Na primeira década do século XX, mais precisamente em 24 de fevereiro 1910, é inaugurada a Escola de Aprendizagem Artífices de São Paulo, com o objetivo de atender ao que ordenava o Decreto nº 7.566/1909, ofertar “aos filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual” à formação profissional de operários e contramestres por meio do ensino prático e conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos. Havia aprendizagens diurnas nas oficinas de

³ FONSECA, Celso Sukow – O ensino industrial no Brasil, 1961, Vol, 1

⁴Disponível em: www.mec.gov.br – Acesso em: 20/03/2014

mecânica, marcenaria, tornearia, entalhação e eletricidade, assim como o curso primário e de desenho, de caráter gratuito.

Assim, a cidade de São Paulo, na época ofertava, em paralelo, dois modelos de instituições escolares - Grupos Escolares e Escolas de Aprendizes Artífices que se materializaram em projetos arquitetônicos diferenciados, com propostas pedagógicas sustentadas nos ideais republicanos de educação para todos, visando promover modificações e inovações no ensino primário, propiciando uma nova cultura escolar na zona urbana paulista.

Souza (1998) e D'ângelo (2000) destacam que ocorreram mudanças significativas no padrão dos estabelecimentos de ensino no Estado de São Paulo até então em vigor e em particular na zona urbana. Isso aconteceu porque o projeto de educação republicana criava um novo modo de organização administrativo-pedagógica. Renovaram-se as práticas pedagógicas, amparadas por uma estrutura material superior às das escolas preliminares e influenciadas por modelos e experiências de escolas europeias e americanas que se difundiam pelo mundo.

Para D'ângelo (2000), a cidade de São Paulo, que se encontrava mais adiantada no processo de industrialização e urbanização, exigia providências que pudessem atender as demandas das indústrias com relação à mão-de-obra conveniente ao desenvolvimento regional e a economia brasileira. Além disso, segundo a autora, a capital paulista absorvia uma grande massa populacional oriunda das zonas rurais em busca de melhores condições de vida, acrescida da massa de imigrantes oriunda da Europa (Portugal, Itália, Alemanha) em busca de trabalho nas indústrias.

Esses dois modelos de escolas citados anteriormente foram implantados na capital paulista quase que simultaneamente. Segundo Souza (2008, p. 41), os grupos escolares foram organizados nos moldes da escola graduada que se difundia na Europa e nos Estados Unidos.

O modelo da escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização didático-pedagógico e administrativa de escola mais complexo, econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, séria e sala de aula.

Ainda segundo as autoras, essas escolas serviram como um argumento poderoso no discurso republicano, para mostrar que o atraso da sociedade brasileira se dava em virtude da falta de uma política pública de educação e de escolas de qualidade. Somente um projeto educacional que envolvesse uma nova concepção de escola primária, de desenvolvimento e progresso industrial, proveria as necessidades da sociedade. Só assim o Brasil poderia vencer as barreiras que o impediam de alcançar um lugar de destaque no grupo de países do mundo civilizado.

Um aspecto que marcou esse novo conceito de educação no governo da primeira república até 1920 refere-se à concepção arquitetônica dos novos espaços destinados ao ensino. Para Souza (1998) a nova arquitetura projetada para esses espaços educacionais, especialmente na capital paulista, tinha como função fixar a imagem na visão da população fazendo-a lembrar, a todo instante, que o projeto inovador de educação partia do novo regime político republicano e que era totalmente diferente daquele da época imperial.

Assim, para os Grupos Escolares em São Paulo, optou-se por uma arquitetura medieval, neogótica, neorromântica e imponente. Por isso, o governo paulista não hesitou em contratar renomados engenheiros e arquitetos para desenvolver tais projetos. É na figura de Ramos de Azevedo que esses desenhos se materializaram, principalmente, na região central da capital de São Paulo.

Segundo Buffa e Pinto (2002, p. 43-44), os terrenos onde foram implantados os Grupos Escolares não foram escolhidos ao acaso, mas selecionados de forma bastante criteriosa - “eram situados em regiões nobres, grandes quadras e lotes onde esses edifícios marcam, definitivamente, pela imponência e localização, seu significado no tecido urbano”.

Figura 4 - Grupo Escolar Caetano de Campos – SP



Fonte: CRE Mario Covas/Divulgação⁵

A Escola de Aprendizes Artífices iniciou suas atividades provisoriamente em fevereiro de 1910 em um galpão instalado na Avenida Tiradentes, no Bairro da Luz. No mesmo ano, transferiu-se para o bairro de Santa Cecília, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, onde permaneceu até a mudança definitiva para o bairro do Canindé em 1976, nos arredores da região central da capital paulista.

Figura 5 - Área externa - Escola de Aprendizes Artífices -1924



Fonte: Acervo do IFSP - 2016

⁵ Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em 08/09/2014

A escolha do local para a implantação do prédio da Escola de Aprendizes Artífices na década de 1910 tinha como critério primordial a facilidade dos múltiplos acessos. A região central da capital paulista permitia o acesso fácil entre as zonas urbana e rural, facilitado pela malha ferroviária paulista que vinha se ampliando.

Os primeiros livros de matrículas da Escola de Aprendizes Artífices armazenados na Coordenadoria de Registro Escolar (CRE) do atual IFSP registram os endereços residenciais dos alunos regularmente matriculados entre os anos de 1910 e 1960. Constatam-se nesses documentos que muitos alunos provinham da capital paulista, outros tantos da zona rural do Estado de São Paulo e até mesmo de outros Estados.

Para as Escolas de Aprendizes Artífices a preocupação maior era de fato o acesso fácil dos estudantes à escola e não a sua arquitetura num primeiro momento. Assim, o governo federal, em virtude da escassez de recursos para a construção de novos prédios, não hesitou em adaptar antigos galpões cedidos por industriais em todas as capitais dos Estados em que as escolas foram criadas.

Figura 6 – Área interna – Escola de Aprendizes Artífices - 1964



Fonte: Acervo IFSP - 2016

Conforme a Figura 9 mostra, é possível perceber que os galpões da área interna da escola assemelhavam-se às fábricas e indústrias da capital paulista. A ideia de uma escola parecida fisicamente com uma fábrica tinha a intenção de propiciar aos alunos a sensação de

estarem de fato em uma indústria. Pois, ao serem distribuídos em suas respectivas seções de aprendizagens na escola, poderiam desenvolver um trabalho idêntico ao que era praticado em uma indústria do ramo mecânico metalúrgico, dando a sensação ao aluno de que além de estudar, ele está trabalhando na indústria.

Em suas reflexões sobre “memória e identidade social”, POLLAK (1992, p. 202) aborda alguns elementos constitutivos da “memória individual ou coletiva” caracterizados por “acontecimentos, personagens e lugares”. Assim, tanto o Grupo Escolar dotado de uma identidade, simbolizado em uma arquitetura majestosa, como a Escola de Aprendizes Artífices em sua arquitetura fabril, constituíram-se lugares de memória, dos sujeitos que ali ocupavam ora ensinando ora aprendendo, em um projeto de educação inovador para a população, delineado por um determinado grupo político de elite.

Observa-se também que a dinâmica interna dessas instituições se diferenciava também em termos de escrituração escolar. O grupo escolar instituiu o diário de classe no início do século XX conforme afirma Souza (1988, p. 84). Porém, quanto a Escola de Aprendizes Artífices instituiu o diário de classe somente a partir da década de 1940.

Do início de sua criação até o ano de 1942, a ETFSP utilizou os livros de matrículas como documento de escrituração de vida escolar de seus alunos. Foi constatado que as atividades de ensino realizadas no interior da escola foram descritas em um suporte documental específico. O livro de matrícula. O acervo da CRE conta com 2 (dois) livros de matrículas de alunos e 1 (um) livro de registro de frequência de professores nesse período.

Figura 7 - Livro de Matrícula – Escola de Aprendizes Artífices – 1925



Fonte: IFSP – Campus São Paulo - 2016

Os relatos nos livros de matrícula chamam à atenção, não só pelos dados cadastrais dos alunos, mas também pelas anotações de desempenho de cada um deles nas oficinas mecânica (marcenaria, fundição, modelação, entalhação, tornearia). Nessa descrição o professor responsável pela oficina mecânica relata a experiência final do aluno em termos de competência e habilidade, registrando *habilitado* ou *não habilitado* para prosseguir matriculado na oficina de sua escolha.

Não foram encontrados nos livros de matrículas relatos de como os professores que ministravam as disciplinas propedêuticas relacionadas ao ler, escrever e contar descreviam suas atividades pedagógicas.

Os livros de matrículas são os primeiros indícios de como a Escola de Aprendizes Artífices registravam as práticas pedagógicas no interior da sala de aulas e que se assemelham aos relatos dos professores e mapas de frequência das escolas das primeiras letras na instrução pública paulista.

Cabe lembrar que o projeto de educação proposto pelo regime republicano simbolizado nos Grupos Escolares, ainda que disseminado por várias regiões do país em termos de modelo educacional e escrituração escolar a ser seguido, durou quase 80 (oitenta) anos, quando foram de fatos “extintos na década de 1970”, conforme afirma Souza (1998 p. 17). Para a autora, a extinção dos grupos escolares ocorrera porque o projeto político republicano engendrado para a educação tinha em seu interior uma visão conservadora da população brasileira. Em vez de atender as camadas populares, passou a atender as elites dando ênfase ao ensino propedêutico. Além disso, foram constatadas pelos inspetores e autoridades de ensino grandes dificuldades de execução dos projetos pedagógicos, dos amplos currículos e da normatização do trabalho docente associadas às constantes reclamações por parte de professores e diretores das escolas.

Porém, o mesmo não ocorrera com o projeto de educação técnica profissional voltada ao mundo do trabalho. Permeados por diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e sociais, a educação técnica profissional que se caracterizara em diferentes nomenclaturas dadas às escolas de ensino industrial, espalhadas pelas diversas regiões do Brasil desde a sua criação, perdura até os dias de hoje, sendo escrita em diversos suportes documentais, permitindo que a história da educação profissional seja conhecida e interpretada pelos

historiadores e pesquisadores acadêmicos. Atualmente a escola faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, subordinada ao Ministério da Educação.

1933- 1959 - O ensino técnico industrial em mudança

Tomando como base a Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional⁶ e Tecnológica, a cronologia a seguir mostra como as reformas políticas e econômicas contribuíram para as mudanças ocorridas no ensino industrial a partir da segunda década do século XX. Tais mudanças ocorreram a partir das críticas e discussões surgidas em torno do modelo de ensino dos ofícios implantado nas escolas industriais brasileiras no início da década de 1920.

De acordo com Fonseca (1961), foi em 1922, que o deputado representante do partido republicano Fidélis Reis enviou ao Congresso Nacional um projeto que ficou conhecido como “Projeto Fidélis Reis”. O projeto em seu cerne previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional industrial no Brasil, tanto para ricos, como para os pobres em escolas mantidas e subsidiadas pelo governo federal e não somente para os “desafortunados da sorte” como previa o decreto Nº 7.566/1909. Após cinco anos de entusiasmados e calorosos debates sobre o ensino profissional industrial, o Congresso Nacional sanciona o Projeto de Lei de Fidélis Reis no ano de 1927, cujo destaque remete aos artigos 1º e 2º.

Art. 1º - É considerado obrigatório o ensino profissional no Brasil, nos casos previstos nesta lei;

Art.2º - Só será admitido à matrícula nos institutos superiores da União, quer civis ou militares e aos eles equiparados, nos Estados, os candidatos que, além dos preparatórios exigidos pela lei, apresentarem certificado de habilitação profissional. (BRASIL, 1927).

Por volta de 1930 houve a criação o Ministério da Educação e Saúde Pública que instituiu a Inspeção do Ensino Profissional Técnico para supervisionar as Escolas de Aprendizagem Artífices, até então ligadas ao Ministério da Agricultura. Em 1934, a inspeção foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional e o ensino profissional é impulsionado por uma nova política de expansão, visando à criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

⁶ Disponível em< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>
Acesso 15/03/2015

Em 1937, verifica-se que é a primeira vez que o assunto ensino técnico profissional é abordado na nova Constituição Brasileira. Conforme se observa no Artigo 129, ainda prevalece um caráter assistencialista para a população menos favorecida economicamente, porém delega ao Estado a responsabilidade de prover condições para o atendimento deste modelo de ensino.

Art. 129 - O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937)

Ainda nesse mesmo ano, a Lei 378, assinada em 13 de janeiro, transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus e em especial aos alunos do segundo ciclo. Para D'ângelo (2000, p.85) é nesse período que a escola começa a se configurar como um “instrumento de preparação de mão de obra operária a serviço da oligarquia cafeeira”.

A nova denominação de Liceu Industrial de São Paulo perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial. No contexto da chamada *Reforma Capanema*⁷ essa lei prevê novas mudanças para o ensino profissional e acentua a visão dualista de educação entre o saber acadêmico e o técnico. O ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; institui-se o exame de admissão para o ingresso nas escolas industriais; os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e curso técnico industrial.

O Decreto-lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, publicado na gestão de Getúlio Vargas, estabelece as bases de organização da rede federal de escolas de ensino industrial. A nova configuração transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas onde são oferecidos cursos de formação profissional em nível equivalente ao secundário. Inclui-se nesta nova configuração a Escola Industrial de São Paulo, com sede na capital do Estado de São Paulo.

⁷ Nome dado em homenagem o ministro da Educação à época, Gustavo Capanema (MEC/SETEC, 2007).

Ainda conforme a Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, as décadas de 1940 e 1950, período nacional-desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, há um impulso da industrialização brasileira, financiado pelo empréstimo de capital financeiro estrangeiro que marca profundamente a relação entre Estado e Economia.

No final da década de 1950, com o objetivo de formar profissionais orientados para as metas do desenvolvimento do país, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias⁸ pela Lei 3.522, de 16 de fevereiro de 1959. O termo “Federal” foi acrescentado em sua nomenclatura e a instituição passa a se chamar Escola Técnica Federal. As Escolas Técnicas Federais foram caracterizadas como autarquia no momento em que o Estado brasileiro intensificou a formação da força de trabalho necessária diante da velocidade do processo de industrialização e urbanização que o país vivenciava.

Segundo a revista *Homem & Técnica*,⁹ publicação interna em comemoração aos 76 anos da instituição em São Paulo, a seleção dos alunos, sempre muito rigorosa, apontava, em 1959, só 20 candidatos aprovados entre os 73 que disputavam as 35 vagas oferecidas em seus cursos. Quatro anos depois, o número de candidatos para o mesmo número de vagas ultrapassava 500.

Os aprovados formavam uma única turma que assistiam às aulas nas oficinas com máquinas nacionais e importadas. Os alunos ficavam aproximadamente um mês nas seções de trabalhos das oficinas. Após esse período eram selecionados, conforme a aptidão mostrada para um dos dois cursos oferecidos (Mecânica e Edificações). Foi constatado que nesse período a ETF, não mais utilizava os livros de matrículas para o registro das práticas docentes. Os diários de classe comprados na imprensa oficial do Estado de São Paulo foram institucionalmente oficializados para os registros das atividades cotidianas dos professores, conforme modelo apresentado no capítulo 2 dessa pesquisa.

⁸ **Autarquia** - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. www.planalto.gov.br

⁹ BRASIL: *Homem & Técnica* – A experiência da Escola Técnica Federal de São Paulo -1986 – Coordenadoria Cultural/DPAD.

Segunda Parte – A Escola Técnica Federal de São Paulo - ETFSP

1960 - 1980 - Uma escola diferente

As Escolas Técnicas Federais foram caracterizadas como autarquia federal pela Lei 3.522, de 16 de fevereiro de 1959 no momento em que o Estado brasileiro intensificou a formação da força de trabalho necessária diante da velocidade do processo de industrialização e urbanização que o país vivenciava.

Segundo D'angelo (2007, p. 248), é a partir da década de 1960 que Escola Técnica Federal de São Paulo inicia o “caminho para a excelência”. O crescimento da demanda industrial, especialmente na cidade de São Paulo, impôs à Escola Técnica Federal diversificar os programas de ensino dos cursos oferecidos e elevar os níveis da qualidade da oferta de cursos, uma vez que as empresas passaram a exigir mais qualificação da mão-de-obra.

Em 20 de dezembro de 1961 com a promulgação da Lei 4.024¹⁰ que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, o ensino técnico de grau médio foi estruturado e passou a abranger o ensino industrial, agrícola e comercial, com duração de três séries anuais de estudos.

O ensino técnico foi alinhado ao ensino acadêmico, rompendo formalmente com a ideia de que a educação profissional se destinava de acordo com o decreto 7.566/1909 somente aos “desfavorecidos da fortuna” e o ensino propedêutico às elites. Dessa forma, ocorre a completa equivalência entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico para fins de acesso ao nível superior.

Kuenzer (1997, p. 15) afirma que a Lei 4.024/61 ainda com aspectos democráticos incontestáveis persistia dual.

[...] contudo, não altera a essência do princípio tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos.

¹⁰Disponível em: www.mec.gov.br – Documento Base

Nesse sentido, a autora nos permite relembrar que o sistema educacional ainda não se desvencilhou dessa dualidade inscrita na Primeira República de forma bastante veemente. Nessa época, o ensino propedêutico de cunho intelectual se destinava àqueles que deveriam pensar e dirigir e o ensino profissionalizante destinado àqueles que deveriam fazer o trabalho.

Sabendo-se que, desde a sua criação, o ensino profissional recebeu base legal e ao longo de sua trajetória em diferentes contextos políticos, econômicos, históricos e sociais sofreu mudanças significativas que reverberaram na construção dos seus currículos. A ETFSP se mostrou flexível às mudanças externas ao longo do processo educativo, mesmo que sob a égide das normas prescritas.

Segundo D`Angelo (2007), após 1964 o investimento em infra-estrutura pelos burocratas do regime militar na ETFSP valorizou o curso técnico e fez aumentar a procura por matrículas. Esse investimento possibilitou à direção da ETFSP contratar professores engenheiros e também adquirir máquinas modernas (operatrizes e laboratoriais) no exterior, vindas especialmente do Leste Europeu (Anexo AG).

Diante dessas condições internas, o novo profissional formado pela ETFSP a ser inserido no mercado de trabalho industrial estava à altura das novas demandas das empresas da capital paulista e também das novas tecnologias. Para a autora, esse investimento significava que os militares realmente tinham um projeto de crescimento para o país. E a ETFSP, que formava técnicos de altíssimo nível, era parte fundamental para a realização desse projeto, embora de ensino dual e ainda excludente.

A Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 instituiu uma nova nomenclatura às ETF's, acrescentando o nome da capital do respectivo Estado em que se encontrava instalada a escola.

Art. 1º As universidades e as escolas técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo estado.

Parágrafo único. As escolas e faculdades integrantes das universidades federais serão denominadas com a designação específica de sua especialidade, seguida do nome da universidade.

Art. 2º Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade. (BRASIL, 1965).

A partir de então, a Escola Técnica de São Paulo passa a ser denominada de Escola Técnica Federal de São Paulo. Alterada pelo Decreto-Lei nº 796, de 27 de agosto de 1969 com a finalidade de ministrar o ensino de 2º grau, ganha autonomia didática e de gestão.

Ainda em 1969 o novo diretor da ETFSP Ribas Koslosky que dirigiu a ETFSP por um mandato de 04 (quatro) anos, inicia grandes mudanças no interior da escola ao criar as bases para a expansão da nova estrutura física, pedagógica e do novo profissional técnico que a escola visava enviar ao mercado de trabalho. No entanto, um novo modelo de educação sustentado pelo governo militar se estabelece com a reforma do ensino, promovida pela LDB 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que converte todo o currículo de segundo grau de forma compulsória em técnico-profissional para todos, sob o argumento de “formar técnicos sob o regime de urgência” (BRASIL, 1971).

Ao tornar o currículo de segundo grau menos humanístico e científico e mais científico e tecnológico, o governo militar intencionava inserir no mercado de trabalho mão de obra qualificada. Essa atitude se deu porque o país carecia de técnicos de nível médio e era necessário acelerar o projeto de desenvolvimento e crescimento industrial do país, que mais tarde ficou conhecido como “o milagre brasileiro”.

A Lei 5.692/71 não visava a um plano de renovação social, buscava somente mão de obra qualificada, ou seja, instrumento de trabalho mais aperfeiçoado para atender as necessidades do recente processo de industrialização do país.

Segundo Mergulhão (2003, p. 22) a LDB 5.692/71 instituiu uma crise na rede estadual de ensino quanto “à função do ensino de segundo grau e ao estado de indefinição e improvisação em que persistiram as escolas paulistas”. Dessa forma, diante da proposta compulsória de educação técnica profissional e dificuldades na implantação dos currículos nas escolas estaduais, houve uma grande migração dos filhos da classe média para as escolas particulares, visando garantir uma formação que desse acesso aos estudos de nível superior.

Dois anos mais tarde, um documento emitido pelo Departamento de Ensino Médio do MEC, fundamentou o Parecer nº 45/72 do CFE¹¹, ao explicitar os objetivos do ensino técnico de 2º Grau. Esse documento deveria compreender três aspectos: a auto-realização,

¹¹ BRASIL: Parecer nº 45/72 do CFE. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em 05/05/2016

qualificação para o trabalho e o exercício consciente da cidadania, mencionado no Art. 1º da Lei 5.692/71.

Diante do proposto, a ETFSP se vê obrigada a adequar os seus currículos novamente e buscar uma definição clara do tipo de profissional que pretendia formar. Foi uma grande oportunidade para a instituição revisar o significado de sua existência e agregar aos currículos tendências pedagógicas mais críticas.

Para atender os pressupostos legais do Parecer nº 45/72 a Grade Curricular¹² dos Cursos de 2º Grau da ETFSP foi reformulada e dividida em três grandes partes: Núcleo comum – Educação Geral (1); Parte Diversificada – Formação Especial (2); Mínimo Profissionalizante e Estágio Profissional (3). A grade curricular sintetizava a qualificação para o trabalho no ensino de 2º Grau e o mínimo em horas a ser exigido em cada disciplina de cada habilitação.

Para o Núcleo Comum exigia-se os conteúdos previstos nos Art. 4º, caput, e inciso 1 do § 1º da Lei 5.692/71; os estabelecidos pela Resolução nº 8 de 1/12/71 do CFE.

Com referência ao Mínimo Profissionalizante, os conteúdos obrigatórios para as habilitações profissionais ficavam a critério do estabelecimento de ensino, nos termos da Resolução nº 2 de 27/01/72 do CFE. E a Parte Diversificada incluía as matérias, disciplinas e/ou atividades estabelecidas pelo respectivo Conselho de Educação (CE) e pelo próprio estabelecimento de ensino, cujo objetivo era complementar o Currículo Pleno, visando atender às necessidades regionais e da própria escola.

Essa medida dava à educação média um caráter de terminalidade segundo Romanelli (1978, p. 234), por que:

Uma vez adquirida uma profissão, antes de ingressar à universidade, o candidato potencial a ela ingressaria na força de trabalho e se despreocuparia de continuar lutando pela aquisição de uma profissão, que na maioria dos casos, só era obtida através do curso superior.

Ao tornar o currículo de segundo grau menos humanístico e científico e mais científico e tecnológico, o governo militar intencionava inserir no mercado de trabalho mão de obra qualificada, visto que era necessário acelerar o projeto de desenvolvimento e

¹² BRASIL: Organização dos Cursos Técnicos de 2º Grau da ETFSP - 1972

crescimento industrial do país. Esse movimento contribuiu de forma significativa para o processo de desvalorização das escolas públicas paulistas mencionadas anteriormente e a supervalorização do ensino técnico-profissional nesse período. Dessa forma, o interesse de jovens adolescentes pela ETFSP aumenta vertiginosamente nessa época, diante da boa qualidade de ensino ofertado e fornecendo boas condições para o prosseguimento dos estudos em nível superior.

Ainda que observados os pressupostos legais da educação técnica, percebe-se que a ETFSP, ao organizar os currículos de seus cursos, não só atentava para as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, mas também para o a nova sociedade que emergia e o tipo de profissional exigida por ela.

Nesse período, era muito comum a procura de técnicos qualificados por meio da imprensa local. “A voz do mercado”¹³ era o termo utilizado para denominar a preferência pelos alunos formados pela ETFSP. A procura por técnicos com formação específica era bem comum nesse período, principalmente nas grandes multinacionais voltadas ao ramo da automobilística e de maquinários industriais que se instalaram no Brasil.

As figuras abaixo mostram como os jornais de grande circulação anunciavam ofertas de trabalho para os profissionais com formação técnica das escolas da capital paulista e em especial aos alunos da ETFSP.

Figura 8 – Anúncio de jornal exclusivo para alunos da ETFSP – 30/01/1972



¹³ Disponível em: < <http://cfidomanzo.album.uol.com.br/albumetfsp>>. Acesso em 10/06/2014

Figura 9 – Anúncio de jornal exclusivo para alunos técnicos industriais - 1972



Fonte: Carlo Fidomanzo¹⁴ - 2014

Visando atender a um novo contingente de candidatos interessados nos cursos oferecidos pela instituição, a ETFSP apressa a mudança para o novo prédio da Rua Pedro Vicente, 625, no bairro do Canindé, São Paulo, Capital. As instalações foram erguidas num terreno cedido pela prefeitura de São Paulo por um período de 70 (setenta) anos, renovado por mais 70.

Esse novo terreno de aproximadamente 64.000m², 31.407m² foi utilizado para a construção de salas de aulas, oficinas, salas ambientes, salas da administração geral e pedagógica, biblioteca, laboratórios, quadras esportivas, vestiários, pista de atletismo, campo de futebol e estacionamento.

A ETFSP continuou sendo de fácil acesso e manteve a tradicional arquitetura de estilo fabril. Tais características permanecem desde os tempos da Escola de Aprendizes Artífices na primeira década do século XX até os dias atuais, conforme mostra a figura 10.

¹⁴ Figuras cedidas pelo ex-aluno do Ensino Técnico Industrial. Disponível em: <<http://cfidomanzo.album.uol.com.br/albumetfsp>>. Acesso em: 10/06/2014

Figura 10 – Vista aérea da escola técnica federal de São Paulo



Fonte: Acervo IFSP 2015

Tal mudança pode ser considerada como um marco que reestruturou a ETFSP em todos os sentidos. Na época, o espaço foi suficiente para abrigar toda a infraestrutura administrativa e de ensino e ao mesmo tempo com possibilidades de implantação de novos cursos. A mudança, em princípio, provocou uma série de transtornos para toda a comunidade, pois as máquinas e equipamentos das áreas de mecânica e eletrotécnica foram removidos da escola antiga e reinstalados nos novos espaços em um curto espaço de tempo (entre dezembro de 1976 e janeiro de 1977) com início das aulas previsto para fevereiro de 1977.

Tudo funcionava a título precário, pois a energia elétrica não havia sido instalada em sua totalidade. Algumas máquinas das oficinas e laboratórios de mecânica pesavam toneladas e deveriam ser posicionadas de acordo com o seu porte e características técnicas. Somente após alguns meses, depois de muito trabalho, a comunidade escolar pôde sentir os benefícios da mudança. Cada área passou a ter um espaço adequado para o desenvolvimento dos projetos e programas de curso e a criação de novos cursos se avizinhava de forma efetiva.

O Curso Técnico Regular em Mecânica, por concentrar maior número de alunos, absorveu grande área no novo espaço físico no bloco D, com a instalação dos laboratórios de máquinas especiais, metrologia, ensaios tecnológicos e oficinas de ajustagem, fresadoras,

solda elétrica, solda oxiacetilênica, tornearia, fundição, modelação, usinagem pesada, retificadoras planas, cilíndrica e salas de desenho.

Comparada com outras instituições escolares da época pode-se afirmar que a ETFSP era de fato uma escola diferenciada. A sua estrutura organizacional a diferenciava das escolas de 2º grau em atividade na capital paulista.

Com um desenho arquitetônico particularizado, sua condição autárquica dava à instituição autonomia didática e de gestão para desenvolver sua proposta de ensino, compor sua estrutura administrativa e pedagógica (diretoria, coordenação pedagógica, docentes). Além disso, gerir técnica e financeiramente seus projetos de forma específica e descentralizada, realizando atividades diversificadas voltadas ao atendimento direto à demanda do polo industrial paulista, a constituía de uma cultura escolar bastante singular.

A condição autárquica proporcionou à ETFSP na época um diferencial bastante significativo quanto às questões de cunho educacional. A instituição não dispunha somente da estrutura pedagógica tradicional (diretor, professor e auxiliares); sua administração escolar era constituída de diretor, chefes de departamentos, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e supervisor de ensino.

Outro aspecto a ser observado, diz respeito à *gestão financeira* propriamente dita. Desfrutando de um orçamento privilegiado e liberdade para investir em projetos de infraestrutura, a ETFSP propiciava regularmente ampliação dos espaços físicos, melhorias das oficinas e laboratórios, adquirindo equipamentos modernos, proporcionando cursos de aperfeiçoamento e treinamento de funcionários (administrativos e docentes).

Além dos serviços de assistência social aos alunos carentes, fornecia a estes, livros, materiais, alimentação e uniforme e um grande serviço de apoio às atividades pedagógicas. No final da década de 1970, o governo federal autoriza a criação de três novos cursos na ETFSP (Eletrônica, Informática, Telecomunicações) publicando a Lei 6.545/1978 que transformaria três ETF's (Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais) em Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de formar engenheiros de operações e tecnólogos.

Em meio à transformação de ETF's em CEFET's e a criação de novos curso na ETFSP, o novo diretor Theophilo Carnier, no uso de suas atribuições legais, normatiza uma

série de procedimentos internos, com base na estrutura organizacional estabelecida no Regimento Interno (RI), diante da revogação dos dispositivos de compulsoriedade da Lei 5.692/71. Para Theophilo, esse fato ocorria porque muitos técnicos jamais usaram seu diploma de nível médio e passa a ser opção da escola a oferta e do aluno a procura pelo ensino técnico profissional.

Ao publicar a Portaria nº 35 de 01 de março de 1978, o diretor Theophilo Carnier estabelece as competências do professor, dando ênfase à observância dos prazos fixados para a entrega das avaliações, notas e frequência dos alunos junto ao DE. São esses os primeiros indícios de que a ETFSP tem por objetivo acompanhar o trabalho docente e a vida escolar do aluno de maneira registrada em suportes oficialmente instituídos e em prazos estabelecidos.

Na ETFSP, o RI é a lei maior. Nele são estabelecidas as regras que vão orientar as relações internas da comunidade escolar (docente, discente e técnico-administrativo) no que diz respeito à sua estrutura organizacional, a organização didática, as regras de convivência (direitos, deveres, proibições e penalidades). Seus preceitos estão em conformidade com as legislações superiores que regem a educação nacional, possibilitando que as atividades escolares ocorram dentro da ética.

Cabe sublinhar que, mesmo havendo dificuldades para dirigir uma instituição educacional de tão grande porte para a modalidade de educação profissional de nível de 2º grau como a ETFSP, e de contínuas mudanças nas leis que regem o ensino, deficiências na administração do cotidiano escolar causadas pela sua complexidade estrutural e por fatores externos (políticos, econômicos e sociais), alheios ao ambiente interno ou até mesmo pelas tensões que ocupam o interior da escola, a ETFSP vai se destacando no contexto educacional paulista e brasileiro de maneira bastante singular.

1980 - 1990 – ETFSP - Uma escola globalizada

O século XX se caracteriza pela revolução tecnocientífica. Gradativamente foram inseridas questões novas e reflexões filosóficas sobre a ciência e a tecnologia em todas as sociedades as quais fizeram modificar os modos de pensar e se comportar. A Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica evidencia que a década de 1980-1990 foi um período de profundas e polêmicas mudanças no que diz respeito à globalização e seus efeitos na economia mundial. Esse período proporcionou uma intensa aplicação de novas

tecnologias associadas aos novos processos de produção em todas as áreas do conhecimento. Essa nova configuração econômica mundial repercutiu em diversos setores da economia brasileira voltados à industrialização e os usos de novas tecnologias acarretaram um incremento nas atividades industriais ao demandar uma mão-de-obra mais especializada.

É nesse cenário que mudanças significativas ocorrem no interior da ETFSP em razão do papel assumido pela instituição, frente ao compromisso com a realidade política, econômica e social do país ao promover a formação integral do aluno capacitando-o como força qualificada de trabalho em nível de 2º grau.

Ainda no início da década de 1980, foram realizados debates e calorosas discussões para repensar o papel das ETF's frente ao contexto globalizado que as envolviam e os fundamentos do currículo do ensino técnico. Verificou-se que existiam nas ETF's vários setores legalmente estruturados, com especialistas a serviço do Ensino e da Aprendizagem preparados para organizar uma nova proposta de ensino frente às mudanças no mundo do trabalho e das novas tecnologias.

Durante o ano de 1982 o CENAFOR¹⁵ realizou um encontro de educadores (professores, pedagogos, supervisores de ensino), com aproximadamente 20 (vinte) ETF's de todo o Brasil, buscando a integração do trabalho junto ao currículo escolar.

O trabalho desenvolvido nesse encontro permitiu identificar uma série de problemas que interferiam na prática cotidiana dos educadores dessas escolas. Isso dificultava a realização das atividades pedagógicas e da eficácia institucional. As dificuldades elencadas referiam-se a formação de professores (ausência de formação ou formação precária), de atualização dos conteúdos específicos e pedagógicos dos cursos, de aplicação das metodologias, nos usos de técnicas e recursos audiovisuais, da compreensão da natureza da escola, do ensino técnico e de suas relações com a sociedade que a produziu.

As áreas dos cursos de Mecânica e Eletrotécnica foram as primeiras a iniciar um trabalho de atualização pedagógica e formação de professores por meio do Projeto de Atualização de Professores em Conteúdos Específicos, em conjunto com orientadores educacionais e supervisores de ensino das ETF's.

¹⁵ BRASIL: Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR) – Programa de Educação Técnica (1982).

Esse trabalho resultou em mudanças expressivas no que diz respeito à execução do currículo, das aulas propriamente ditas e das relações do trabalho desenvolvidas em sala de aula, atentando-se para a postura do professor frente a si mesmo e ao seu trabalho. Nesse sentido, percebe-se uma preocupação do CENAFOR a respeito do trabalho realizado pelo professor em sala de aula diante das mudanças.

Para o CENAFOR, esses problemas eram manifestados nos elementos curriculares da escola, das habilitações de cada curso, das atividades em sala de aulas e especialmente nos conteúdos programáticos, que de alguma forma dificultava a interação professor-aluno em três dimensões filosóficas:



Nessa perspectiva, uma concepção filosófica foi estabelecida para abranger de forma harmônica essas três dimensões. Mas qual o sentido dessas dimensões no currículo da ETFSP? Conforme documento do DPAD¹⁶, cujos profissionais acompanharam a reestruturação curricular na implantação da Lei 5.692/71, essas dimensões foram sintetizadas da seguinte forma:

- **O saber** permite ao aluno “situar-se no mundo como elemento crítico e renovador, envolvido com os valores culturais da sociedade de que ele participa”;
- **Saber-fazer** é o resultado da formação fornecida pela escola técnica, “instrumentalizando-o tecnicamente, para atuar nos setores especializados, em atividades práticas do seu campo profissional”.
- **Saber-ser** “implica o conhecimento de suas limitações, capacidades, habilidades e na atuação consciente de ação na sociedade”.

Observa-se que ETFSP firmou um compromisso com a educação do aluno autorrealizado, crítico e participativo, capaz de saber pensar e resolver problemas frente à

¹⁶ BRASIL: Documento Interno do DPAD. ETFSP – Uma instituição modelar de ensino. 1988

realidade econômica, política e social. Assim, o aluno pode ser reconhecido como sujeito do processo em sua dimensão técnica e política.

Diante desse compromisso, segundo o Regimento Interno da ETFSP, a organização curricular dos cursos foi estabelecida em um contexto social mais amplo, com participação direta de professores das áreas técnicas e das áreas de cultura geral, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, orientadores educacionais e supervisores de ensino.

Ao que tudo indica, era necessário criar uma pedagogia transformadora que compreendesse o trabalho docente como processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos, inseridos num contexto social amplo que envolvesse os aspectos econômicos, políticos e socioculturais e se desvencilhasse dos traços da pedagogia tradicional ainda arraigada no interior da escola.

Segundo Silva (2014, p. 24), Bobbit um dos representantes da pedagogia tradicional, compartilhou em meados de 1918 o pensamento de que a escola deveria funcionar tal qual uma empresa de ramo comercial ou fabril. Se retornarmos ao início da Escola de Aprendizes Artífices, esse era o pensamento arraigado na concepção da educação técnica, visto que tanto a sua arquitetura externa como o interior de suas salas de aulas, se assemelhavam ao interior de uma fábrica.(apud, SILVA, 2014, p.24)

O pensamento de Bobbit baseava-se na teoria da administração científica, cujos expoentes são os americanos Frederick Taylor e Henry Ford que ao difundir no início do século XX as formas de organização da produção industrial, destacavam a divisão entre o fazer, o planejar e o controlar. Essa teoria tinha por objetivo a racionalização extrema da produção, a maximização da produção e do lucro, alterando consideravelmente o sistema fabril.

Cabe salientar que o discurso taylorista e fordista “chão de fábrica” se fazia bastante presente nesse período, pois havia uma concepção de hierarquização do trabalho nas fábricas americanas, visto que o planejamento e controle cabiam aos intelectuais dirigentes e o *fazer* cabia aos técnicos profissionais preparados. Essa atitude refere-se também, ao discurso do governo republicano no final do século XIX com a instituição dos Grupos Escolares e das Escolas de Aprendizes Artífices.

Bobbitt entendia que currículo pedagógico do sistema educacional se resumia a duas questões: desenvolvimento e técnica e por isso era necessário trazer para dentro da escola os princípios característicos das atividades fabris e empresarias por meio de uma concepção curricular. Uma concepção curricular definida permitia a escola preparar o indivíduo para desempenhar papéis específicos em situações também específicas. (apud SILVA, 2014, p. 24).

O autor ainda ressalta que as ideias pedagógicas disseminadas por Bobbitt consolidam-se no livro publicado por Ralph Tyler por volta de 1949, que apresenta o currículo centrado em quatro questões básicas: currículo, ensino, instrução e avaliação. E, tal qual a Bobbitt, Tyler comunga da ideia de que o currículo é uma questão técnica.

Se a ETFSP ainda mantinha alguns traços da pedagogia tradicional sob o ponto de vista do currículo atrelado ao “chão de fábrica” e a sua arquitetura fabril, por outro lado, as influências da pedagogia nova evidenciadas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932¹⁷, que propunha transformar o ensino brasileiro por meio de uma educação pública, gratuita, leiga, sem qualquer restrição de raça, cor, sexo ou tipo de estudos, também se faz presente na nova proposta curricular das ETF’s debatidas pelo CENAFOR. Assim, os currículos escolares poderiam ser concebidos de modo a atender aos interesses dos alunos, das peculiaridades locais e regionais.

Diante dessa nova proposta, na ETFSP não seria permitido ao professor impor seu conhecimento ao aluno, numa atitude autoritária, embasada num modelo pedagógico já vivenciado em épocas anteriores. Era necessário estabelecer um currículo que promovesse um diálogo entre o saber do professor e o saber do aluno.

Percebem-se, nesse contexto, os movimentos de inserção das tendências pedagógicas críticas na ETFSP, no que diz respeito à proposta de conteúdo a ser ensinado e ao contexto sócio cultural do trabalho. Defendia-se a formação de uma educação “omnilateral” dentro de uma proposta de educação politécnica voltada para as habilidades necessárias ao mundo do trabalho, à formação cidadã e ao espírito crítico. Frigotto (2012, p. 267) afirma que educação omnilateral é:

¹⁷ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>> Acesso em 15/04/2016

“a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico”.

Dentro dessa concepção, houve a necessidade de reexaminar as práticas pedagógicas e o currículo pleno de cada curso oferecido na ETFSP que foi organizado horizontal e verticalmente.

Por um lado a proposta de educação profissional oferecida pela ETFSP buscava colocar no mercado de trabalho um profissional polivalente para atender as mudanças velozes do mundo do trabalho em virtude da introdução de novas tecnologias, visto que esse era o perfil profissional desejado no mundo globalizado. Por outro, havia uma grande preocupação por parte dos educadores da ETFSP para que esta não se tornasse somente uma agência formadora de mão de obra para os setores produtivos naquele período, visto que a ETFSP se identificava na cidade de São Paulo como uma escola diferente, sujeita as mudanças históricas, políticas, econômicas e sociais de seu tempo.

Nessa trajetória, a primeira mudança mais contundente ocorrida na instituição de cunho político refere-se à possibilidade de eleição para a escolha do diretor geral da ETFSP. O sonho da comunidade em eleger seu diretor vinha sendo acalentado desde a assinatura do Decreto nº 75.079 de 12 de dezembro de 1974, pelo presidente Ernesto Geisel. Esse decreto estabelecia uma nova estrutura organizacional das Escolas Técnicas Federais (ETF's).

Art. 2º Cada Escola será dirigida por um Diretor, que será seu representante legal, e os Departamentos por chefes, cujos cargos serão providos na forma da legislação específica.

O Decreto 85.843 de 25 de março de 1981 que tratava da reorganização do Ministério da Educação e Cultura em consonância com o Programa Nacional de Desburocratização instituído pelo Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, dá ênfase à descentralização das atividades deste ministério.

Concretizada à reestruturação dos órgãos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura, a ETFSP como autarquia vinculada ao Ministério da Educação, passa a configurar com uma nova estrutura organizacional composta de um Órgão Consultivo e Órgãos de Direção Superior. O primeiro composto de um Conselho Técnico Consultivo e o segundo composto de Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, Departamento de Ensino, Departamento de Administração e Departamento de Pessoal.

Em tempos de redemocratização e globalização, ao tentar promover o alcance de objetivos e interesses com os quais a instituição se comprometia, o modo como ocorreu à eleição para diretor da ETFSP mostrou um novo ciclo para a instituição.

O processo de escolha para a eleição do novo diretor da ETFSP ocorreu após 23 anos de intervenção militar, em meio à abertura política. Durante o processo eleitoral no primeiro semestre de 1986, a comunidade escolar foi dividida em três segmentos (docente, discente e técnico-administrativo) para que houvesse uma representatividade considerável da primeira eleição direta para a escolha do diretor. A eleição ocorreu em escrutínio secreto pelos três segmentos da comunidade escolar. Isso foi muito importante para dar uma visão a toda à comunidade do que seria um regime de democracia da qual o Brasil necessitava.

Após o pleito final, os nomes dos três candidatos mais votados de um total de nove concorrentes foram encaminhados para o aval do Conselho Superior. Formada a lista tríplice, encaminharam-se os nomes ao Presidente da República para a escolha de um deles para um mandato de 04 (quatro) anos.

Esse novo ciclo veio acompanhado de mudanças em sua estrutura organizacional e pedagógica, uma vez que o novo diretor Antonio Soares Cervila escolhido para dirigir a instituição no período de 1986 a 1989, propôs em sua plataforma eleitoral lutar constantemente para mudar as estruturas antigas de forma transparente e sem utopias.

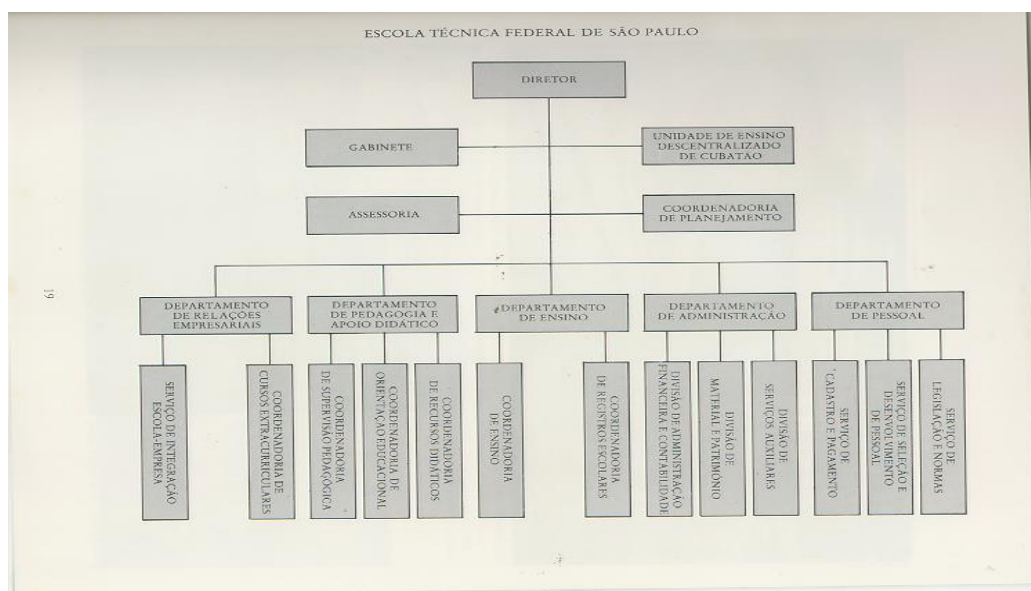
Um avanço na democratização da escola foi a escolha do diretor mediante eleições diretas, realizadas em 1986. Era uma aspiração antiga da comunidade escolar, transformada em realidade pela iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP). (BRASIL, HOMEM & TÉCNICA, 1988).

Segundo Paro (1996, p. 3) os anseios pela escolha de diretores escolares por meio de processo eletivo, foi um “fenômeno iniciado na década de 1980 no contexto da redemocratização política do Brasil”.

A segunda mudança efetiva ocorre no que diz respeito à gestão administrativa e educacional, promovida por uma nova filosofia de gestão centrada na democracia e na formação cidadã. Se por um lado a instituição era bem departamentalizada, por outro era bem descentralizada, visto que cada setor tinha liberdade para criar e desenvolver as atividades cotidianas, observando-se os fluxos e procedimentos legais externos e internos.

Tal afirmação foi corroborada durante a procura pelos diários de classe no *arquivo morto*, ao encontrar um grande volume de caixas de documentos separados e etiquetados por departamentos e coordenadorias: Departamento de Ensino (DE), Coordenadoria de Registros Escolares (CRE), Coordenadoria de Ensino (CEN) e o Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (DPAD), departamento responsável em promover as atividades relativas às práticas pedagógicas sistematicamente, apoiadas na Coordenadoria de Orientação Educacional (COE), Coordenação de Supervisão Pedagógica (CSP) e Coordenadoria de Recursos Didáticos (CRD), além do Departamento de Administração (DA) e Departamento de Pessoal (DP). A figura a seguir indica o organograma da ETFSP e seus principais departamentos e coordenadorias.

Figura 11 - Organograma ETFSP – 1987-1994



Fonte: Acervo IFSP – Documento - DPAD – ETFSP - 1987

À vista dessa nova estrutura organizacional considerada democrática, o cotidiano escolar era estabelecido a partir do calendário escolar anual, que incluía as atividades de administração geral enquanto órgão público a serviço da sociedade e a observância da legislação vigente em termos de quantidade de dias letivos para as práticas pedagógicas voltadas ao ensino da educação profissional. Todas as atividades pedagógicas programadas no calendário escolar deveriam ser observadas por todos os sujeitos que ali desempenhavam seus papéis.

O calendário escolar era elaborado a cada final de ano letivo sob a responsabilidade do Departamento de Ensino (DE) em comum acordo com outros setores da instituição. Tais setores eram ligados diretamente com as atividades pedagógicas especialmente o DPAD, responsável pelo acompanhamento da execução das práticas pedagógicas e da CRE, responsável pelo recebimento e divulgação dos resultados obtidos pelos alunos por meio do Diário de Classe em seus respectivos bimestres.

O horário de funcionamento administrativo da instituição iniciava a partir das 6h30 e terminava às 23h30. O horário pedagógico destinado às atividades escolares em sala de aula ou atividades pedagógicas externas era distribuído em três períodos distintos (matutino, vespertino e noturno) durante seis dias da semana.

As aulas eram ministradas de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 12h15 (matutino); das 13h15 às 18h30 (vespertino) e das 18h50 às 23h05 (noturno). Aos sábados em dois períodos: das 7h às 12h15 (matutino) e das 13h15 às 18h30 (vespertino). A duração de cada aula correspondia a 50 (cinquenta) minutos nos períodos matutino e vespertino e 40 minutos no período noturno.

A tolerância para o atraso em cada aula tanto para o professor como para o aluno era de apenas 10 (dez) minutos. Esgotado o prazo de tolerância, o aluno que chegasse atrasado deveria esperar para entrar na sala apenas na aula seguinte, recebendo no cômputo da frequência uma falta-aula. No caso de atraso do professor, este recebia uma falta-aula que era computada no relatório semanal e ficava sujeito à reposição no decorrer do bimestre ou ao final do ano letivo. Essas ocorrências deveriam ser registradas também no Diário de Classe da respectiva disciplina prevista para aquele horário.

Dentro da filosofia de garantir as aulas programadas, exigiam-se a assiduidade e a pontualidade dos professores. Para não haver generalizações, professores faltosos ou impontuais eram convocados para uma reunião com o coordenador de sua área e o DPAD para se chegar a um acordo de como sanar tal deficiência.

No que tange as ocorrências disciplinares por parte do corpo discente, o DE em conjunto com o setor de orientação educacional e inspetoria de alunos, estabeleciam regras de comportamento no interior da escola, que eram divulgadas no manual do aluno a cada início de ano letivo ou em murais distribuídos pelos diversos setores da instituição. Assim, a ETFSP procurava manter a ordem e a disciplina, com o objetivo de preservar a segurança de todos,

uma vez que os laboratórios e oficinas eram ocupados por máquinas funcionando 24 horas por dia à base de altas voltagens.

Em terceiro lugar, houve mudanças quanto às atividades pedagógicas propriamente ditas que envolviam o interior da escola e da sala de aula, perpassando pelos documentos de escrituração escolar de todos os cursos, atividades extraclasse, atividades culturais internas e externas e documentos que mostravam a trajetória escolar de cada aluno.

Foram normatizados fluxos e procedimentos que convergiam desde a entrada do aluno na instituição (ficha de matrícula), permeando o seu dia a dia na escola (boletins de notas, atestados, grades curriculares, planos de ensino, ocorrências disciplinares, diários de classe) até a emissão final do histórico e diploma escolar.

Toda essa gama de documentos voltada ao acompanhamento de vida escolar do aluno e das práticas docentes fazia-se presente nas atividades realizadas no cotidiano da ETFSP. Havia uma grande preocupação por parte da equipe pedagógica em manter um diálogo entre professor-instituição, professor-aluno e instituição-sociedade. Daí a importância do registro dessas atividades em documentos oficialmente instituídos (plano de ensino, grade curricular e diário de classe). Esse tripé documental torna-se a base para o acompanhamento pedagógico da proposta educacional da ETFSP e será analisado na terceira parte deste capítulo e no capítulo 3.

Amparadas pelas novas tecnologias e equipada com um computador Burroughs B-1900 (moderno para o período) a ETFSP desenvolveu em 1987 vários softwares visando aperfeiçoar os registros documentais escolares, destacando-se o sistema acadêmico que foi dividido em *sistema aluno* e *sistema professor*.

O *sistema aluno* consistia no cadastro de dados pessoais e de vida escolar de todo o corpo discente, discriminado por turmas, séries e cursos e que se atualizava com o fluxo de informações de outros departamentos e coordenadorias.

Havia também a digitação bimestral dos canhotos de notas (parte destacável do diário de classe). Os dados dos canhotos preenchidos pelo professor geravam um mapa que abrangia todos os alunos da turma, contendo notas e faltas em cada uma das disciplinas. Além disso, eram computados dados estatísticos sobre as disciplinas com melhores e piores desempenhos e disciplinas com maior e menor frequência, aprovação e reprovação.

Todas essas informações tiradas dos diários de classe dos professores eram digitadas no computador e subsidiavam aos professores e ao DPAD para as reavaliações pedagógicas periódicas.

Havia ainda o *Sistema Plano de Ensino* que continha os dados relativos aos conteúdos de cada uma das disciplinas de todos os cursos, que resultava em um documento denominado de *Plano de Ensino*, explicitado na terceira parte desse capítulo. Tal informatização permitiu que as alterações dos conteúdos para o ano letivo seguinte, fossem feitas somente se o professor da disciplina achasse necessário.

Segundo informações contidas no relatório¹⁸ do DPAD, esse sistema de informática adotado pela ETFSP em 1987 foi considerado pelo MEC como o melhor sistema entre todas ETF's, pois a margem de erros era muito baixa. Ao que parece, a direção da escola acreditava que, quanto melhores fossem as condições disponibilizadas aos professores, essas refletiriam no rendimento do aluno e na qualidade do ensino oferecido pela instituição.

Por último, de acordo com o relatório, o cotidiano escolar passou por transformações expressivas em termos de participação dos sujeitos na administração escolar baseado no tripé “coesão, integração e harmonia”. Uma série de atividades voltadas às questões de apoio ao ensino que antes pareciam ser restritas somente aos professores, supervisores e pedagogos, passou a ser discutidas e executadas por todos os segmentos da instituição. A partir daquele momento, todas as ações deveriam ser discutidas em conjunto com os docentes, técnico-administrativos e discentes. Cada segmento poderia manifestar sua opinião e sugerir mudanças para aperfeiçoar a qualidade do ensino.

Ainda sob a responsabilidade do DE e do DPAD, as ações foram direcionadas na integração interna de todos os setores que, de maneira direta ou indireta, contribuíssem para a efetivação do processo ensino e aprendizagem e de uma administração escolar democrática.

Ainda conforme o relatório, os primeiros dois anos de gestão do diretor geral Antônio Soares Cervila, a ETFSP pôde experimentar uma nova realidade educacional que envolvia serviços de cultura e lazer, de saúde e de assistência social aos alunos carentes, de orientação e supervisão educacional com vistas ao melhor rendimento em sala de aula tanto para alunos como para professores, além de uma intensa preocupação com o meio ambiente que resultou

¹⁸ BRASIL: ETFSP – Uma escola modelar de ensino – 1988.

em projetos de qualidade de vida na ETFSP. Inseriu-se também uma nova política de recursos humanos voltada aos programas de capacitação e qualificação profissional dos servidores,

Além disso, foi dinamizada a escrituração escolar, aprimorando o sistema de matrícula e o acompanhamento da vida escolar do aluno. Aperfeiçoou-se o atendimento aos alunos em suas solicitações documentais, diminuindo os prazos de entrega, visto que os sistemas de informática introduzidos na instituição reduziam o tempo para emissão de boletins de notas, históricos escolares, atestados e certificados de conclusão de curso entre outros.

Terceira Parte – O Curso Técnico Regular Em Mecânica

O Técnico em Mecânica

Tendo em vista a busca da compreensão do sentido do trabalho docente, especificamente do professor do curso de mecânica por meio do diário de classe, faz-se necessário abordar a estrutura do curso.

Remanescente da Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo, quando esta ainda ofertava oficinas voltadas para o artesanato de carpintaria e das artes decorativas, de tornearia, mecânica e eletricidade o curso só passou ao nível de técnico oficialmente em 1942 com a Lei Orgânica de Ensino e em 1965 recebeu a nomenclatura definitiva de *Curso Técnico Regular em Mecânica*, em nível de 2º Grau.

O curso tinha duração de 04 (quatro) anos, incluindo estágio obrigatório. Sendo aprovado na 3ª série, o aluno recebia o certificado de conclusão do 2º grau, podendo dar prosseguimento aos estudos de nível superior. Concluída a 4ª série recebia o diploma de técnico em mecânica, devendo obter junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) o registro para atuar de forma regulamentada no mercado de trabalho.

O Curso Técnico Regular em Mecânica oferecido pela ETFSP entre os anos de 1986 a 1989 visava preparar o aluno para exercer profissionalmente uma habilitação específica em nível de 2º Grau desenvolvendo, ao lado de uma cultura geral consistente, atitudes que favorecessem a sua atuação como elemento produtivo na vida profissional e pessoal. Esse era o discurso propalado pela ETFSP aos candidatos a uma vaga em seus cursos anualmente.

Além disso, proporcionava ao aluno condições para prosseguimento dos estudos em nível superior.

O técnico em mecânica¹⁹ da ETFSP era o profissional formado em nível de 2º grau, habilitado para exercer funções de orientação, execução e controle de produção nas atividades de sua especialização.

O aluno habilitado nesse curso poderia aplicar os seus conhecimentos nos mais diversos ramos da atividade secundária em diferentes níveis de atuação (levantamento de pesquisas, projetos, organização e processos indústrias, supervisão, operação e desenho técnico), aplicando conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo dos quatro anos de curso. O profissional poderia atuar em indústrias, fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos, laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa, prestadoras de serviço, desenho de máquinas no campo da indústria mecânica, eletromecânica, de material elétrico e eletrônico, manutenção industrial e ainda na área de serviços como profissional autônomo.

Na prática, esse técnico poderia atuar na elaboração de projetos de produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos; planeja e programa, aplica e controla procedimentos de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos, conforme normas técnicas e normas relacionadas à segurança. Além disso, poderia controlar processos de fabricação, aplicar técnicas de medição e ensaios, além de especificar materiais para construção mecânica e programa máquinas CNC (Controle Numérico Computadorizado).

Para que a ETFSP habilitasse um aluno de forma adequada às exigências do mercado de trabalho na época e atender a legislação vigente que normatizava o ensino profissional em termos de conteúdos, era necessário um grande investimento em relação à infraestrutura de cada curso.

Por ser uma autarquia federal, a instituição dependia financeiramente das verbas aprovadas no orçamento da União. O planejamento e acompanhamento de toda e qualquer atividade que envolvesse custos eram realizados pela Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) que mantinha ligações diretas com órgãos superiores do MEC das áreas de

¹⁹ BRASIL: Manual do Candidato – Exame de Classificação - 1987.

planejamento e finanças, para que a execução dos programas fosse feita segundo os parâmetros estabelecidos em lei.

Sendo assim, havia uma grande expectativa para que a proposta de gastos anuais da instituição fosse aprovada junto aos órgãos competentes em Brasília, respaldada nos projetos de manutenção e ampliação dos cursos oferecidos.

A área do curso de mecânica, por ser a mais antiga, era composta por um número maior de alunos. Com entradas anuais de 280 alunos de primeiro ano, havia em média 07 (sete) turmas de 40 (quarenta) alunos ocupando um grande espaço físico nos períodos matutino, vespertino e noturno. Portanto, gerava mais custos em compra e manutenção dos materiais e maquinários instalados nas oficinas e laboratórios.

Instalações Físicas do Curso

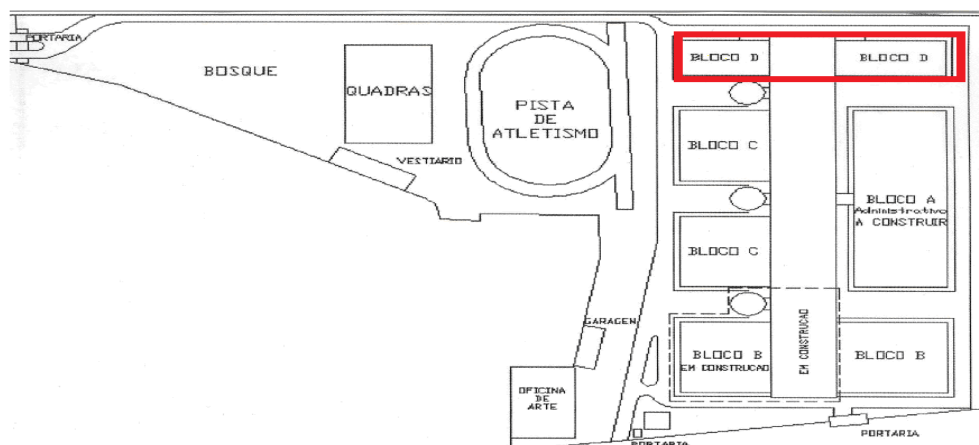
As instalações gerais da ETFSP, destinadas especificamente para as atividades teóricas e práticas de ensino, eram desenvolvidas em ambientes específicos e ainda contavam com áreas esportivas, de recreação e lazer.

As atividades práticas relacionadas às disciplinas específicas da parte diversificada do currículo pleno em mecânica eram realizadas nas áreas ocupadas por laboratórios específicos e nas diversas oficinas mecânicas do piso térreo e subsolo do prédio, separadas por níveis de tecnologia entre o básico e o avançado.

As aulas teóricas e de cultura geral eram ministradas no bloco do piso superior, com exceção dos laboratórios de química, física e biologia, instalados no piso térreo com melhor acessibilidade em situações emergenciais, visto que nesses laboratórios havia produtos inflamáveis.

A área do curso de mecânica era e ainda é composta por dois blocos distintos, separados por um corredor conhecido por todos como saguão da escola e se diferencia pelos tipos de oficinas, laboratórios e maquinários instalados em cada um deles, conforme figura 12 letra D.

Figura 12 - Planta simplificada – Área interna da ETFSP –1980



Fonte: IFSP – Documento – DPAD/ETFSP - 1987

Desde 1977 a ETFSP investia regularmente em equipamentos para os seus cursos. Na década de 1980, em virtude das novas tecnologias e das demandas do mercado de trabalho por profissionais de nível médio com boa qualificação profissional, pôde verificar-se que a estrutura física da área de mecânica em suas oficinas, laboratórios e maquinários se assemelhavam a uma indústria de base moderna voltada à metalurgia. Porém, cabe ressaltar que alguns maquinários apresentavam razoável estado de conservação, uma vez que foram adquiridos no início do século XX, mas ainda mantinham condições de funcionamento.

Com essa nova configuração e ampliação das oficinas e laboratórios, houve a necessidade de uma divisão da turma para as aulas práticas. A turma era separada por grupos de até cinco alunos, acompanhadas de professores para a prática do fazer. Nesse momento, realizava-se o “chão da fábrica”²⁰, termo utilizado pelos professores para mostrar aos alunos que era necessário apresentar-se dentro das fábricas de maneira correta, comportada, responsável e com respeito aos níveis de segurança e hierarquia. Durante as aulas, os professores e alunos eram obrigados a utilizar óculos de proteção, aventais (jaleco), luvas e calçados adequados em atendimento às normas de segurança do trabalho e os procedimentos internos da ETFSP.

Nesse período ainda, foi criado a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que acompanhava o trabalho de todos os servidores e alunos, garantindo o respeito às normas de segurança do trabalho. A CIPA promovia regularmente treinamentos

²⁰ Descrição relatada pelo Professor Valdir de Oliveira (2014) para entender o significado termo utilizado por Taylor e Ford “chão de fábrica”.

sobre as normas de segurança, visto que anualmente a ETFSP matriculava novos alunos em seus cursos. O quadro a seguir mostra a divisão e subdivisão dos laboratórios e oficinas em termos de tecnologia para a realização das atividades práticas específicas do curso técnico em mecânica.

Tabela 3 - Oficinas e laboratórios de mecânica na década de 1980

Área	Tipo	Equipamentos/Materiais
Oficina de Usinagem Geral	Leve	Torno, Fresa, Retífica
	Pesada	Mandrilhadeira, Furadeiras Horizontais, Plaina de Mesa
	Precisão	Hauser, Furadeira Coordenada que operam em condições de temperatura controlada.
Laboratório de Conformação	Ajustagem	Bancadas – Morsa – Retíficas, Furadeiras e Serras Horizontais.
	Solda	Solda Oxi-acetilênica e Solda Elétrica
	Fundição	Forno à Diesel, Modelagem e Macharia.
Laboratório de Ensaios	Mecânicos (Destrutivos e Não-Destrutivos)	Durômetro, Máquinas de Ensaio de Tração, Líquidos Penetrantes, Torção, Impacto, Magna Flux
	Metalográficos	Lixadeiras, Politrizes, Microscópicos, Máquina de Corte, Embutidora. Metalurgia (metais e composição química).
Laboratório	Automação Hidráulica	Cilindro, Válvulas, Circuito (líquido para óleo). Montagem de circuitos hidráulicos.
	Automação Pneumática	Cilindro, Válvulas, Circuito Montagem de circuitos pneumáticos.
	Automação	CIN – Célula Integrado de Manufatura.
Laboratório	Automobilística	Modelo de Carro em Corte, Motores, Peças de Automóveis.
Laboratório	Metrologia	Projetor de Perfil, Medidor de Ângulo Talyrondi.

Fonte: Elaboração da pesquisadora²¹

Para administrar esse ambiente, era necessária uma equipe preparada para atender as demandas dos alunos, dos próprios professores e da própria manutenção física do ambiente. Por isso, era necessário um coordenador de laboratório para auxiliar o coordenador de curso, que se ocupava de outras funções voltadas ao ensino e a aprendizagem.

²¹ A elaboração desse quadro contou com o apoio técnico de professores da Área de Mecânica do IFSP/ETFSP, vistos que as informações contidas nos Planos de Ensino estão por ordem de disciplinas.

A Coordenação do Curso Técnico Regular em Mecânica

A responsabilidade pela coordenação do curso ficava a cargo de um coordenador eleito entre os pares, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo prorrogado por mais dois. O coordenador do curso era o vínculo entre professores, alunos e a direção da ETFSP.

Cabia ao coordenador do curso, juntamente com o coordenador de laboratórios, responsabilizar-se por todas as atividades inerentes ao curso. As atribuições desses profissionais incluíam: planejamento e execução de todas as atividades programadas, criação de novos cursos, adequação e atualização dos cursos existentes em virtude das demandas do mercado industrial em termos de conteúdos programáticos e grades curriculares, elaboração de horário pedagógico anual, organização de visitas técnicas e acompanhamento dos estágios supervisionados junto ao CIE-E, além do acompanhamento das aulas durante o bimestre letivo.

Ao coordenador de laboratório cabia à função de zelar pelos laboratórios e oficinas, verificando o bom ou mau funcionamento dos equipamentos, atentando para as avarias causadas pelo uso contínuo ou mau uso do maquinário, solicitar reparos aos técnicos competentes, preparar lista de compra de materiais e equipamentos e organizar o horário de utilização desses equipamentos pelos professores e alunos das turmas.

Ao professor competia a regência de classe das disciplinas que lhes foram designadas para o ano letivo, cumprindo dentro dos prazos estabelecidos a execução dos programas de ensino e o registro das atividades, sintetizado nos diários de classe.

Além disso, a coordenação do curso também contava com o auxílio de um aluno (monitor), para tarefas de administração geral junto ao coordenador do curso e tarefas específicas de laboratório. A escolha do monitor se dava por meio de inscrição junto à COE, visto que essa tarefa assistencialista era remunerada por um período de 4 (quatro) horas diárias, em horário oposto ao de estudo do aluno.

Segundo os critérios para o trabalho de monitoria elaborado pela COE e a Caixa Escolar (setor de assistência aos alunos), se houvesse o mau desempenho nos estudos pelos alunos monitores, a COE solicitava à coordenação do curso o cancelamento da monitoria. Isso se dava, pois o propósito dessa tarefa era assistir o aluno carente no que diz respeito à alimentação e transporte para a escola e também possibilitar ao aluno compreender o funcionamento da gestão e prática profissional em ambiente cunho industrial.

Corpo Docente – Seleção e Formação Acadêmica

Outro dado importante está associado ao perfil do professor da instituição. Esses dados foram levantados a fim de buscar entender o sujeito que utilizou os diários de classe sobre os quais irei tratar no capítulo 3. O corpo docente da ETFSP também se diferenciava em relação aos professores de outras instituições escolares da capital paulista. Por isso é necessário explicitar como ocorria o processo seletivo para o provimento de cargo de professor, uma vez que o quadro de docentes do curso técnico em mecânica do período pesquisado passou por um processo seletivo diferenciado e não por um concurso público dos moldes atuais.

O Decreto 85.712 de 16 de fevereiro de 1981, em seu Capítulo I, artigo 1º²², dispunha sobre as atividades de magistério 1º e 2º graus, mantidas pela União.

Art. 1º. O Magistério de 1º e 2º Graus do Serviço Público Civil da União e das Autarquias mantidas pela União abrange atividades de preparação e ministração de aulas em disciplinas, áreas de estudo ou atividades, avaliação e acompanhamento de atividades discentes, no ensino de 1º e 2º graus na educação especial e pré-escolar, bem como atividades de administração escolar.

Parágrafo único - Compreendem-se nas atividades de administração escolar do magistério de 1º e 2º graus aquelas inerentes à coordenação de curso, área ou disciplina e à direção, assessoramento e assistência em unidades ou órgãos com atribuições básicas pertinentes ao ensino e, ainda, em unidades organizacionais do Ministério da Educação e Cultura, ligadas especificamente à educação e à cultura.

Além disso, o candidato deveria participar de um concurso público para o preenchimento de vagas ofertadas pela instituição, conforme a legislação vigente.

Art. 3º. O ingresso na carreira de Magistério de 1º e 2º Graus far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, em que serão verificadas as qualificações essenciais exigidas para o desempenho das atividades inerentes às classes.

§ 1º O concurso a que se refere este artigo será planejado, organizado e executado pelas próprias instituições ou estabelecimentos de ensino, observadas as normas pertinentes.

A Portaria nº 330 de 04 de maio de 1981 expedia normas para orientar as instituições autárquicas à aplicação do concurso público para o provimento das vagas na carreira do magistério de 1º e 2º Graus. Além da comprovação por meio da titulação formal ou de notório saber conforme estabelecia a legislação, o concurso da ETFSP contava também com uma prova prática para avaliar o desempenho dos candidatos em sala de aula. O candidato inscrito sorteava o tema da aula 24 horas antes da prova prática. Com a presença de 20 (vinte) alunos

²² BRASIL: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85712-16-fevereiro-1981-435081-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 17/10/2015

e uma banca de 05 (cinco) examinadores em sala de aula, o desempenho do candidato era avaliado segundo alguns critérios estabelecidos pela instituição.

Ao examinar de forma minuciosa os critérios adotados na portaria para a escolha de um candidato, foi possível verificar em documentos da supervisão pedagógica²³ que o examinador deveria observar dois critérios básicos e distintos: conhecimento específico do conteúdo e a interação com a classe.

Quanto ao conhecimento do conteúdo, o candidato deveria mostrar se de fato conhecia o assunto por meio da ênfase dada aos pontos mais importantes da temática sorteada. Era observado se usava técnicas de uso de lousa ou recursos didáticos mais adequados ao assunto; se estabelecia um encadeamento lógico do assunto sem pular passos ou etapas; se na adequação do tempo, sabia distribuí-lo de forma a garantir o desenvolvimento do assunto, a síntese final e a avaliação; se na síntese final da aula fez um resumo dos conceitos básicos.

Quanto à interação com a classe, era necessário que o examinador observasse o comportamento do candidato: a apresentação inicial – se o candidato cumprimentava os alunos e se fazia uma breve introdução sobre o objetivo da aula; observação de clareza e dicção – se o vocabulário utilizado continha excesso de gírias, repetição de expressões, como “né”, “tá”, “pois é”; se o tom de voz era adequado para que todos pudessem ouvir, se tinha facilidade de se expressar no relacionamento com os alunos – ouvia, respondia, perguntava, dava atendimento individual quando solicitado, agia com a classe como um todo, mantinha o ambiente tranquilo. Iniciativa: se coordenava com segurança todas as atividades propostas durante a aula, se sabia resolver de maneira prática algum problema surgido de forma inesperada. Motivação: se sabia despertar o interesse e prendia atenção dos alunos durante a aula e se movimentava adequadamente durante a aula.

Pode-se observar na descrição acima que, além de exigir conhecimentos específicos sobre o conteúdo da disciplina que o candidato pleiteava, era necessária também uma postura que a instituição julgava adequada por parte do docente em sala de aula. No caso específico da escolha de professores do Curso Técnico Regular em Mecânica, era necessário também aos candidatos de disciplinas técnicas mostrarem conhecimentos práticos junto aos laboratórios e oficinas de máquinas mecânicas.

²³ BRASIL: Documento DPAD – Instruções para a avaliação dos conhecimentos específicos.

Para os professores que não possuíam a titulação formal docente, mas somente a experiência na indústria, era exigida a autorização para lecionar por meio da carteira de registro docente do MEC. Cabe sublinhar que a antiga LDB N° 5.692/71 exigia o registro profissional do professor como condição para o exercício do magistério.

A chamada carteira de registro docente do MEC era concedida pela Delegacia do MEC no Estado onde residisse o interessado. A regulamentação destinava ao exercício na Educação Básica para professores e especialistas em educação, conforme Portaria MEC n° 399, de 28 de junho de 1989, mas foi revogado pela Portaria MEC n° 524, de 12 de junho de 1998. A partir de julho de 1998 o MEC deixou de fornecer a carteira de professor, pois o exercício do magistério passa a ser comprovado pela apresentação do diploma de licenciatura plena e pelo histórico escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a escolha para docentes na ETFSP passa a ser feita por meio de edital de concurso público, exigindo por parte do candidato prova de conhecimentos gerais e específicos, prova prática e prova de títulos, além de experiência reconhecida na área de formação e do magistério.

O contrato de trabalho do professor se caracterizava de 3 maneiras: regime de 20 horas, sendo que de 10 a 12 horas/aula em regência de classe e o restante para preparação e participação em reuniões de área; regime de 40 horas, sendo que de 20 a 24 horas/aula em regência de classe e o restante para participação em reuniões de área; regime de dedicação exclusiva (RDE), sendo 20 a 30 horas em regência de classe, reuniões de área e o projeto específico relacionada à área de formação ou atuação.

A ETFSP contava também com cargo de professor substituto, contratado por um período determinado para substituir um professor afastado por motivo de aposentadoria, tratamento médico ou ocupando uma função gratificada (FG) ou cargo de direção (CD).

As atividades docentes regulamentadas no RI da instituição eram pertinentes ao cargo ocupado, cujas atribuições estavam previstas na legislação de ensino e no edital do concurso, tendo como fim a transmissão e ampliação do saber da educação técnica profissional.

A presença do professor era controlada por folha de frequência e o controle das aulas dadas era feito pelo inspetor de alunos. Os registros de presença podiam ser averiguados também no diário de classe, porém essa tarefa só era possível no final do bimestre letivo,

quando o professor entregava o diário de classe no DPAD. Dessa forma, a ETFSP optou por outros meios de acompanhamento da presença do professor na escola e não pelo diário de classe. Nesse sentido, verifica-se que na ETFSP, o diário de classe tem uma função pedagógica e não de controle de presença em sala de aula.

No período de 1986 a 1989 o corpo docente da ETFSP girava em torno de 150 professores e aproximadamente 125 técnicos administrativos. Os professores na ETFSP eram conhecidos pelo “nome de guerra²⁴”. No que diz respeito à área de mecânica o contingente aproximava-se de 48 professores, excluindo-se os professores das disciplinas propedêuticas alocados nas áreas de Cultura Geral e Eletrotécnica (ELE). Os professores da área de ELE ministravam disciplinas técnicas relacionadas à elétrica para o curso de mecânica.

Para os que lecionavam as disciplinas propedêuticas exigia-se a formação mínima em cursos de licenciatura. Para os que lecionavam disciplinas técnicas exigia-se a formação acadêmica em níveis de bacharelado ou engenharia.

Além da variedade de formação na área de engenharia, contava-se com profissionais com larga experiência em diversos ramos da indústria mecânica. Para aqueles que não possuíam licenciatura, foram oferecidos os cursos Esquema I e Esquema II²⁵. A tabela 4 mostra o grau de formação dos professores da área específica de mecânica, excluindo-se os dados estatísticos relacionados aos professores de disciplinas propedêuticas, que não foram acessíveis à pesquisadora.

Tabela 4 – Formação acadêmica dos professores do curso de mecânica em 1989

Titulação	Quantidade
Graduação	15
Aperfeiçoamento	2
Especialização	25
Mestrado	3
Doutorado	3

Fonte: Levantamento da pesquisadora – CME/201

²⁴ Nome de guerra – refere-se ao sobrenome do professor ou o primeiro nome caso não fosse homônimo.

²⁵ Esquema I – Curso Superior Completo ou com 2/3 do curso já obtido, constituído de disciplinas didático-pedagógicas. Parece 303/86 – CESU – MEC – Conselho Federal de Educação 08/05/86.

Corpo Discente – Seleção e Perfil Social.

Os dados sobre o corpo discente foram levantados visando compreender quem são os sujeitos que ingressam no curso técnico em mecânica da ETFSP. O corpo discente da instituição era constituído de alunos, regularmente matriculados e frequentes nos diversos cursos e níveis de ensino (regular e complementar²⁶), aprovados em um rigoroso processo seletivo, denominado de exame de classificação, popularmente conhecido como “vestibulinho da federal”.

Segundo informações obtidas em documentos da Coordenadoria de Exames e Classificação (CEC) criada em 1982, a ETFSP atraía um número crescente de candidatos a uma das 860 vagas oferecidas em seus cursos, pela boa qualidade do ensino oferecido e por sua gratuidade. O número de candidatos nesse mesmo ano chegou a 6.352, superando o número de vagas oferecidas. O tipo de conhecimento exigido para o candidato a uma vaga foi destaque nos jornais da época, pela qualidade das provas classificadas como excelente.

Os candidatos se submetiam a um rigoroso exame de classificação para o ingresso na primeira série cujas provas versavam sobre matérias do núcleo comum referentes aos conteúdos de 1º grau. Assim, era necessário que o candidato fosse concluinte do ensino de 1º grau ou equivalente, conforme a legislação vigente na época e ter um alto grau de conhecimento dos assuntos exigidos nas provas.

O interesse em concorrer a uma vaga nos cursos da escola era tão grande, que em 1981 ocorreu uma proliferação de cursinhos particulares preparatórios para o referido exame. Tal proliferação levou a instituição a avaliar se de fato a escola era absorvida pelos alunos de baixa de renda. Pois, os candidatos aprovados no exame de classificação, em sua maioria, frequentaram os cursinhos preparatórios particulares e nesse sentido já caracterizava o início da elitização do ensino técnico profissional. Diante de tal constatação, o governo federal propiciou o Projeto PEBE VII do Ministério do Trabalho às Escolas Técnicas Federais a possibilidade de ofertar o curso preparatório politécnico aos candidatos de baixa renda.

²⁶ Curso Complementar. Era o curso oferecido aos alunos que possuíam o ensino médio e necessitava de uma habilitação profissional para ingressar no mercado de trabalho. Informação obtida no Manual do Candidato – ETFSP - 1987.

O relatório de atividades 1988/1989 da ETFSP mostra o número de inscritos e a proporção média de candidatos por vaga nos diversos cursos oferecidos pela instituição conforme mostrado na tabela 5.

Tabela 5 – Inscrições anuais de candidatos - exame de classificação

ANO	CURSO	INSCRIÇÕES	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO VAGA
1986	Regular	6.978	860	8,11/1
1987	Regular	7.520	860	8,74/1
1988	Regular	7.215	860	8,39/1
1989	Regular	10.200	860	11,86/1

Fonte: Uma Instituição Modelar de Ensino – 1987

Os dados estatísticos evidenciam que o interesse pelos cursos da ETFSP aumentava gradativamente ano após ano. Conforme documentos da CEC, três fatores principais contribuíam para a grande procura no vestibular: bom nível de ensino da instituição, pela sua gratuidade e por fornecer condições ao aluno de prosseguir os estudos em nível superior, levando consigo uma profissão de nível técnico.

A escolha do curso por parte do candidato dependia de sua classificação no exame. Logo, o candidato deveria estar entre os primeiros colocados para ter a oportunidade de escolher o curso de sua preferência, o horário de estudos (matutino, vespertino, noturno) e as atividades de educação artística de seu interesse (artes plásticas, artes cênicas e artes musicais). Estar entre os 120 primeiros colocados, por exemplo, significava estar no grupo de elite dos melhores alunos iniciantes do ano letivo.

Documentos internos da ETFSP mostram que anterior à década de 1980 a maior demanda de candidatos era para os cursos de Mecânica, Eletrotécnica e Edificações, nessa ordem. Posterior a esse período, em virtude da criação de novos cursos e das influências da globalização com suas novas tecnologias a ordem de procura passa a seguinte: Processamento de Dados, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Edificações e Telecomunicações.

Anualmente a instituição fazia um levantamento prévio do perfil social do estudante que ingressava em cada curso por meio de um questionário disponível no manual do candidato do exame de classificação. Entre os anos de 1986 e 1989 foi feita uma caracterização geral dos alunos regularmente matriculados e frequentes da instituição. Foram considerados os seguintes critérios: a faixa etária, a região de moradia, a renda familiar, o

sexo, a situação escolar anterior e o motivo de escolha do curso. Nesse levantamento observou-se que havia uma predominância do sexo masculino em todos os cursos oferecidos pela instituição, ultrapassando anualmente a 80%.

Em uma breve análise dos livros de matrículas da CRE, constata-se que a faixa etária dos alunos regularmente matriculados nas turmas de 1º ao 4º ano do Curso Técnico Regular em Mecânica variava entre 13 anos e 16 anos. Essa faixa etária não é surpreendente, visto que os alunos nessa idade estão na época de cursar o 2º grau.

As regiões de moradia predominantes recaem sobre as zonas sul e leste. Ainda que oriundos de escolas públicas (estaduais e municipais) em sua maioria, os pais proporcionavam aos filhos cursos preparatórios para o ingresso na ETFSP. A renda familiar dos alunos concentrava-se entre 5 (cinco) e 24 (vinte e quatro) salários mínimos vigente à época, cujas famílias eram compostas de 3 (três) a 5 (cinco) pessoas. A partir de 1988, o número de alunos oriundos das elites cresce gradativamente anualmente.

Os dados apresentados no relatório de atividades do DE não explica o porquê do gênero masculino predominar nos cursos da ETFSP, mas deixa subentendido que tal percentual se justifica em virtude do tipo de curso voltado à indústria oferecido pela escola na época: Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Informática e Edificações. Observa-se também que nos dois últimos cursos havia um percentual razoável do gênero feminino, porém ainda com predominância do gênero masculino. A tabela 6 mostra o contingente masculino e o feminino regularmente matriculado no período entre 1986 e 1989.

Tabela 6 – Gênero: matrículas entre 1986-1989

Sexo	Ano			
	1986	1987	1988	1989
Masculino	274	271	269	266
Feminino	16	18	12	20

Fonte: Elaboração da pesquisadora baseada nas matrículas efetivas dos diários de classe – 2014

No caso especificamente do Curso Técnico Regular em Mecânica, a predominância do gênero masculino regularmente matriculado e frequente chegava a quase 100% em algumas turmas, conforme dados extraídos dos Diários de Classe entre os anos de 1986 e 1989. Nesse

caso, ainda verifica-se a incipiente inserção do contingente feminino nos cursos de educação técnica profissional de 2º grau, voltados à indústria de base.

Pelos dados apresentados nos relatórios do DPAD, verificam-se que os alunos da ETFSP não formavam um grupo homogêneo, especialmente aqueles oriundos dos dados obtidos nos quesitos: renda familiar, escola pública e região de moradia. Os dados da situação escolar anterior mostravam que na grande procura pela ETFSP, especialmente nos cursos regulares, o ingressante oriundo do sistema público de ensino de primeiro grau enfrenta-se com aquele que frequentou a escola particular e, nessa disputa, há um ligeiro insucesso dos oriundos das escolas estaduais e municipais. Nesse sentido, a ETFSP pode ser contextualizada nas reflexões de Bourdieu (1998) quando discute as desigualdades de desempenho escolar de indivíduos de diferentes classes sociais.

Ainda segundo uma pesquisa interna do CIE-E sobre a trajetória dos alunos que se matricularam na ETFSP entre os anos de 1982 e 1992, os dados mostram que 74% concluem o estágio e 57% trabalham como técnico por algum tempo, sendo que 16% permanecem no mercado como técnico de nível médio. Os dados ainda mostram que quase a totalidade dos egressos (89%) prestou exame vestibular e destes 91% ingressaram em cursos de nível superior, sendo 31% em área afim do curso técnico²⁷.

Estrutura Curricular do Curso Técnico Regular em Mecânica

No contexto do trabalho pedagógico o curso era norteado por um conjunto de documentos formalmente existentes na ETFSP (plano de ensino, grade curricular e diário de classe). Esse tripé documental era organizado em conformidade com o Regimento Interno e a Organização Didática.

A elaboração desses documentos era de responsabilidade da coordenadoria do curso em consonância com o grupo de professores especialistas da área técnica de mecânica, sob a supervisão de pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e técnicos em informática. Cada um desses documentos tem um padrão específico de escrituração, uma função social individual e coletiva que resultará no que Bourdieu (2013, p. 86), denominou de “capital cultural”.

²⁷ Onde estão nossos alunos? Documento interno da ETFSP, 1997.

O **Plano de Ensino** (Anexos AB e AC) contém a descrição dos conteúdos de cada disciplina a ser ministrada durante os bimestres letivos.

Elenca-se em sua primeira página uma descrição geral dos objetivos de todas as disciplinas em consonância com o RI da ETFSP e a proposta da educação técnica profissional. Contempla ainda na primeira página uma ementa (conteúdo) dos grandes tópicos, a serem tratados em sala de aula, seguida pela bibliografia (autor, nome do livro e editora). Nas páginas seguintes contêm a descrição individual dos conteúdos das disciplinas separadas por bimestre, o comportamento final esperado, a estratégia (metodologia, didática), os recursos auxiliares, o processo de avaliação e o número de aulas previstas para cada conteúdo do bimestre.

Anualmente, durante o Planejamento de Ensino que em geral ocorria entre os meses de dezembro do ano letivo corrente (primeira etapa) e em fevereiro do ano seguinte (segunda etapa), fazia-se uma avaliação desses planos para verificar a sua validade, execução, estratégias metodológicas e os resultados obtidos no ano anterior. O momento propiciava aos coordenadores e professores a oportunidade para atualizar, refletir, analisar e debater questões referentes aos problemas e situações que envolviam a prática docente na execução desses conteúdos.

A **Grade Curricular** (Anexos AD e AE) é o documento que sintetiza todo o plano de ensino em termos de conteúdos, carga horária do curso, número de aulas previstas para cada uma das disciplinas previstas semanalmente e anualmente em suas respectivas séries. Discrimina também o estágio profissional e o total de horas do curso nas 04 (quatro) séries anuais. Sua estrutura era composta de um campo de educação geral e outro de formação especial (mínimo profissionalizante), que se caracterizava por uma parte comum, uma parte diversificada e o estágio profissional, observados na Lei 5692/71, Resolução CFE 6/86 e Parecer do CFE nº 45/72.

O **Diário de Classe** (Anexo AF) é considerado pela ETFSP como o documento formal e oficial onde o professor registra o conteúdo ministrado em cada disciplina, a frequência dos alunos, os dias letivos, as aulas efetivamente dadas e o desempenho nas avaliações e outras observações que julgasse necessária. A instituição considera que esse documento de escrituração escolar é parte integrante do currículo escolar, no sentido de sintetizar todo o trabalho realizado pelo professor durante o ano letivo em consonância com o plano de ensino

e a proposta pedagógica da escola. O diário de classe tem a função global de mostrar a situação pedagógica de cada aluno em uma determinada série, turma e disciplina em um tempo (dia, mês, ano e hora) e espaço (local).

A partir desse conjunto de documentos, de sua feitura, da entrega nos prazos estabelecidos em calendário escolar e o tempo de serviço na instituição, somavam-se pontuações para compor a ordem de classificação geral do professor no processo de escolha e atribuição de aulas no final de cada no letivo.

O controle desses mecanismos se dava pela assinatura de listas de presença nos eventos ou reuniões institucionais durante o ano letivo ou por documento específico encaminhado ao professor pela Diretoria de Ensino no final de cada ano. Esse documento específico ficou conhecido mais tarde no saguão da escola, como *carta de alforria*, pois os professores se sentiam *libertos da burocracia* da escola e do cumprimento das atividades pedagógicas do período letivo. O diário de classe era o último documento a ser entregue no DPAD.

CAPÍTULO 2 - Documentos Escolares

A escola, como um lugar social em seu cotidiano e singularidade, produz grande quantidade de documentos para registrar suas atividades diariamente. Neles são escritas as ações dos diferentes sujeitos que ali desenvolvem práticas pedagógicas bem específicas e que são registradas em muitos documentos oficiais, regulamentados por órgãos superiores exteriores à escola. No entanto, algumas situações vividas no cotidiano escolar são escritas em documentos ditos como não oficiais, mas que também deixam as marcas da experiência do vivido.

Mas o que são documentos? OTLET²⁸ ao introduzir os trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal realizado em Paris, em 1937, afirma que documento é:

o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.

Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, documento é “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte.” Na concepção de Gomes (1967, p. 5) documento é “peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre um assunto ou matéria qualquer.” Já na concepção de Paes (2006 p. 26), documento é o “registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”.

No cotidiano escolar, o conceito de documento escolar se torna amplo. Para Feijó (1988 p. 25), documento escolar é o “conjunto de documentos contendo informações sobre a vida escolar, tanto da organização como do indivíduo”. É a chamada escrituração escolar, uma vez que estão contidos:

o registro dos fatos e dados relativos à vida escolar do aluno e da unidade escolar, com a finalidade de assegurar e verificar a qualquer época, a identidade de cada aluno, a regularidade de seus estudos, a autenticidade de sua vida escolar e o funcionamento da escola.

Essa produção diária de registros dos fatos em diferentes suportes sobre assuntos diversos em documentos oficiais e não oficiais, têm como objetivo primordial a informação.

A escrituração escolar é o mecanismo que garante o bom funcionamento dos processos pedagógicos institucionalizados legalmente, dando autenticidade e legitimidade tanto à instituição quanto à vida escolar dos alunos.

²⁸ Disponível em: <<http://www.conexaorio.com>> – Acesso em 18/11/2015

Mas o que é um documento oficial? Ainda segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005 p. 77), entende-se por documento oficial o “documento emanado do poder público ou entidades de direito privado que produz efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato”²⁹.

As leis que preconizam a escrituração escolar (Lei 9394/96) e os arquivos (Lei 8.159/91) são, ainda hoje, os meios para assegurar a fidedignidade daquilo que ocorreu e ocorre no interior da escola. Isso se dá em virtude do acompanhamento externo e interno das atividades de ensino e da aprendizagem individual do aluno que se faz por meio de documentos oficialmente institucionalizados.

Ao longo das reformas educacionais no Brasil, os documentos de escrituração escolar ditos como oficiais foram se adaptando às novas legislações e necessidades individuais dos alunos.

No que se refere ao ensino técnico industrial, a Reforma Capanema (leis orgânicas do ensino), 1942 é considerado o marco inicial para oficialização da escrituração escolar dos cursos técnicos, visto que era necessária a comprovação de estudos de 2º grau para o prosseguimento em nível superior ou para a inserção no mercado de trabalho como técnico habilitado.

Nesse sentido, a investigação realizada sobre as legislações de ensino relativas a essa pesquisa, possibilitou o conhecimento e a construção de uma tabela para explicitar os tipos de documentos oficiais de escrituração escolar, previstos nas reformas educacionais e que perduram até os dias atuais e se caracterizam em documentos ditos como oficiais nas instituições escolares, conforme mostra a tabela 7.

²⁹ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>> – Acesso em 18/11/2015

Tabela 7 - Legislação Educacional e Escrituração Escolar.

Legislação	Vigência	Modalidades de Ensino	Forma de Ingresso e Avaliação	Escrituração Escolar (documentos ditos oficiais)
Lei Orgânica do Ensino	1942 -1961	<ul style="list-style-type: none"> • Primário • Secundário - Ginásial – 4 anos - Colegial – 3 anos 	<ul style="list-style-type: none"> • Exame de admissão • Provas (Notas) • 2ª época 	<ul style="list-style-type: none"> • Livro de Matrícula • Diário de Classe • Ficha Modelo 18 e 19 • Certificado de Conclusão • Diplomas
Lei 4.024/61	1961-1971	<ul style="list-style-type: none"> • Primário - 4 anos. • Ciclo Ginásial – 4 anos. • Ciclo Colegial - 3 anos (variável). • Ensino superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exame de admissão • Provas (Notas) • 2ª época 	<ul style="list-style-type: none"> • Livro de Matrícula • Diário de Classe • Ficha Modelo 18 e 19 • Certificado de Conclusão • Diplomas
Lei 5.692/71	1971-1996	<ul style="list-style-type: none"> • 1º grau com 8 anos. • 2º grau - 3 ou 4 anos (variável). • Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Notas • Frequência. • Recuperação • Conselho de Classe 	<ul style="list-style-type: none"> • Livro de Matrícula • Ficha de Matrícula • Diário de Classe • Atas de Conselho de Classe • Histórico Escolar • Certificado de Conclusão • Diplomas
Lei 9.394/96	1996	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil. • Ensino Fundamental. • Ensino Médio: - Profissionalizante /Concomitante - Pós-Médio. • Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Notas • Frequência • Dependência • Reclassificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ficha de Matrícula • Diário de Classe • Atas de Conselho de Classe • Histórico Escolar • Certificado de Conclusão • Diplomas

SOUZA (2007, p. 179), ao refletir sobre a trajetória dos objetos da cultura material escolar a partir do momento em que estes são tomados como documento, adverte aos historiadores da educação, que em suas análises sobre tais materiais, utilizem a noção de biografia para uma melhor compreensão da materialidade do objeto e suas fontes. Para a autora quando determinado objeto a ser investigado é permeado por contextos sociais, culturais, de valores e usos diversificados ao longo do tempo, adquire novos significados, além daqueles visíveis em sua própria materialidade.

Sendo assim, no universo escolar a produção de documentos se caracteriza pela forma como os atos administrativos são expressos. Quando se trata de reuniões, seja de planejamento pedagógico, de pais, de conselhos de classe, de conselho de escola ou até mesmo de visitas de supervisores de ensino, são produzidos livros de atas. Aos serviços de secretaria, os suportes referem-se aos livros de registros de matrículas, livros de ocorrências, livros de ponto, prontuários de professores e alunos, históricos escolares, certificados de conclusão, diplomas, boletins de notas, atestados, documentos pessoais, fotografias e outros.

Quando aludimos à sala de aula, outros suportes emergem: diário de classe, cadernos de alunos, provas, livros didáticos e planos de aulas, cadernos de desenhos entre outros. A instituição escolar pública ou privada possui documentos que mostram as atividades realizadas nesse específico contexto. São gêneros textuais específicos.

Na percepção de Alves (2003, p. 63), de todos os suportes utilizados na escola para o registro das atividades meio e fim. “O diário de classe é considerado ou entendido como o documento oficial mais importante da escola”. E, sendo um suporte de registro oficial das aulas ministradas durante o período letivo e do trabalho realizado pelo professor, entende-se que esse documento não deve conter erros, rasuras ou divergir daquilo que está prescrito, enquanto parte de um conjunto de documentos que compõe oficialmente a escrituração escolar.

O diário de classe na escrituração escolar resulta na síntese da trajetória de estudos, escrita, pesquisas, questionamentos, discussões, expressões, interação entre professores, alunos e a escola. Além disso, tem uma finalidade específica e serve principalmente para estabelecer uma comunicação entre os sujeitos desse universo.

Há quem considere o diário de classe como documento não oficial, em virtude da autonomia que a escola possui em criar os seus próprios documentos e instrumentos de acompanhamento da vida escolar do aluno, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 em suas diferentes modalidades de ensino:

Art. 24

Inciso VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto em seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Inciso VII – cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações.

As instituições escolares têm o seu funcionamento autorizado em legislação bem específica no que diz respeito à regularidade das atividades pedagógicas e a expedição de documentos. Porém, a legislação que norteia as atividades de ensino não estabelece um modelo específico de documentos ditos como oficiais.

A Inserção do diário de classe no cotidiano escolar

Para compreender como o diário de classe surgiu no cotidiano escolar e foi apropriado pelos sujeitos que atuam no interior da sala de aula, busquei na pesquisa bibliográfica estudos que pudessem esclarecer a origem do termo *diário de classe*.

Souza (1998) em seu livro *Templos de Civilização* indica como as ideias das práticas e inovações pedagógicas enunciadas pelo intelectual e educador francês Ferdinand Buisson teve grande acolhimento pelo regime republicano. Ao enfatizar a ideia de “museu pedagógico” no âmbito da cultura material escolar, o texto da autora me instigou a querer saber sobre o educador francês e suas ideias a respeito das práticas pedagógicas inovadoras tão alardeadas no projeto de educação republicano.

As leituras e discussões em torno de textos sobre educação, elaborados por intelectuais da educação brasileira no final do século XIX até meados de 1950, durante a disciplina *Leitores e Leituras da Educação Brasileira* do EHPS-PUCSP revelaram aspectos do modelo francês de educação que foram absorvidos pela elite intelectual brasileira de educação.

A tradução do *Dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire de Ferdinand Buisson* e discussões das ideias pedagógicas do intelectual francês por intelectuais brasileiros como Rui Barbosa e outros, contribuíram de forma considerável para o projeto de reforma do ensino primário na primeira república.

Durante a leitura e discussão do texto *Dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire de Ferdinand Buisson* na disciplina *História do Currículo e da Formação Docente* do EHPS-PUCSP foi possível entender como ocorreu o processo de institucionalização da escola e das práticas pedagógicas na França. Mesmo contendo em seu cerne uma intenção política de educação única e de unidade nacional, o dicionário foi distribuído para todos os professores do ensino primário na França como um manual técnico de ações educativas e práticas escolares para a aprendizagem do ensino primário. Seu conteúdo proporcionava ao professor o preparo necessário para o exercício da prática docente e outras atividades educativas escolares.

Dentre outras atividades educativas escolares, o manual continha as normas de organização do trabalho docente e a sistematização dos conteúdos do ensino primário a serem

ministrados aos alunos em diferentes períodos. Os conteúdos ensinados pelos professores deveriam ser manuscritos dia a dia em um diário que, mais tarde, foi denominado por Edouard Jacoulet de “diário de classe” e estabelecido oficialmente nas escolas francesas, (apud Gallego, 2008, p. 271).

As pesquisas de autores que se debruçam sobre a história da educação brasileira com destaque para Hilsdorf (2015), sobre as reformas pombalinas da instrução pública; Vidal (2008), em estudos concernentes ao interior da sala de aula; Castanha (2013), que discute criticamente a legislação educacional primária do Brasil imperial e Souza (1998), que trata da criação dos grupos escolares em São Paulo, nos permitiu constatar que os registros referentes às atividades de ensino e as práticas docentes foram iniciados no período colonial com a vinda da Companhia de Jesus, em meados de 1549, quase cinquenta anos depois da conquista do Brasil e reformulados por volta de 1750 com a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal.

Os estudos específicos de Vidal (2008) sobre mapas de frequência no ensino das primeiras letras mostram o que foi estabelecido na Carta de Lei de 06 de novembro de 1772, assinada pelo Marquês de Pombal sobre o controle das atividades dos mestres contratados no concurso. Esse documento obrigava a cada um dos mestres, ao final de cada ano letivo, enviar à Mesa Censória os relatórios das atividades desenvolvidas, contendo os nomes dos discípulos, os métodos de ensino, os progressos de cada um deles, além do comportamento moral e religioso conforme previa item III:

[...] que todos os sobreditos Professores subordinados à Mesa, sejam obrigados a mandarem a Ela no fim de cada Ano Letivo as Relações de todos, e cada um de seus respectivos Discípulos; dando conta dos progressos, e morigeração deles. VIDAL (2008, p. 50).

O período imperial que vai de 1822 a 1889 é caracterizado pelas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e pela grande mudança na educação brasileira. Essa mudança resultou na criação da Escola Elementar das Primeiras Letras constituída na Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, onde são estabelecidas as normas relativas à Instrução Pública Elementar no Brasil Imperial tanto para a Corte como para as províncias.

Para Castanha (2013), apesar de todas as medidas tomadas para a reorganização do ensino após a saída dos jesuítas, as dificuldades permaneceram até que a Corte Imperial promulgasse o Decreto de 15 de março de 1836, cujo regulamento manda observar as escolas das primeiras letras e estabelece normas, providências e determinações na Corte e Municípios:

[...] 6º Obrigará a cada um dos mestres a ter um Livro de Matricula, rubricado e encerrado por ele Director, em que se inscreverão os nomes dos respectivos discípulos, com declaração do dia, mês e ano de suas entradas e saídas, e de seus pais, pátrias e idades, e com as observações sobre o comportamento, aplicação e progressos dos mesmos discípulos, cuja matricula deverá conferir com os discípulos presentes todas as vezes que assim o julgar conveniente. (BRASIL, 1836)

[...] 11º Na mesma relação declarará também cada um dos mestres a execução que se tem dado ás disposições da sobredita Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, na parte que lhes é respectiva, qual o método de que cada um deles se tem servido assim pelo que toca ao ensino das matérias de que trata a mesma Lei, como pelo que diz respeito à instrucção moral e religiosa de seus discípulos, que também lhes ordena; e quais finalmente os inconvenientes que a tais disposições se possam ter oposto. (BRASIL, 1836).

O decreto acima evidencia que os registros relativos à vida escolar dos alunos e conseqüentemente o trabalho realizado pelos mestres deveriam ser escritos em livro próprio, com datações, origem familiar, naturalidade, nacionalidade, observações de comportamento moral e religioso, assiduidade à escola, além dos métodos de ensino e matérias desenvolvidas.

Tais exigências legais mostram que diretores, professores e inspetores da instrução pública tinham atividades e funções diferenciadas as quais propiciavam ao cotidiano escolar uma dinâmica bastante específica. Castanha (2013) ainda observa que a necessidade de regulamentar e normatizar os procedimentos escolares surgiu em função das evidências de descuido e abandono por parte dos mestres, em algumas Escolas de Primeiras Letras da Corte e Municípios por volta de 1828 no Rio de Janeiro.

A Lei nº 34 de 16 de março de 1846³⁰, em seu preâmbulo dá nova organização às escolas de instrução primária, estabelecendo a inspeção das escolas e exames dos alunos, bem como orientações as atividades docentes.

Artigo 25 § 7º. - Exigir dos professores nas visitas que fizerem, todos os esclarecimentos que julgarem precisos, para basearem suas informações; e na época marcada um mappa dos alumnos segundo as instrucções do governo. (BRASIL, 1846)

Conforme estabelecido em lei era de competência do professor a responsabilidade de enviar mensalmente à Inspeção Geral da Instrução Pública os mapas com a frequência dos alunos. A Lei nº 9 de 1872, que estabelece a obrigatoriedade para o ensino primário, continua mantendo a responsabilidade dos professores e diretores das escolas a enviarem os mapas dos alunos regularmente matriculados e acrescenta uma multa, caso o regulamento não seja cumprido.

³⁰ Disponível em:< <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-34-16.03.1846.html>>. Acesso em 11/11/2015

Art. 14. - Os Professores particulares e os Directores de collegios, o bem da estatística, são obrigados a remetter, no fim de cada anno, ao Inspector Geral da Instrução Publica, um mappa contendo o numero de alumnos matriculados e frequentes, suas idades, grãos de aproveitamento e materias que aprendem. Pela infracção incorrerão na multa de 50\$000. (BRASIL, 1872)

Essa obrigatoriedade da instrução primária para crianças e adolescentes fez com que os professores passassem a detalhar de forma minuciosa suas atividades em sala de aula. Assim, os mapas de frequência vão sendo enriquecidos com novas informações: nome dos alunos, número de aulas dadas, número de alunos matriculados, idades, filiações, nacionalidades, faltas, presenças, matérias aprendidas, métodos de ensino adotados, nomes dos professores e observações detalhadas referentes aos alunos presentes e ausentes, aprovados e reprovados nos exames finais.

Consultando o Arquivo Público do Estado de São Paulo, foi possível ter acesso aos documentos relativos à Instrução Pública das Primeiras Letras e das Escolas Normais de São Paulo. Esses documentos são manuscritos por professores e datados a partir do ano de 1880. Classificados em um fundo sob o título *Registros de Correspondência Geral da Instrução Pública de São Paulo* e subtítulo *Minutas de Correspondência com professores, câmaras municipais, o governo, inspetores do tesouro e outras autoridades, pareceres e informações sobre assuntos diversos*, esses documentos contêm elementos que mostram o trabalho realizado nas escolas paulistas da capital e do interior.

Segundo Schelbauer (2011, p. 23) em suas pesquisas em torno da escola primária paulista no final do século XIX e, especificamente a respeito “das normas prescritas às práticas escolares”, os relatos das correspondências dos professores deixa claro como as normas prescritas foram apropriadas no âmbito escolar por parte dos professores. Tais relatos revelam as práticas escolares e ilustram os processos educativos projetados pelo regime republicano e inseridos na escola de uma forma bastante expressiva e dinâmica.

De acordo com a autora as correspondências dos professores relatavam os nomes dos alunos regularmente matriculados, os resultados dos exames finais de cada um deles, os motivos de reprovação, excessos de ausências, dificuldades dos alunos de frequentarem as aulas e as ausências dos próprios professores. Alguns relatos individuais de professores descrevem detalhadamente suas atividades no interior da sala de aula, os avanços e dificuldades dos alunos, o perfil de cada um deles em seus aspectos físicos, emocionais e sociais.

As informações contidas nos requerimentos, ofícios e relatórios variavam de escola para escola e dos sujeitos envolvidos nas atividades pedagógicas (diretores, professores e inspetores da instrução). Observa-se também, que as necessidades materiais das escolas eram postas como um fator que dificultava o bom desempenho dos professores na aplicação dos métodos de ensino adotados e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos.

Outro aspecto observado nos *Registros de Correspondência Geral da Instrução Pública* sobre os requerimentos e relatos encaminhados à Inspeção Geral da Instrução Pública, é que estes não só serviam para comprovar as práticas docentes desenvolvidas e os acontecimentos do cotidiano escolar, mas também para posterior provimento de pagamento dos salários dos professores ou da retenção do pagamento, caso não fossem enviados os tais relatos nos prazos previstos.

A feitura dos mapas sobre a vida escolar dos alunos e conseqüentemente do trabalho do professor exigidos entre as décadas de 1820 e 1890, as legislações que norteavam as atividades dos sujeitos que atuavam no interior da escola (diretores, professores, inspetores da instrução), estavam sob a supervisão dos órgãos de controle oficialmente instituídos. Formalizaram-se e materializaram-se ao longo do tempo em diferentes tipologias documentais, nomenclaturas e formatos.

Observa-se ainda nesses relatórios a autonomia por parte do professor em relatar à sua maneira o trabalho desenvolvido em sala de aula. Em alguns casos, percebe-se uma descrição reflexiva do trabalho realizado. Tal afirmação se respalda na variedade de documentos que aos poucos vão sendo inseridos no cotidiano escolar (relações de discípulos, relatos de frequência, livros de matrículas, cadernos de aulas, cadernos de lições, diários de aulas, mapas das escolas, tabelas estatísticas, listas de materiais, objetos, mobiliários) das diversas escolas espalhadas pelas regiões das províncias e da capital evidenciando as práticas do cotidiano escolar e a singularidade deste universo que é a escola.

Essa multiplicidade de registros refere-se ao fato de que a atividade docente está em processo de institucionalização. Vicentini e Lugli (2009, p. 37) afirmam que “o passo decisivo para a disseminação de escolas como instituições de ensino e conseqüentemente para a profissionalização dos professores públicos de primeiras letras”, foi dado pela Constituição durante a Primeira República (1889-1930) com os sistemas educativos estatais.

Gallego (2003) ao pesquisar sobre o uso do tempo na organização das atividades dos alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929) revela que São Paulo foi pioneiro ao normatizar as atividades de ensino, estruturas materiais, objetos e instrumentos que materializam as atividades docentes no cotidiano escolar, além de oferecer cursos de formação de professores. A autora afirma que o termo “diário de classe” cunhado por E. Jacoulet na França passou a ser utilizado na educação brasileira no início do século XX, com a implantação da escola primária em São Paulo.

Diante do exposto, é possível afirmar que a inserção do diário de classe no início do século XX materializa a organização do trabalho docente no interior da sala de aula de forma oficial e institucionalizada.

Souza (1998, p.84) relata em seus estudos sobre a implantação dos grupos escolares em São Paulo que, em meados de 1901, a instituição do “Diário de Lições ou Diário de Classe” foi uma das medidas adotadas para controlar o trabalho docente no Estado de São Paulo. A autora afirma que foram constatadas manifestações contrárias por parte dos professores à inserção do documento nos estabelecimentos de ensino, criando conflitos e tensões com os diretores de diversas escolas, a ponto de:

[...] Os professores do Grupo Escolar “Dr. José Alves Guimarães Júnior” de Ribeirão Preto fizeram, em 1901, uma representação em protesto contra a atitude do diretor com relação ao estabelecimento do Diário de Lições. (SOUZA, 1998, p. 84).

De acordo com esse relato da autora, ao instituir o documento como algo obrigatório, este é levado à categoria de controle e até mesmo de fiscalização do trabalho docente. Por essa razão, o docente passa a ter uma relação de repúdio pelo instrumento diário de classe, uma vez que precisa preencher o documento oficialmente institucionalizado e obrigatório.

Alguns modelos de diários de classe foram implantados nas escolas paulistas e se disseminaram para outras regiões do país com vistas à organização do trabalho do professor. Em outras regiões os modelos possuíam características externas e internas semelhantes no formato do modelo paulista, porém atendiam as necessidades locais da região. No entanto, o que deveria ser um modelo básico para todas as escolas foi se modificando ao longo do tempo e ganhando características peculiares das regiões, da escola pública e também da escola particular.

Dessa forma, pode-se afirmar que a atividade de escrever sobre o que o professor faz em sala de aula, em um suporte singular denominado diário de classe, vem atravessando

séculos, permeadas por diversos momentos históricos, políticos, econômicos, em múltiplos espaços sociais, em diversas tipologias, mesmo que tenha sido derivada por alguma circunstância de ordem jurídica ou factual em normatizações prescritas oficialmente.

O modelo de diário de classe utilizado na ETFSP a partir da década de 1940 tinha o formato de caderneta, constituído por uma capa dura de identificação da escola, da matéria ou disciplina, do nome do professor, do ano letivo e de quadros de horários semanais. Além disso, as páginas internas serviam para descrever a vida escolar do aluno em termos de frequência, avaliações e conteúdos aprendidos e também o número de aulas dadas, como mostra a figura 13.

O lugar do diário de classe na cultura material escolar

É partir de 1970, que as pesquisas sobre a cultura escolar brasileira iniciam suas primeiras manifestações, motivadas pelas inquietações acerca da crise dos sistemas educacionais. No início da década de 1990, alguns pesquisadores da história da educação brasileira e especificamente do campo da historiografia dedicam estudos sobre o interior da escola, utilizando-se das contribuições teóricas de Vincent, Chervel, Juliá, Chartier, Burke, Lahire e Thin, visto que a escola é um lugar específico que produz uma cultura também específica.

Esses autores estrangeiros, em suas reflexões sobre a escola, perceberam a singularidade deste universo, constituído por uma grande quantidade de documentos escritos ordinariamente e de “estreita relação com a cultura escrita”, bem como de relações de sujeitos inseridos no fazer pedagógico, das diferentes formas de organização do cotidiano escolar, das articulações entre práticas e saberes, de objetos e materiais escolares, de uma linguagem própria oriunda das relações sociais, de transmissão de conhecimentos e valores culturais que concebem uma forma e uma cultura própria. A cultura escolar.

Os historiadores da educação brasileira, influenciados pela História Cultural e pela Nova História Cultural encontram um novo horizonte de pesquisa até então não descoberto pelos pesquisadores acadêmicos: o interior da escola. As problemáticas escolares são vistas pelo lado interno da escola e não somente pelo lado externo, visto que a finalidade da escola muda, conforme a norma e a prática.

De acordo com Vidal (2009, p. 31) a grande produção de materiais “ocupa um lugar significativo no conjunto das práticas escolares e administrativas da escola”, pois os objetos e documentos escolares acumulados nos arquivos escolares no interior da escola configuram um celeiro de grandes possibilidades nesta nova fase da historiografia brasileira no campo da educação. Os novos rumos das pesquisas em torno da escola permitiram aos historiadores e pesquisadores não somente o acesso ao cotidiano escolar, mas como sugere Carvalho (1998, p. 32):

“a penetrar na caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero -, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita - são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração.”

Ao penetrar na caixa preta da escola novas possibilidades de investigação são direcionadas para dentro da escola e não mais para o lado de fora dela. O campo da historiografia é reconfigurado e novos temas são abordados pelos historiadores e pesquisadores acadêmicos acrescidos de novos problemas, hipóteses e modos de interrogar as fontes e os objetos.

Essa reconfiguração observada por Carvalho (1998) possibilitou ao pesquisador a busca pelo conhecimento do que é a escola, o que se pratica dentro de seus espaços, das relações ocorridas entre os sujeitos que atuam cotidianamente e dos dispositivos pedagógicos necessários para facilitar a aprendizagem e novas maneiras de ensinar.

Nesse sentido, pensar o diário de classe inserido no cotidiano escolar, como suporte de registro dessa cultura sob a responsabilidade do professor, enquanto conjunto de normas e práticas a uma determinada finalidade, repleto de informações, evidencia oficialmente que a “escola não é apenas um lugar de transmissão de conhecimentos” como declarou JULIÁ (2001, p. 10), mas é também um “produto histórico da interação entre os dispositivos de normatização pedagógica e práticas dos sujeitos que se apropriam dela”, conforme afirma CARVALHO (1998, p. 32).

Ao observar a respeito das permanências que estão contidas no diário de classe implantado a partir da década de 1980 na ETFSP, constatei que as dimensões (conteúdos ministrados, frequência, critérios de avaliação, descrição de metodologias, atividades desenvolvidas e observações) são similares àquelas instituídas no período imperial, no regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Corte e Municípios e que serviram como

testemunhos de como a escola e a atividade da prática docente foram se desenvolvendo no século XIX, e também como o diário de classe foi oficialmente instituído e se modificando ao longo de sua trajetória no interior da escola.

O diário de classe pela sua longa duração e diferentes usos, já se constitui um elemento da cultura material escolar ao tecer historicamente a forma de educar da escola, as relações dos sujeitos no cotidiano escolar, à história das pessoas arroladas em uma lista em ordem alfabética que se caracterizam em gênero, etnia, dificuldades de aprendizagem, dos métodos de aprender e das estratégias de ensinar, de escrever, falar, gesticular e se comportar.

Os elementos constitutivos da cultura material escolar, em especial os documentos escolares, resultam das dinâmicas no interior da escola, prescritas ou não. São testemunhos das práticas educativas vividas por todos ali inseridos, acrescidos das disciplinas escolares, dos métodos de ensino, dos objetos escolares, das relações e apropriações dos sujeitos neste espaço tão singular que é a escola.

O Uso do Diário de Classe no Cotidiano Escolar

O uso do diário de classe na instituição escolar se caracteriza pela formalidade do documento e está sujeito às regras e procedimentos internos de cada escola.

Alves (2003) convida o leitor a refletir sobre a apropriação que o professor faz do diário de classe enquanto documento oficial escolar. Utilizando-se dos referenciais teóricos de Certeau (2013, p. 38), que discute o “uso ou consumo” daquilo que são colocados à disposição do indivíduo no cotidiano, a autora busca compreender as múltiplas formas de utilização do diário de classe por parte dos professores, como elemento de práticas de memória docente. A autora ainda sublinha que mesmo por imposição à sua utilização, percebe-se nas variações da escrita de cada professor, uma grande diferença entre a história oficial da escola e a história documentada.

Das diferentes regras e procedimentos ou das diversas formas de preenchimento do diário de classe, o uso cotidiano deste, caracteriza-se também pela relação de proximidade e distância que o professor mantém junto ao documento. À medida que a escrita ordinária do trabalho docente se faz com mais frequência, dedicação e seriedade, o documento se transforma em uma espécie de arquivo documental do professor.

Para Zabalza (2004) a apropriação do diário pelo professor só será possível quando este perceber a riqueza intrínseca do documento. Produto de sua atuação e de sua reflexão.

Pennac (2008, p. 108) afirma que o “caderno de chamada ou diário de classe” também possibilita uma relação próxima entre professor e aluno, pois “o momento da chamada” permite aos alunos uma aterrissagem calma antes de começar a aula e que:

Escutar o seu nome pronunciado pela voz do professor é como um segundo despertar. O som do seu nome às oito da manhã tem vibrações de diapásão. Afinal, a chamada é o único momento do dia em que o professor tem ocasião de se endereçar a cada um dos seus alunos, ao menos pronunciando o seu nome.

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao uso do diário de classe no interior da escola por outros sujeitos que não atuam diretamente no interior da sala de aula. Por ser considerado como um documento oficial de uso do professor na escola e que compõe a escrituração escolar, outros sujeitos que exercem atividades pedagógicas na escola, tem conhecimento que o diário de classe ultrapassa os limites da sala.

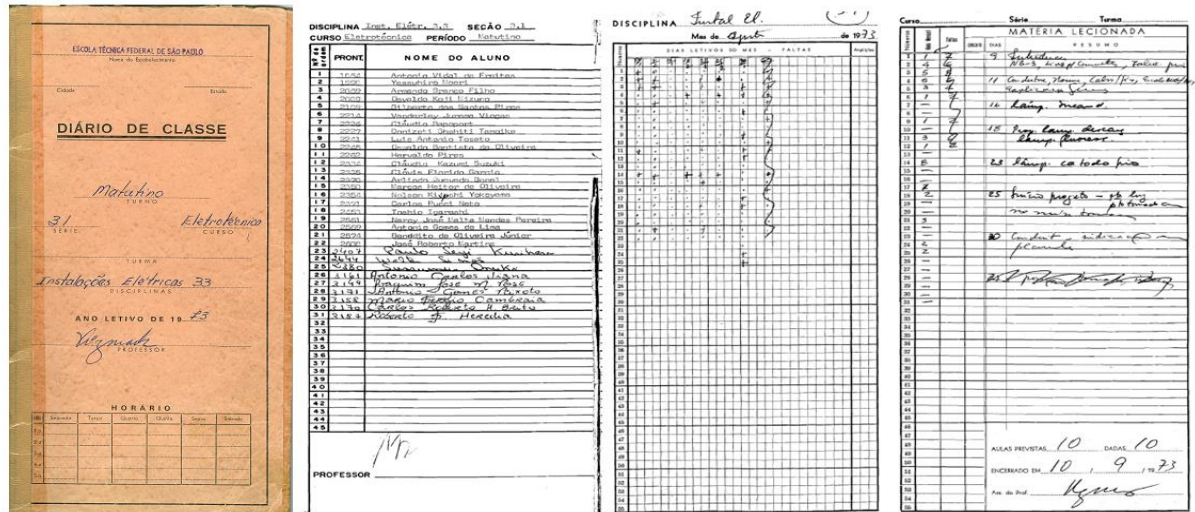
E, para esses sujeitos, a atenção se volta para as potencialidades e possibilidades que o documento oferece não só ao professor em sua prática pedagógica diária, mas à instituição em seus modos de pensar e planejar o ensino. Pois, suas ricas informações no que diz respeito às práticas docentes, a produção do conhecimento, as formas de apreensão dos saberes, as metodologias e estratégias utilizadas no interior da escola, garante a comunicação entre o professor e a escola, partindo da interação professor-aluno em sala de aula.

De 1942 até 1979 a ETFSP utilizou diários de classe tradicionais, em formato de caderno, comprados e emitidos pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. O modelo padrão que foi disseminado por diversas regiões do país na época dos Grupos Escolares, também atendia às normas legais relativas ao ensino técnico oferecido pela ETFSP na época e foi sendo utilizado até o final da década de 1970, quando da implantação do novo modelo a partir de 1980.

Constata-se nesse período que a ETFSP, por meio da Representação do MEC (REMEC) em São Paulo, recebia regularmente a visita do inspetor de ensino para supervisionar as atividades de ensino realizadas no interior da instituição. Durante a visita, às atenções se dirigiam para a supervisão da escrituração de vida escolar dos alunos regularmente matriculados em cada curso e também das atividades práticas docentes realizadas no interior da instituição.

A figura 13 mostra o modelo de diário de classe utilizado pelos professores da ETFSP, até a implantação do novo modelo, objeto dessa pesquisa.

Figura 13 – Modelo de diário de classe da década de 1970 – curso eletrotécnica



Fonte: Mário Sergio Cambraia – Prof. IFSP

Cabe esclarecer que o modelo acima, refere-se ao curso técnico regular em Eletrotécnica, visto que no acervo da instituição não foi encontrado um exemplar do curso técnico de mecânica. Esclareço ainda, que esse era o modelo padrão para todos os cursos da ETFSP. Quanto ao uso desse modelo de diário de classe, não foram encontrados documentos que pudessem mostrar quais os usos desse documento ou como as informações contidas nesse documento foram analisadas, após o término do bimestre letivo pela equipe pedagógica da instituição.

Diante das explanações acerca de como os documentos se inserem no conjunto da chamada escrituração escolar e tendo o diário de classe como parte integrante dessa escrituração, o capítulo a seguir analisa como os diários de classe foram preenchidos e apropriados pelos professores do curso de mecânica da ETFSP.

CAPÍTULO 3 - O diário de Classe da ETFSP

A tarefa de análise envolveu a estratégia de considerar três dimensões do documento. A primeira refere-se à construção física do documento em seus aspectos gráficos. A segunda refere-se aos aspectos gerais da escrita e a terceira refere-se ao ato de escrever, buscando uma escrita reflexiva dos sujeitos que proporcione o desenvolvimento profissional e pessoal na prática docente.

Observando a importância dada por Chartier (1998) quanto à materialidade do impresso ao refletir acerca dos suportes, dos desafios da escrita e dos sentidos da leitura, o impresso diário de classe da ETFSP que não possui um formato de um livro, foi criado para ser escrito, lido, ouvido, manuseado, em um contexto específico de educação profissional, conferindo-lhe um determinado sentido.

O modelo de diário aqui analisado não se identifica em termos físicos ou de estrutura formal com o modelo de diário de classe utilizado por Zabalza (2004) ao relatar sua experiência no Brasil com os “Diários de Aulas ou Diários de Classe”. Os diários de classe analisados pelo autor se inserem na categoria de “diários íntimos” ou “diários pessoais”. Pois, não possuem limites em sua estrutura e não são formalizados oficialmente.

O diário que aqui se apresenta como objeto e fonte de pesquisa, têm formato padronizado e foi instituído oficialmente na ETFSP no início da década de 1980. Porém, encontra guarida na metodologia de Zabalza (2004), ao associar o ato de escrever à atuação do professor em sala de aula, ainda que imposto em um documento de estrutura formal oficial, ao ato de reflexão sobre essa atuação, os dilemas vivido pelos professores, os modos de ensinar de cada um e as reflexões que fazem ao escrever sobre o seu dia a dia na escola, em narrativas objetivas (conteúdos ensinados) e subjetivas que envolvem os sujeitos que os cercam.

A construção de um modelo – aspectos gráficos

Considerando o pensamento de Alves (2003, p. 63), sobre o “diário de classe como espaço de diversidade” é necessário ilustrar como foi construído o modelo de diário de classe utilizado na ETFSP na década de 1980, a fim de mostrar como os suportes documentais se inserem no cotidiano escolar em diferentes contextos históricos, políticos, sociais,

econômicos e culturais, além das apropriações feitas por diferentes sujeitos em um mesmo tempo e espaço.

Na ETFSP a escrita do diário de classe sempre foi de exclusiva competência e responsabilidade do professor, como espaço para mostrar a efetiva execução dos planos de ensino e da proposta pedagógica de cada curso, das transcrições corretas dos conhecimentos construídos individual e coletivamente e da forma de educar adotada pela instituição.

Em 1978, a ETFSP criou o Curso Técnico em Processamento de Dados (PRD), com o objetivo de formar profissionais de nível técnico, habilitados a programar e desenvolver sistemas de computadores. O aluno aprendia uma variedade de conceitos de computação, estrutura de dados, análise e projeto de sistemas, administração e métodos, metodologia de pesquisa, matemática discreta, probabilidade e estatística. O curso proporcionava também sistemas de informação gerencial, engenharia de software, segurança e auditoria de sistemas, gestão de projetos e banco de dados, além das linguagens de programação estruturadas, arquitetura de computadores e sistemas operacionais para automatização de setores das empresas.

Com os crescentes avanços tecnológicos e as novas ferramentas de comunicação e informação, nesse mesmo período a Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) implanta o Centro de Processamento de Dados (CPD). A instalação do CPD possibilitou a utilização de mão de obra própria (professores, monitores, alunos-estagiários) qualificada em informática, acrescida de equipamentos modernos para a melhoria dos serviços administrativos da ETFSP. Dessa forma, a equipe do Centro de Processamento de Dados que se constituía de analistas de sistemas, programadores, digitadores, operadores de computadores, passam a desenvolver novos sistemas (softwares) voltados à administração geral e a administração escolar.

Inicialmente priorizou-se um sistema voltado ao vestibular, pois era necessário aperfeiçoar o processo de exame de classificação, devido ao número crescente de inscrições anualmente, apresentado na tabela 2 do capítulo 2.

No ano seguinte, a prioridade se estendeu ao sistema de ensino diante do volume dados de vida escolar dos vestibulandos, na sequência implantou o sistema professor diante do grande de número de aulas a serem atribuídas a cada um deles, nas respectivas turmas. Nos anos seguintes, a atenção foi dada ao sistema de pessoal com o cadastro de servidores, do

sistema de folha de pagamento, dos materiais de consumo e permanente do almoxarifado e por fim dos registros dos bens patrimoniais da instituição.

A Coordenadoria de Registro Escolar (CRE), ligada ao Departamento de Ensino (DE), foi o primeiro setor a se beneficiar com as novas tecnologias, pois demandava um grande volume de trabalho e uma crescente produção de documentos escolares relativos ao acompanhamento e desempenho de vida escolar dos alunos. O sistema de matrícula foi automatizado e, a partir do banco de dados gerado por esse sistema, diversos documentos escolares foram criados para facilitar a vida escolar dos alunos e aperfeiçoar o trabalho da CRE, bem como das atividades docentes na escrituração dos conteúdos programáticos (planos de ensino), grades curriculares e diários de classe.

A partir do ano letivo de 1980, um novo modelo de diário de classe é implantado e os professores começam a utilizar já no primeiro bimestre. A feitura do novo modelo de diário de classe impresso automaticamente para todas as disciplinas de todos os cursos da instituição, além de reduzir o trabalho realizado pelos funcionários da CRE e pelos professores em suas atividades cotidianas, promoveu também uma redução de custos financeiros para a ETFSP. Daquele ano e diante, a instituição extingue a compra de diários de classes da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e passa a comprar o formulário contínuo da empresa IBM (International Business Machines) do Brasil.

O modelo anterior de diário de classe serviu como parâmetro para a criação de um modelo próprio, mais moderno, simplificado, desenhado e impresso internamente, utilizando as novas ferramentas tecnológicas surgidas no mercado da computação gráfica a partir de 1975. Por meio dos conceitos de identificação e caracterização dos documentos (formato, medidas, técnica, coloração) abordados por Camargo³¹ ao definir que suporte é “o material sobre o qual as informações são registradas ou material utilizado na confecção do(s) documento(s)”, foi possível constatar mudanças relevantes no aspecto físico do diário de classe da ETFSP, adaptando-o às necessidades e peculiaridades da instituição e observando as exigências legais da LDB 5.692/71, em duas finalidades básicas: a frequência e o desempenho escolar dos alunos durante o ano letivo.

³¹. Anotações de aula do texto da *Disciplina Fontes para a pesquisa: Arquivos e Memória* - Segundo semestre de 2014 - Dia 14.11.2014 a professora Ana M. Camargo foi convidada para falar sobre Arquivos Escolares e Documentos Escolares.

A primeira mudança visível diz respeito ao formato do diário de classe. Se antes o documento era em formato de caderneta, contendo capa dura de identificação, miolo com aproximadamente 12 (doze) páginas, o modelo idealizado em 1979 foi reduzido a 01 (uma) folha de papel. A segunda refere-se às características do suporte em suas dimensões (tamanho, cor, gramatura). Papel padrão formulário contínuo A3³², zebreado cor branca, serrilhado, contendo 32 colunas, variando na coloração laranja, verde e sépia e de gramatura 65g/m².

Por último, refere-se à técnica de registro empregada para imprimir o documento. Utilizando uma impressora matricial³³, cujo sistema de impressão se dá por impacto de agulhas (normalmente, 9 ou 24) contra uma fita sobre um papel e cuja velocidade é medida em CPS (Caracter Por Segundo), podendo chegar até cerca de 800 CPS, inclusive ser impresso em mais de uma via com a adição do papel carbono, o diário de classe era impresso no CPD da ETFSP conforme modelo mostrado na figura 14.

As historiadoras Cruz e Peixoto (2007, p. 10) em suas investigações acerca da História e a Imprensa, aconselham aos pesquisadores a atentar para a composição gráfica de um impresso, pois “a análise do projeto gráfico volta-se para a organização e distribuição dos conteúdos nas diversas partes e seções dos impressos”. Isso significa que ao atentar para o projeto gráfico do impresso, o pesquisador poderá obter outros indicadores que expressam as funções e finalidades de um documento em um determinado tempo e espaço, ainda que não visíveis aos olhos de quem faça uso dele.

Nota-se nesse momento que os materiais e “métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado”, conforme aborda LUCA (2011, p. 132), inserem-se na própria história da instituição, da indústria gráfica e da computação. Assim, foi possível verificar junto à tipografia do suporte material diário de classe uma técnica de impressão moderna para época. Essa técnica mostra a introdução de novas tecnologias pela instituição em um mundo globalizado, conforme mostra a figura 14.

³² Descrição cedida pelo Almoxarifado do IFSP – Outubro/2015

³³ Informação cedida pela Coordenadoria de Patrimônio do IFSP.

digitados posteriormente no sistema ou apenas manuscritos em gêneros textuais com vistas à leitura, análises e pareceres.

O modelo adotado pela ETFSP mostra inicialmente que a simplificação estrutural do documento trouxe benefícios para a melhoria do trabalho no cotidiano escolar e da própria prática docente no interior da sala de aula com a aplicação de novas ferramentas tecnológicas.

Tardif (2013) em suas análises a respeito do trabalho docente, afirma que a carga de trabalho do professor é composta de muitas variáveis as quais ultrapassam o ato de ensinar. Por isso, para aqueles que trabalham em mais de uma instituição de ensino e são sobrecarregados pelas tarefas que acompanham o cotidiano do professor no exercício de sua prática profissional, a padronização de documentos muitas vezes traz alívio a essa carga de trabalho.

Para melhor visualizar a experiência na escrita nesse novo diário de classe, os primeiros passos foram direcionados inicialmente para o projeto gráfico do documento em toda a sua dimensão, perpassando pela descrição minuciosa da estrutura física do impresso, discriminando todos os campos que foram preenchidos ou não na escrita ordinária do diário de classe.

À primeira vista, o diário de classe da ETFSP chama à atenção pelo formato empregado e também pela estrutura simplificada, cuja composição se divide em três partes: frente, verso e tarjeta.

A **frente** do documento traz em primeiro plano a identificação do impresso, o local de pertencimento, os sujeitos envolvidos e a época em que este fora utilizado, evidenciando assim, a sua natureza. Os dados impressos na parte da frente do documento são os que estão armazenados no sistema, ou seja, o sistema foi alimentado previamente com os dados que a ETFSP julgou necessários para identificar o documento e se responsabilizar pela sua feitura e uso.

Os campos de identificação do diário de classe são automaticamente preenchidos pelo sistema, que armazena em seu banco de dados o calendário escolar anual (dias, meses e ano), a grade curricular do curso (disciplinas, número de aulas, habilitações), o plano de ensino de cada disciplina (bimestres), o cadastro de matrícula dos alunos (nomes dos alunos e turmas) e o cadastro de professores (nomes dos professores). Esses dados são cadastrados e

armazenados anualmente, visto que para cada ano, há um conjunto de dados diferentes (alunos ingressantes, turmas e disciplinas novas, extinção de disciplinas, número de aulas, professores novos).

O armazenamento desses dados reduziu custos e diminuiu o tempo tanto para a confecção do documento como para o preenchimento deste por parte de cada professor e também da emissão de outros documentos gerados por esses dados. Ainda que não visíveis à leitura, esses dados podem ser denominados pela pesquisadora como *vozes silenciosas*. Pois, geram enorme quantidade de informações úteis à instituição escolar e que poderiam ser usadas no acompanhamento pedagógico da proposta educacional engendrada por ela.

O campo *nome da escola* e o *título do documento* aparecem em destaque, grafados em fonte caixa alta. Ao destacar o nome da escola e o nome do documento de maneira expressiva, pressupõe-se a ênfase ou a importância que se quer dar ao documento, sua função e o lugar de sua origem, tipificando-o como documento de identidade institucional.

Os campos pormenorizados de identificação: *disciplina, professor, bimestre, ano, curso e turma*, se destacam pelas linhas contornadas ao redor e também estão armazenados no banco de dados. Os dados impressos automaticamente nesses campos possibilitam a geração de outras informações úteis à instituição, visto que anualmente esses dados são utilizados para os levantamentos estatísticos sobre os rendimentos e frequência dos alunos na escola com destaque para: frequência, médias bimestrais e anuais, aprovados e reprovados por: turno, série, curso, disciplina, ano e professor.

No campo *nome do aluno* é grafado automaticamente pelo sistema de matrícula o nome completo do aluno, em ordem alfabética, em uma coluna numerada de 1 a 55, não ultrapassando 45 nomes para as turmas ingressantes. A composição da turma é feita de acordo com a ordem de classificação do aluno gerada no exame classificatório.

O que se nota nesse campo? A permanência da maioria dos alunos na mesma turma durante o ciclo completo de estudos. Nos diários das turmas do matutino e vespertino há mais variações a partir do 3º ano, causadas por terminalidade ou curso preparatório para ascensão em nível superior em horário concomitante ao da ETFSP, obrigando o aluno a mudar de período. Nos diários das turmas do noturno não há registro significativo de variação. Tal característica diz respeito ao horário de estudo dos alunos. Os alunos regularmente matriculados no noturno, em sua maioria, pertencem à classe social menos favorecida e já

estão no mercado de trabalho desde o 1º ano do ensino técnico, ainda que em área diferente do curso em andamento. Esses alunos optam por obter o certificado de conclusão após o ciclo de quatro anos do curso e ascender aos estudos de nível superior posteriormente. Além disso, o número de turmas do curso no período noturno é reduzido, fato que contribui para a não movimentação de alunos entre as turmas.

A permanência na mesma turma por um longo período pode ser considerada positiva, ao longo de um ciclo completo, visto que a interação professor-aluno em sala de aula pode se consolidar. Além disso, o professor tem a oportunidade de verificar as potencialidades individuais e coletivas dos alunos, acompanhando-os de maneira mais estreita em suas necessidades educacionais.

Notou-se também nesse campo, a inclusão de nomes manuscritos a caneta pelo professor responsável pela disciplina. Tal escrita referia-se ao aluno que fora matriculado posteriormente à emissão do diário de classe ou ao início das aulas. Tais situações ocorrem em virtude de vagas remanescentes, por alguma desistência, cancelamento de matrícula no primeiro mês de aula do ano letivo ou por transferência entre ETF's.

A escrita manuscrita do nome do aluno se fazia mediante a apresentação de folha de inclusão emitida pela coordenadoria de registros escolares. Verifica-se aqui a preocupação da ETFSP em preencher o número total de vagas ofertadas no vestibular, ainda que alguns alunos comecem tardiamente o ano letivo, podendo ou não causar algum prejuízo pedagógico.

No campo *mês* são grafados automaticamente pelo sistema de horário os meses correspondentes a cada bimestre. O professor registra de forma manuscrita, numérica somente os dias letivos previstos para aquela disciplina, aula e turma. O preenchimento desse campo requer a atenção do professor para o registro correto do número de presenças e ausências dos alunos. A presença é preenchida com símbolo ponto (.) e a ausência com a letra (F), características preservadas desde o modelo antigo. Nesse campo encontra-se a base legal sobre a frequência do aluno conforme estabelece o Art. 14, § 3º, alínea a da LDB 5.692/71.

Em geral, os professores conhecem a legislação que norteia a assiduidade do aluno à escola, mas não se atêm à necessidade de fazer a contagem de faltas de forma correta. Observou-se que há nos diários de classe registros de número de faltas maiores do que as aulas efetivamente dadas. Essa “desatenção” pode causar prejuízos aos alunos se não for observada tanto pelo professor como pela Coordenadoria de Registros Escolares (CRE).

Nos campos *avaliações*, *nota* e *falta* se destinam ao resumo quantificado das avaliações bimestrais e das ausências. No campo *avaliações*, são registradas notas de provas, exercícios, trabalhos ou outras atividades desenvolvidas em sala de aula. Segundo o comunicado do DPAD, convém ao professor aplicar no mínimo duas avaliações por bimestre.

No campo *nota* é registrada a média aritmética ou o somatório dos valores obtidos nas avaliações bimestrais. No campo *falta* encontra-se o registro total de ausências do aluno no bimestre. Constatou-se nesses campos, que tanto a *nota* como a *falta*, são as mesmas registradas na tarjeta que será entregue no final do bimestre na CRE em data previamente estabelecida no calendário escolar.

Ainda nesses campos são sintetizados os resultados quantificados do desempenho escolar do aluno e a base de orientação para o acompanhamento pelo professor do desempenho escolar nos bimestres seguintes, visto que a tarjeta não é devolvida ao professor. Constatou-se também, que professores não seguiram a regra estabelecida pela instituição para quantificar o desempenho escolar dos alunos, conforme estabelecia a Organização Didática. Os resultados que deveriam ser expressos em notas graduadas de zero (0) a dez (10), sendo admitida apenas a fração de cinco décimos (0,5), foram escritas por extenso e em notas quebradas.

Portanto, observar as normas internas, ainda que em uma instituição autárquica, de autonomia didática e de gestão, tem um sentido de obrigatoriedade ao cumprimento das legislações vigentes relativas ao ensino, ao acompanhamento de vida escolar do aluno e a prática docente.

A **tarjeta** serrilhada, parte destacável do documento é conhecida no cotidiano escolar como *canhoto de notas*. É a síntese de todo o *corpo* do diário de classe. A tarjeta é composta pelos campos *turma*, *bim*, *disipl*, *prev*, *dadas*, *repos*, *professor*, *nota*, *falta*, *data*, *local* e *assinatura do professor*.

Observa-se nesses campos a abreviação da identificação de alguns itens. Talvez a explicação para a abreviatura, seja por conta do tamanho da quadrícula que esteticamente tem um tamanho bem reduzido. Não foi possível obter informações a respeito dessa abreviação.

Nos campos: *dadas*, *repos* o professor escreve manualmente o total de aulas efetivamente dadas, descontadas as aulas repostas no decorrer do bimestre letivo. Esses

campos mostram que, se o professor não ministrou aulas para a turma em algum dia do bimestre, poderá solicitar a reposição da aula em dia e horário diferentes do previsto para a turma. Em geral, as reposições ocorriam aos sábados para as turmas do período noturno e para as turmas dos períodos matutino e vespertino as reposições ocorriam em horários opostos aos das aulas. A reposição da aula deveria constar na tarjeta para ser alimentada no banco de dados, contabilizada e compatibilizada com os dias letivos previstos no calendário escolar.

Nos campos *nota* e *falta* da tarjeta, o professor transcrevia manualmente os resultados (médias) finais do desempenho individual de cada aluno no bimestre letivo. A nota deveria ser preenchida com três dígitos e a falta com dois dígitos. Como dito anteriormente, verificou-se a escrita incorreta desses campos.

Na tarjeta há indícios da função e finalidade do documento (aprovação e reprovação) por desempenho e por frequência (ausência e presença). Dessa forma, subtende-se que é na tarjeta de notas a observância da legislação de ensino de que trata o número mínimo de dias letivos em termos de frequência e também dos avanços escolares dos alunos, visto que o diário de classe cumpre a função de mostrar os resultados obtidos pelos estes durante o ano letivo.

Os campos *data*, *local* e *assinatura*, contidos na tarjeta são preenchidos manualmente pelo(s) professor(es) da disciplina. Observa-se que há uma preocupação da ETFSP na rigidez do cumprimento dos prazos na entrega da tarjeta. Tal rigidez se dá em virtude dos prazos de publicação de notas e faltas e dos prazos estabelecidos em calendário escolar, para os alunos impetrarem recursos em casos de divergências ou discordâncias dos resultados obtidos.

O **verso** do documento é destinado ao professor para registrar de forma específica sua prática pedagógica em sala de aula ou outra atividade externa, como visitas técnicas, culturais, participações esportivas ou outros eventos. É o momento de explicitar de forma autônoma, pessoal e profissional os aspectos objetivos e subjetivos da disciplina sob sua responsabilidade. Os itens discriminados no verso do diário de classe são os espaços para mostrar os diálogos que o professor estabelece com os documentos do curso (plano de ensino e grade curricular), com a instituição e os alunos. Seria o momento mais importante do trabalho docente em sala de aula a ser escrito no diário de classe.

A pesquisadora observa que essa é a parte do documento onde o professor responsável pela disciplina demandaria mais tempo para as descrições das atividades desenvolvidas

durante as aulas. Porém, foi constatado que alguns professores não se limitaram a virar o verso do diário de classe para a escrita dessas atividades. Enquanto em outros, os professores registraram todas as atividades desenvolvidas, ainda que de forma bastante sucinta.

Ao documentar o trabalho desenvolvido por meio de um registro manuscrito, o professor tem a oportunidade de refletir sobre a sua própria atuação de maneira distanciada. É preciso distanciar-se para julgar, reorganizar, reconstruir, corrigir, melhorar e construir novos significados e sentidos ao trabalho desenvolvido profissionalmente.

Denominada de *Tabela de Procedimentos da Disciplina, Da Turma do Ano* a expressão é grafada em fonte caixa alta. Porém, deve ser manuscrito pelo professor a sigla da disciplina, a turma correspondente e o ano vigente. A tabela ainda é dividida em duas colunas destinada às transcrições dos conteúdos aplicados e a outras informações que o professor julgar necessário constar.

A primeira coluna refere-se aos campos *aulas dadas, mês, dia, unidades e aulas previstas*. Os dados das *unidades e aulas previstas* devem ser preenchidos pelo professor de acordo com o previsto no *plano de ensino* e na *grade curricular*. Nesses campos, a transcrição é quase mecânica. Porém, requer a atenção do professor, visto que o *dia, mês e aulas previstas* devem ser compatíveis com o descrito na frente do diário de classe, principalmente no campo destinado à frequência do aluno e aos dias letivos dos meses correspondentes.

A segunda coluna é dividida em duas tabelas contendo os campos: *conteúdo programático e trabalhos e atividades relacionadas às unidades desenvolvidas e observações*.

No campo *conteúdo programático – unidades e subunidades a serem desenvolvidas*, são manuscritos os temas previstos nos planos de ensino da disciplina. O professor tem autonomia para descrever, à sua maneira, o conteúdo de cada tema, discriminando as unidades e subunidades desenvolvidas. Ressalta-se que os itens descritos nessas *unidades e subunidades* referem-se de fato ao que o aluno precisa aprender no período previsto, pois para algumas disciplinas há a condição de pré-requisito para dar continuidade em outras disciplinas e séries posteriores.

Do ponto de vista pedagógico, há recomendações do Departamento Pedagógico de Apoio Didático (DPAD) para que o professor evite termos simplórios para informar o

conteúdo desenvolvido. Pois, as informações contidas nesses campos devem corresponder à realidade ocorrida em sala de aula e não apenas uma mera transcrição dos conteúdos programáticos previstos no *plano de ensino*, visto que as informações manuscritas pelos professores são utilizadas para o planejamento e replanejamento anual.

Uma característica que chamou à atenção e está presente nos diários de classe dos três períodos (matutino, vespertino, noturno) logo na primeira leitura, diz respeito ao registro monossilábico das descrições por parte de alguns professores. Em alguns diários de classe é possível constatar a utilização de termos curtos para narrar sua prática cotidiana: *idem*, *exercícios*, *provas*, *greve*, *avaliação*, *revisão*, *seminário*, *pesquisa*, *síntese*, cronograma, fresamento, ou frases sucintas do tipo *apresentação do professor apresentação da disciplina*, *semana cultural*, *conclusão do assunto anterior*, *os anos 80*, *equações trigonométricas*, dentre outras.

Essa escrita monossilábica no ato do registro sobre os fatos ocorridos durante a aula ou mesmo da transcrição do conteúdo ministrado, podem ainda revelar alguns comportamentos e sentimentos em relação ao próprio trabalho desenvolvido no dia a dia e também no que diz respeito ao uso e necessidade do diário de classe na prática docente. É possível ainda atribuir esse comportamento da escrita monossilábica nas variáveis que se inserem na carga de trabalho do professor, que é repleta de intensas tarefas diariamente; no desconhecimento por parte de alguns professores sobre os usos do documento por outros sujeitos que acompanham a vida escolar dos alunos; no sentimento de *obrigatoriedade* do preenchimento do documento por parte dos professores; das necessidades reais das informações que se subsidiam na escrita ordinária desse documento e nos modos de fazer e ensinar da instituição.

O preenchimento *obrigatório* do documento dito como oficial está associado ao que se estabeleceu culturalmente nas instituições escolares, como sendo um documento burocrático de controle e fiscalização do trabalho docente. Essa cultura tão disseminada teve sua origem na primeira república, em que diretores de escolas e professores foram supervisionados regularmente por inspetores de ensino contratados para a fiscalização dos estabelecimentos educacionais. Como foi dito no capítulo 1, a não entrega dos mapas de frequência ao diretor da escola para a supervisão do inspetor no prazo determinado, tinha como consequência, o não pagamento dos proventos mensais ao professor contratado.

Embora seja algo não diretamente relacionado à pesquisa empírica, na ETFSP essa cultura também foi disseminada e arraigada. Pois, em minha experiência de quase trinta anos, ouvi inúmeras vezes que “o diário de classe era burocrático e só servia para controlar e fiscalizar o trabalho do professor”. Contudo, não se tem registro oficial de contrariedade ou resistência por parte do professor do não preenchimento ou entrega do documento nos períodos estabelecidos no calendário escolar relativo ao recorte temporal dessa pesquisa. Ainda é possível verificar que alguns professores expressaram seu sentimento de repúdio pelo documento ou mesmo pela tarefa de preenchê-lo, ignorando itens que para a equipe pedagógica, seriam essenciais para assinalar as atividades desenvolvidas no interior da sala de aula.

O campo *trabalhos e atividades relacionadas às unidades desenvolvidas* são destinados ao professor para descrever as estratégias e metodologias utilizadas na aplicação dos conteúdos, critérios e formas de avaliação e outras atividades que julgar necessário realizar. Nesse campo também deve constar como as atividades foram desenvolvidas, que procedimentos foram adotados para a busca de melhores resultados nas aulas expositivas, atividades práticas de oficinas e laboratórios, aplicação de exercícios e provas, entre outros.

Esse campo ainda tem uma estreita relação com o plano de ensino no que diz respeito às *estratégias e recursos auxiliares*. Pois as disciplinas técnicas específicas (práticas) do curso que são realizadas em laboratórios e oficinas, requer à atenção quanto aos níveis de segurança no trabalho. Além disso, o professor tem a oportunidade de discriminar os materiais pedagógicos utilizados em suas aulas que as tornam mais interessantes ou mesmo a falta de algum material que possa prejudicar o plano de aulas estabelecido.

O campo *observações* é destinado ao professor para escrever o que julgar necessário. É um campo para descrever às intempéris do cotidiano da sala de aula, aquilo que não foi previsto, mas de fato aconteceu. É também um canal de comunicação entre o professor e a instituição para justificar qualquer alteração das unidades previstas no *plano de ensino*, que por algum motivo não foram realizadas ou foram realizadas em atraso. Além disso, o professor pode informar alguma necessidade pedagógica por parte dos alunos, como aulas de reforço para aqueles que mostram alguma dificuldade, averiguação de sucessivas ausências, faltas coletivas constantes, ausências em dias de provas sem justificativas, ou mesmo algum movimento de indisciplina que tenha prejudicado o andamento da aula. Em geral, são os aspectos subjetivos do cotidiano da sala de aula, tanto de quem ensina como de quem aprende.

Diante da descrição pormenorizada dos campos contidos nos diários de classe da ETFSP, é possível constatar que o documento produzido pela instituição possuía de fato uma função e finalidade. No entanto, o problema não está em seu formato, mas na maneira como o documento é usualmente preenchido.

A escrita nos diários de classe – aspectos gerais

Das análises pormenorizadas de cada campo contido no diário de classe, passou-se a tarefa de verificar o preenchimento individual do documento, nas disciplinas relativas ao curso e de seus respectivos professores. Com base na leitura do *Comunicado* (Anexo AH) de instrução do preenchimento do diário de classe enviado pelo Departamento Pedagógico de Apoio Didático (DPAD), por meio de uma leitura flutuante foram lidos aproximadamente 50 diários de classe de diferentes turmas.

O DPAD enviava anualmente um comunicado aos professores novos e antigos, alertando-os sobre as necessidades do preenchimento adequado do diário de classe. Constatase no comunicado uma discriminação minuciosa de todos os itens (campos) contidos no documento a serem preenchidos manualmente pelo professor responsável da disciplina.

Ao analisar o teor do *comunicado* e diante de uma cultura escolar ímpar, produzida na ETFSP, verifica-se que não há um tom imperativo nas sugestões de preenchimento do documento. Os “deveres” apontados no comunicado referem-se à conservação, a entrega da pasta com os diários acumulados bimestralmente nos prazos estabelecidos em calendário escolar, à tarjeta e as observações do DPAD, Diretoria de Ensino (DE) e Coordenadoria de Supervisão Pedagógica (CSP). Esses “deveres” são de fluxos e procedimentos.

Essa observância fazia sentido para o próprio DPAD, visto que a equipe pedagógica se estruturava bimestralmente para as análises das narrativas contidas nos diários de classe. Segundo o relatório publicado no primeiro biênio da gestão do diretor geral Antonio Soares Cervila, a CSP fez a análise de quase três mil diários de classes no ano letivo de 1987.

As análises dos diários de classe forneciam subsídios à direção geral, diretoria de ensino, supervisores de ensino, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, orientadores educacionais e psicólogos e coordenadores de cursos para promoverem as adequações dos

conteúdos programáticos e o planejamento pedagógico do ano seguinte, conforme atesta o *comunicado*.

Conforme relatório de atividades do DPAD, ao analisar os diários de classe, a Coordenadoria de Supervisão Pedagógica (CSP) verificava as atividades desenvolvidas no interior da sala de aula em diversas situações: tema não previsto nos planos de ensino, mas de interesse dos alunos; atividades previstas que não foram realizadas; materiais pedagógicos solicitados utilizados e não utilizados; alunos com baixos rendimentos; dificuldades de aprendizagem ou falta de estudos; indisciplinas em sala de aula; estratégias utilizadas pelo professor na transmissão dos conhecimentos e na verificação da assimilação desses conhecimentos por parte dos alunos; demandas tecnológicas do mercado de trabalho e outras situações não previstas.

Constata-se ainda que algumas situações chamavam à atenção da CSP como por exemplo: turmas inteiras com a mesma nota (6,0 ou 10,0) ou com notas abaixo da média (6,0) em três bimestres seguidos; desconto de nota em virtude de indisciplina em sala de aula; ausência de professores e alunos nas primeiras aulas dos turnos matutino e noturno, entre outros.

Por meio do diário de classe instrumento de trabalho do professor, conforme escrito no *comunicado*, a ETFSP buscava subsídios para as ações de planejamento, avaliação e reavaliação das práticas docentes no interior da sala de aula e no cotidiano escolar constantemente.

A partir de 1989 quando os diários de classe passam a ser distribuídos em pastas individuais, nominais e em cores variadas, observa-se que o *comunicado* foi fixado na contracapa da pasta. Essa metodologia adotada pela CSP a princípio facilitava o trabalho do professor ao preencher o documento, pois qualquer dúvida poderia ser esclarecida tendo o documento em mãos, uma vez que esta permanecia com o professor durante todo o bimestre, após as análises pedagógicas.

Observa-se que a organização dos diários de classe em pastas individuais carregava um toque pessoal do professor. Das turmas analisadas, havia professores que mantinham os diários de classe sem nenhuma ordem interna. Enquanto outros utilizavam a pasta para a guarda de documentos particulares juntamente com os diários de classe. Foram encontradas pastas com receitas médicas, recados pessoais, notas fiscais e extratos bancários.

Constatou-se também que muitos professores procuravam manter a ordem sequencial, separando cada bimestre por uma folha de identificação (1º bim/89, 2º bim/89); mantinham também os carômetros das respectivas turmas pelas quais eram responsáveis, guardavam o diário-rascunho e o calendário escolar vigente. Para esses profissionais, a atitude de organização e zelo também pode ser vista na escrita dos diários de classe, com todos os campos preenchidos e quase ou nenhuma rasura, além da entrega no prazo estabelecido.

Outro aspecto constatado em 02 pastas, diz respeito ao posicionamento político do professor. Por se tratar de uma instituição com gestão democrática, participativa e de liberdade de expressão, o professor manifestava sua posição política de maneira aberta, colando na capa da pasta, adesivos de diferentes partidos políticos ou de candidatos ao governo em períodos eleitorais. Observa-se que o professor da disciplina de cultura específica (técnica) colou um adesivo do PSDB referindo se ao Mário Covas, candidato à Presidência da República em 1989 e a professora da disciplina de cultura geral (geografia) colou o adesivo do PT referindo se ao Lula, também candidato à Presidência da República nesse mesmo período.

O que se verificou quanto ao uso individual dos diários de classe (Anexo AF) pelos professores dos três períodos (matutino, vespertino e noturno), organizados por turmas e por pastas, é que mediante as instruções claras e concisas a respeito dos dados a serem preenchidos, todos os professores se equivocaram em erros e rasuras quanto ao preenchimento correto do documento por bimestres seguidos. Dessas análises, os equívocos que mais se destacaram foram:

- ausência de informações em diversos campos;
- preenchimento incorreto das avaliações, utilizando letra em vez de números;
- anotações pessoais ou profissionais em forma de lembrete no campo *nome do aluno*;
- número de avaliações menor que o mínimo sugerido pela CSP.
- número de aulas dadas menor que o exigido para o bimestre na disciplina;
- não reposição de aulas;
- rasuras nos campos de *mês e notas*;
- escrita ilegível;
- escrita a lápis;

- escrita em várias cores de caneta em um mesmo diário;
- utilização de símbolos nas avaliações e notas sem legenda que os identifique;
- traço anulando o nome do aluno sem qualquer justificativa;
- notas calculadas sem critério discriminado;
- descrição monossilábica de conteúdos;
- justificativas de ausências dos alunos em campo inadequado;
- uso de asterisco no campo *avaliação* e *nota* sem justificativa;
- uso de notas quebradas diferentes da regra estabelecida na organização didática.
- uso de sinal positivo (+) e sinal negativo (-) no campo *avaliações* e *nota*;
- substituição da descrição da unidade pela palavra “idem”;
- cálculos matemáticos de médias em espaços em branco no campo *mês*;
- anotações de recados pessoais;
- anotações de bibliografia no campo *nome do aluno*.

Se este é considerado como documento oficial na instituição, por que o preenchimento incorreto ou a ausência de informações, rasuras e falta de zelo ou mesmo de cuidados essenciais para não comprometer a veracidade do documento? Cabe lembrar que as rasuras para os documentos oficiais são vistas como adulteração, perda de integralidade, integridade (expressão da verdade), tornando o documento sem valor jurídico, histórico e social, conforme os princípios e normas da arquivística, já citados no capítulo 2.

Verifica-se ainda, nessa gama de equívocos apresentada nos diários de classe, que para alguns professores, o preenchimento correto das informações, que são utilizadas para outros fins, parece não ter importância para eles. Inclusive, não se pode dizer que é falta de conhecimento quando os mesmos erros são cometidos por bimestres seguidos, pois anualmente, professores novos e veteranos da ETFSP eram informados das reais necessidades da construção desse documento, de sua organização e sentido, uma vez que essa responsabilidade era delegada somente ao professor.

Juliá (2001, p. 10) afirma que “as normas e práticas são coordenadas em função de suas finalidades”. Por isso, fica clara a preocupação da equipe pedagógica em informar aos professores das necessidades de preenchimento do diário de classe no cotidiano escolar. Por

isso, a instituição estabelecia normas, fluxos e procedimentos com relação a esse documento, com base no Regimento Interno, Portarias, Manual de Coordenador de Área, Manual de Professor, Manual de Aluno e o Calendário Escolar Anual, além dos comunicados internos que circulavam regularmente a respeito do diário de classe.

Outro aspecto que chamou à atenção durante as análises dos documentos refere-se ao fato de que alguns diários de classe oficialmente instituídos vieram acompanhados com folhas à parte, grampeadas de protótipos feitos de próprio punho pelo professor ou pelo protótipo impresso pela CRE apenas para o rascunho. O que poderiam indicar esses protótipos pessoais? Por que o professor demanda tempo para construir um modelo similar ao que já existe? Por que encaminha um protótipo ao DPAD, junto com o oficialmente instituído? Há reconhecimento da instituição desses rascunhos?

Todas essas questões relativas aos *protótipos rascunhos* permaneceram sem respostas. Pois, não há no documento oficial instituído e analisado pela CSP, anotações referentes a esse tipo de comportamento. Nem mesmo, qualquer observação em tais *protótipos rascunhos*. Porém, diante da necessidade do professor em manter paralelo um rascunho de seus escritos, do que se faz ao longo do bimestre, presume-se que é uma necessidade pessoal de escrever para não esquecer o que foi dado, anotar situações ocorridas que não carecem de divulgação, e não rasurar o documento oficial.

Verificam-se também nos diários de classe que alguns professores não têm a real preocupação com a adequada transcrição das *atividades desenvolvidas* em sala de aula. Porém, o mesmo não acontece nos campos *mês, avaliações, nota e falta*. Pois, estes são os que mais atendem ao teor do comunicado. Isso pode significar que para o professor, a feitura do diário de classe na instituição se restringe somente ao aproveitamento e frequência do aluno na escola e não como as atividades são de fato desenvolvidas no interior da sala de aula.

Diante do que foi observado, fica evidente a autonomia que a instituição oferecia ao professor sobre o uso do diário de classe no cotidiano escolar. Mesmo, havendo controvérsias a respeito da *autonomia do professor* em sala de aula, como referem alguns autores, é possível verificar que a gestão da ETFSP buscava primar por uma gestão democrática e participativa no interior da instituição em todas as suas possibilidades.

O ato de escrever – aspecto reflexivo

Para as análises sobre o ato de escrever foram selecionadas 12 (doze) turmas do curso de mecânica, distribuídas entre os períodos matutino, vespertino e noturno. As disciplinas da turma se dividem em cultura geral (propedêutica) e cultura específica (técnica).

Sabendo-se que cada professor tem uma maneira peculiar e autônoma de observar, registrar e refletir sobre sua prática em sala de aula, em suportes oficiais ou não, o modo como foram realizadas as anotações, ainda que não escritas de forma explícita, é possível notar um ato reflexivo. Isso ocorre porque as capacidades reflexivas são inerentes ao ser humano.

Escrever é muito complexo. A jornada da escrita depende de empenho, de dedicação, compromisso e seriedade para aqueles que desejam se expressar sobre algum acontecimento. A função social da escrita é comunicar, logo, professores precisam escrever em suas práticas, pois têm o que dizer e compartilhar com outros sujeitos em suas relações profissionais cotidianas.

A ação reflexiva do professor na construção do diário de classe não envolve somente os aspectos objetivos desta atividade profissional (ensinar), mas também uma série de aspectos subjetivos relacionados aos dilemas práticos da profissão os quais abrangem o conhecimento, o autoconhecimento e o reconhecimento. Ensinar por si só é uma atividade reflexiva, visto que este ato requer planejamento, conhecimento, estratégia e metodologia.

Sendo assim, podemos dizer que há professores que escrevem muito, outros escrevem pouco, alguns simplesmente não escrevem. Há aqueles que escrevem todos os dias, outros, esporadicamente e aqueles que só escrevem quando a necessidade é exigida. E como escreveram em seus diários de classe os professores do curso de mecânica da ETFSP?

Observou-se que os professores que escreveram muito foram aqueles que ministraram aulas nas disciplinas práticas específicas. Discriminaram aula por aula, descreveram literalmente os conteúdos previstos no plano de ensino, as estratégias utilizadas em todas as etapas das atividades realizadas nos laboratórios e oficinas, os recursos auxiliares e os instrumentos para aferir os conhecimentos adquiridos pelos alunos. Esses profissionais deram importância à “descrição das tarefas” indicando para a instituição que o planejado fora realizado e cumprido nos prazos estabelecidos.

Já os professores que escreveram pouco, procuraram resumir os conteúdos propostos no plano de ensino utilizando-se de termos monossilábicos e reduzidos, conforme dito anteriormente e se limitaram aos campos de frequência do aluno e das avaliações realizadas. Não informaram adequadamente os conteúdos ministrados, as estratégias e os recursos auxiliares utilizados. Além disso, não explicitaram o desenvolvimento das aulas ou como os alunos interagiram entre si sobre o que estava sendo ensinado. Para esses professores são recorrentes as anotações da CSP sobre o preenchimento incompleto de seus diários de classe.

Os professores que não escreveram , principalmente no verso do diário de classe, ativeram-se somente aos itens relativos à frequência e avaliação dos alunos, cujos campos estão contidos na parte da frente do documento. Não registraram o conteúdo ministrado, as estratégias e recursos auxiliares utilizados para o desenvolvimento dos planos de ensino. O verso do diário de classe é completamente em branco, impossibilitando qualquer análise por parte da CSP, levando a pesquisadora a questionar sobre o motivo da ausência de informações.

Observou-se também, que em todos os diários de classe analisados destacam-se a escrita dos aspectos objetivos da disciplina. Ou seja, os professores registram somente aquilo que está previsto no plano de ensino para que o aluno seja habilitado adequadamente no curso técnico. Não registraram os aspectos subjetivos relativos ao interior da sala de aula ou mesmo aqueles que se referem ao ato de ensinar. Não se verificam as tensões, conflitos, relações de cumplicidade entre professor-aluno, dilemas da prática docente, aspectos pessoais que caracterizam o modo particular do professor ministrar a aula, formas de abordagens dos temas e as estratégias previstas nos planos de ensino, incluindo tipos de atividades extracurriculares oferecidas aos alunos, ou mesmo os elementos estruturais que caracterizam a sala de aula.

Cabe lembrar que o local de trabalho do professor é a escola, a sala de aula e sua extensão. Suas funções são específicas num contexto também específico. O professor, em sua atividade profissional, não é um ser isolado e não trabalha sozinho. Existe uma relação de interatividade muito dinâmica entre os sujeitos na escola, o que contribui de forma significativa para o desenvolvimento pessoal e profissional da prática docente.

As análises a seguir mostram como os professores utilizavam e registravam suas atividades práticas no cotidiano da ETFSP.

O diário de classe da disciplina Geografia (GEO) da turma 110, período matutino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1986. Quanto aos itens de preenchimento, o professor incorre em uma série de equívocos (erros e rasuras) comprometendo a veracidade do documento, em especial no campo relativo à frequência dos alunos. Utiliza-se correntemente a frente do documento para anotações que são pertinentes ao verso do diário de classe, com destaque para justificativas de ausências tanto dos alunos como dele mesmo.

Observa-se também, que a descrição simplificada das atividades realizadas em sala de aula diz respeito somente aos aspectos objetivos da disciplina e das metodologias utilizadas. O estilo simplificado das descrições das tarefas realizadas nos quatro bimestres permite afirmar que o professor tem grande preocupação com a aplicação do conteúdo programático, visto que este executa literalmente aquilo que está previsto no plano de ensino. Não é percebida em sua escrita, alguma indicação de flexibilidade na execução dos conteúdos planejados, conduta comum em sala de aula pela maioria dos docentes, visto que já foram constatadas pela ETFSP as diferentes bagagens de conhecimentos trazidas pelos alunos ingressantes.

Não há informações suficientes e claras de como as aulas são conduzidas ou como os alunos interagem ou desenvolvem os conteúdos que são sendo ensinados. A estratégia utilizada para ensinar se resume à prevista no plano de ensino (aulas expositivas). Assim, é possível uma compreensão de que a oralidade se faz presente na prática pedagógica desse professor, sendo que os alunos parecem apenas ouvir enquanto o professor fala.

Agregada a metodologia da aula expositiva, constata-se apenas a tarefa de resumo de textos, contrapondo as possibilidades que os recursos auxiliares (mapas, gráficos, slides, anuários) previstos no plano de ensino da disciplina poderiam oferecer para a interação e o desenvolvimento das práticas docentes no interior da sala de aula, pois não há sinalização de que esses recursos foram utilizados.

No que diz respeito à avaliação do que foi proposto e realizado em sala de aula, o professor atende a solicitação de no mínimo duas avaliações bimestrais, efetivadas em provas individuais e resumos de textos como metodologia para aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos,. Essas avaliações contaram quantitativamente na composição da nota final conforme mostrado no campo avaliações.

No diário de classe do segundo bimestre letivo, há um relato de indisciplina no interior da sala de aula causada por alguns alunos, os quais foram punidos com (advertência). Caberiam então aqui, alguns questionamentos. Que tipo de indisciplina motivou a punição dos alunos? Por que os alunos punidos sofreram diminuição na nota, conforme registrado no campo avaliações? Será que a diminuição da nota causou mudança de comportamento dos alunos punidos e conseqüentemente para toda a turma? Parece-nos neste momento, que o professor utiliza-se de meios punitivos para manter o equilíbrio e a harmonia em sala de aula. Será que ações pedagógicas foram realizadas para sanar a indisciplina no interior da sala de aula por parte da equipe de orientadores educacionais, ao constatarem a atitude do professor em diminuir a nota por conta de indisciplina?

Por fim, constatam-se também anotações da equipe pedagógica no campo observações em função das constantes ausências de informações em diversas partes do documento. Nesse sentido, a falta de informações, além de comprometer as análises da equipe pedagógica, não permite uma ação concreta para sanar as possíveis deficiências das atividades de ensino apresentadas pelos sujeitos (aluno, professor) da referida turma e também por parte da pesquisadora a fim de encontrar respostas para as questões suscitadas na pesquisa.

O diário de classe da disciplina Produção Mecânica (PRM) da turma 341, período vespertino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1988. O que se observa nesse diário de classe em específico, é que o documento fora preenchido por três professores diferentes. Por se tratar de uma disciplina de cultura específica (técnica) e prática, na qual a turma é dividida em grupos de até cinco alunos, cada professor preencheu uma parte do documento referente ao conteúdo programático previsto para a disciplina que lhes fora designada.

Quanto aos itens de preenchimento (frente) do documento, os professores incorrem em equívocos que se destacam nas rasuras e nas ausências de informações, comprometendo a veracidade do documento, principalmente nos campos relativo à frequência dos alunos e avaliações, cuja observação foi anotada pela equipe pedagógica no verso do documento.

No que tange às descrições das atividades realizadas nos laboratórios e nas oficinas, observa-se que estas são ricas em informações quanto aos aspectos objetivos da disciplina, das metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos e das aferições dos conhecimentos. Os professores discriminam detalhadamente o conteúdo aplicado durante o bimestre letivo, mostrando que há uma sequência lógica das etapas da aprendizagem

necessária para o manuseio adequado dos equipamentos. Nesse sentido, evidencia-se não só o planejamento da aula, mas também o ensino e a aprendizagem que se caracterizam na organização do trabalho a ser realizado com cada grupo de alunos em cada uma das oficinas.

Nota-se que ainda, que os recursos auxiliares são os próprios equipamentos instalados em cada um dos laboratórios e oficinas, os quais possibilitarão aos alunos a oportunidade de desenvolverem as habilidades técnicas básicas e avançadas.

Observa-se também, que as aulas são enriquecidas com outras informações além daquelas previstas no plano de ensino da disciplina. Isso revela que os professores estão atentos às necessidades dos alunos e às demandas do mercado de trabalho.

As diversas metodologias aplicadas pelos professores no desenvolvimento da aula se dão em função dos diferentes equipamentos existentes em cada uma das oficinas. Há demonstrações práticas de tarefas técnicas, explanações de procedimentos, exercícios práticos, além das aulas expositivas. As avaliações dos alunos são aferidas por meio de diferentes instrumentos (relatório técnico avaliativo, chamada oral, explanação individual, execução e demonstração prática direto na máquina). É possível afirmar que há uma ênfase no processo de desenvolvimento da aprendizagem que se caracteriza pelo planejamento, ensino e avaliação, agregado pelo olhar individual e coletivo dos professores sobre os alunos.

O diário de classe da disciplina Resistência dos Materiais (RES) da turma 310, período matutino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1988. Essa análise suscitou alguns questionamentos relativos aos dados descritos no documento.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que o professor incorre em equívocos (rasuras) comprometendo a veracidade do documento em especial no campo relativo à avaliação e ausências de informações, as quais colaboram para que o acompanhamento de vida escolar dos alunos “fique restrito” somente ao trabalho do professor no interior da sala de aula.

O estilo simplificado das descrições das tarefas realizadas atesta que o professor atenta basicamente para a aplicação do conteúdo programático e executa literalmente aquilo que está previsto no plano de ensino. Ao registrar os conteúdos previstos para a disciplina, descreve de forma monossilábica as unidades desenvolvidas, além de utilizar frases curtas ou termos isolados. Também não se verificam em três bimestres (2º, 3º e 4º) as estratégias e metodologias utilizadas para o desenvolvimento do trabalho docente, tampouco para a

compreensão de como os alunos interagem, desenvolvem, apreendem e são aferidos pelos conhecimentos adquiridos.

Foi constatado ainda, que no segundo bimestre não há nenhum tipo de registro no verso do documento. Somente os campos meses destinado à frequência e os campos avaliações e notas (frente) do documento foram devidamente preenchidos. Nesse momento, surgem alguns questionamentos. Por que o professor não registrou os conteúdos aplicados no verso do documento se a disciplina é essencial para o curso técnico em mecânica? Qual o conteúdo ministrado? Como os alunos foram avaliados? Sobre o que foram avaliados? Que instrumento utilizou para aferir notas?

Observa-se ainda no campo nota, rendimento abaixo da média (6,0) em 90% dos casos, especificamente nos bimestres (1º e 2º), essas notas podem suscitar outros questionamentos. Falta de estudos dos alunos da turma? Dificuldades de apreensão relativas ao conteúdo proposto na disciplina, visto que esta envolve conceitos avançados de matemática, química e física? Dificuldades metodológicas do professor ao transmitir os conhecimentos? Porém, algo nos chamou atenção nos bimestres (3º e 4º), já que os alunos atingiram em sua maioria a nota máxima (10,0). Que tipo de ação pedagógica realizou-se para um avanço vertiginoso nas notas desses bimestres?

Dessa forma, é possível afirmar que a resposta pode está no trabalho pedagógico que a Coordenadoria de Orientação Escolar (COE) faz ao final de cada bimestre, quando as notas são publicadas e o rendimento da turma e o trabalho do professor são avaliados pela equipe pedagógica. E também no fato de que as disciplinas práticas possuíam apenas recuperação paralela e diante de resultados negativos, cabia ao aluno uma mudança de planejamento, comportamento e estratégias de estudos para recuperar a nota dentro do bimestre corrente, já que não estava previsto um período de recuperação final para disciplina prática.

O diário de classe da disciplina **Laboratório de Mecânica I (LMA)** da turma 370, período noturno, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1988. Pela nomenclatura da disciplina é possível constatar que esta era ministrada em duas etapas do curso. É a chamada disciplina com pré-requisito. As disciplinas que se enquadram nessa categoria iniciam com as aprendizagens básicas e avançam ao longo das séries posteriores em técnicas mais elaboradas e com grau de dificuldade maior.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que os professores incorrem em equívocos (rasuras) e ausências de informações que comprometem a veracidade do documento. Isso ocorre principalmente no campo relativo à avaliação, cujo preenchimento das notas foi feito a lápis por parte de um professor, contrariando as orientações do departamento pedagógico. Cabe ressaltar que a ausência de informação colabora para que o acompanhamento de vida escolar dos alunos “fique restrito” somente ao professor no interior da sala de aula.

No que diz respeito às descrições das atividades realizadas nos laboratórios, observa-se que estas são ricas em informações quanto aos aspectos objetivos da disciplina, das metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos e das aferições dos conhecimentos. Os professores discriminam detalhadamente o conteúdo aplicado durante o bimestre letivo, mostrando que há uma sequência lógica das etapas da aprendizagem necessária para o manuseio adequado dos equipamentos em laboratórios. Nesse sentido, evidencia-se não só o planejamento da aula, mas também o ensino e a aprendizagem, que se caracterizam na organização do trabalho a ser realizado com cada grupo de alunos nos diferentes laboratórios e pelos diferentes professores envolvidos nessa disciplina. Nota-se que ainda, que os recursos auxiliares são os próprios equipamentos instalados em cada um dos laboratórios, os quais possibilitarão aos alunos a oportunidade de desenvolverem as habilidades técnicas básicas e avançadas.

No que diz respeito à avaliação daquilo que fora realizado em sala de aula, os professores atendem a solicitação de no mínimo duas avaliações nos bimestres (1º e 3º) efetivadas em exercícios, elaboração de relatórios técnicos, execução de ensaios, prova teórica, como instrumentos para aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos nas aulas práticas, as quais contaram quantitativamente na composição da nota final conforme mostrado no campo avaliações. Porém, não há registro dos tipos de avaliações realizadas nos bimestres (2º e 4º). Consta somente a nota final.

Outro aspecto constatado no campo avaliações diz respeito ao preenchimento com caneta vermelha por parte de um professor para ressaltar a nota abaixo da média (6,0). Tradicionalmente, o preenchimento da nota em cor vermelha foi atribuído ao aluno com desempenho ruim em determinadas disciplinas. Porém, os alunos consideram que a nota vermelha é culpa do professor e ao longo da vida escolar acabam repudiando não só professor, mas também a disciplina.

No campo observações há anotações por parte da equipe pedagógica pelo não preenchimento completo de alguns itens do documento em três bimestres seguidos.

O diário de classe da disciplina **Supervisão de Estágio (SUE)** da turma 472, período noturno, foi avaliado em dois bimestres do ano letivo de 1989. Faz-se necessário uma breve explicação sobre a disciplina SUE para melhor entendimento de como o diário de classe do professor foi preenchido.

Essa disciplina consta do 4º e último ano do curso de mecânica. É uma disciplina voltada única e exclusivamente para o acompanhamento do estágio desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação do trabalho produtivo do aluno.

O professor responsável por essa disciplina acompanha o aluno em diferentes etapas do processo ensino e aprendizagem. A primeira etapa se faz mediante um plano de atividades, quando são descritas a proposta de estágio, a empresa escolhida e o tipo de atividades a serem realizadas. Tais atividades deverão ser compatíveis com o curso técnico em andamento. A segunda é o acompanhamento do professor que se faz mediante relatórios semanais ou mensais, quando o aluno deverá descrever o trabalho realizado em sua rotina de estágio na empresa contratante.

As aulas semanais previstas para essa disciplina referem-se ao acompanhamento da “primeira experiência profissional” do aluno como futuro técnico do curso em andamento. O professor utiliza o diário de classe para descrever a frequência e conteúdos de interesse dos alunos, relacionados com a experiência do estágio.

Diante do exposto, ao analisar o diário de classe verifica-se que o professor, ao preencher o documento incorre em equívocos (rasuras) especialmente no campo mês comprometendo a veracidade do documento quanto à frequência do aluno. O campo nome do aluno é recheado de informações que deveriam ser escritas em outro tipo de suporte material diante das possíveis informações trazidas pelos alunos em suas atividades profissionais. Observa-se que, ao fazer um levantamento dos alunos que estão estagiando, o professor utiliza os espaços que sobram ao lado do nome do aluno para identificar o nome da empresa onde o aluno desenvolve as atividades de estágio. O mesmo ocorre no diário de classe do bimestre seguinte e foi verificado que alguns alunos mudaram de empresa e outros começaram deram início ao estágio.

Observa-se também a incidência de indisciplina diante da anotação: “o nº 18 colocado fora classe dia 3/4”. Nesse sentido, cabem alguns questionamentos: se a disciplina é voltada também para a postura profissional do aluno, que tipo de comportamento levou o aluno a ser retirado da sala pelo professor? E que tipo de ação pedagógica foi realizada para resolver tal situação, tanto por parte do professor como da equipe pedagógica da ETFSP?

Quanto ao verso do diário de classe, constata-se que o professor descreve as atividades previstas para o acompanhamento da atividade de estágio. A estratégia utilizada é a discussão de temas de interesse coletivo sobre a profissão do técnico (formação técnica, postura profissional do técnico, mercado de trabalho, entrevistas de emprego, currículo), agregada ao acompanhamento individual por meio dos relatórios apresentados em uma pasta que é conhecida internamente como “pasta preta de estágio”.

O processo de avaliação do aluno para essa disciplina se dá ao final do ano letivo, quando o professor informa ao CIE-E (Coordenadoria de Integração Escola – Empresa), que os relatórios dos alunos foram aprovados. Nesse caso específico, não há quantificação das aprendizagens. Daí o não preenchimento do campo avaliações e nota.

O diário de classe da disciplina **Matemática (MAT)** da turma 141, período vespertino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1986.

Ao analisar a frente do diário de classe, constata-se no campo “professor” que não há registro do nome do responsável pela disciplina no 1º bimestre. Ao que tudo indica, as aulas de matemática iniciaram em meados do mês de abril, pressupondo a falta de professor para o horário da turma por mais de um mês.

A partir do mês de abril, quando a professora assume as aulas da turma, verifica-se que no campo nome do aluno foi registrado um novo aluno, atendendo à solicitação da CRE (Coordenadoria de Registros Escolares), conforme os procedimentos estabelecidos pela instituição.

As ausências de informações (presenças e faltas) no campo mês (março) referente ao 1º bimestre não foram justificadas, o que compromete a veracidade do documento no que se refere aos dias 200 dias letivos previstos em lei. Observa-se ainda que a professora utiliza-se de símbolos e traços para o preenchimento da frequência, quando a orientação é para que seja preenchido com (.) presença e (F) falta.

No campo avaliações o preenchimento está correto no 1º bimestre, porém, permite dúvidas sobre o critério de avaliação utilizado pela professora, pois a mesma ao computar as avaliações dos alunos, ora utiliza divisão, ora soma. Segundo a organização didática o critério de avaliação deverá ser igual para todos os alunos da turma. Constata-se ainda, um índice alto de notas abaixo da média (6,0) para aproximadamente 90% dos alunos nos 1º e 2º bimestres e não há melhoras significativas do rendimento nos bimestres seguintes. Verifica-se também, que não há solicitação registrada no campo observações por parte da professora, para que a CSP execute uma ação pedagógica para identificar e sanar as dificuldades dos alunos expressas em notas abaixo da média.

Quanto ao verso do documento, constata-se o estilo simplificado das descrições das tarefas realizadas em sala de aula, o que permite afirmar que a professora tem maior preocupação com a aplicação do conteúdo programático, visto que a mesma executa literalmente aquilo que está previsto no plano de ensino. As estratégias utilizadas se limitam aos exercícios e prova mensal. Não é percebida em sua escrita, alguma indicação de flexibilidade na execução dos conteúdos planejados com vistas à melhora do rendimento ou mesmo de uma mudança na metodologia aplicada para o ensino de matemática. Por fim, ao analisar o quadro de professores da ETFSP nesse período, verificou-se que a professora responsável por essa disciplina havia sido contratada na categoria de professor-substituto, o que contribuiu para que a mesma executasse apenas os conteúdos nos planos de ensino.

O diário de classe da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) da turma 210, período vespertino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1986.

Inicialmente percebe-se certo zelo no preenchimento do documento no que diz respeito à frente do diário de classe, especialmente nos campos mês e avaliações, visto que estes não contêm rasuras ou erros. A professora procura preencher todos os itens de forma correta, não permitindo dúvidas sobre a veracidade do documento.

No campo avaliações, há somente um registro de instrumento (prova) utilizado para a aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, contrariando a sugestão do DPAD em aplicar no mínimo dois instrumentos de avaliação.

Quanto ao verso do diário de classe, ainda que se classifique como um diário de “descrições de tarefas” de natureza procedimental, observam-se mudanças no cronograma da disciplina. Diante do registro de (greve), onde as aulas foram suspensas para as manifestações

da categoria docente, constatou-se que a professora antecipou o conteúdo previsto para o 4º bimestre ao aproveitar o movimento de lutas de sua categoria profissional para discutir com os alunos temas relativos às questões trabalhistas, lutas de classes e questões sindicais no Brasil. Nesse sentido, foi possível verificar a contextualização dos conteúdos propostos na disciplina com o momento de luta da categoria. Essa mudança de cronograma permite compreender uma ação reflexiva da professora, ainda que não explicitada de forma tão clara na descrição das atividades.

Além disso, a professora prima por utilizar recursos auxiliares (filmes, slides, leituras de livros e textos de jornais) para estimular a participação dos alunos. A estratégia utilizada por ela são os seminários, dinâmicas de grupos e aulas expositivas. Observa-se também que a prova aplicada aos alunos é corrigida e depois comentada em sala de aula. Essa atitude da profissional permite aos alunos sanarem as dúvidas sobre os erros e os acertos na avaliação individual.

Não há por parte da CSP referências relativas ao preenchimento do diário de classe no campo observações.

O diário de classe da disciplina **Língua Portuguesa (LPL)** da turma 241, período vespertino, foi avaliado nos quatro bimestres do ano letivo de 1987.

Ao analisar a frente do diário de classe observa-se certo zelo por parte da professora no preenchimento do campo mês do documento, visto que não há erros ou rasuras. No campo avaliações, a professora utiliza-se dos símbolos (+) e (-) contrariando o que estabelece a organização didática, para quantificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos nas diversas avaliações aplicadas (provas, trabalhos individuais, em grupos e resumo de leitura de livros) que foram realizadas nos quatro bimestres. Como não identifica os símbolos por meio de legenda, não é possível compreender como a professora calcula a nota final, que é expressa em números de 0,0 a 10,0. Porém, constata-se que a conversão de símbolos em notas não é igual para todos os alunos, ainda que se verifique o bom rendimento de notas dos alunos e o alto índice de frequência às aulas.

Quanto ao verso do diário de classe verifica-se que este pode ser classificado como um documento de “descrição de tarefas”, visto que os conteúdos previstos no plano de ensino foram transplantados de forma literal para o diário de classe. A estratégia utilizada pela

professora é a aula expositiva agregada de trabalhos individuais e em grupos realizados pelos alunos.

A professora utiliza o campo observações para anotar as datas de provas e entrega de trabalhos em vez de utilizar o campo destinado a essas informações. Não há referências por parte da CSP, sobre o preenchimento do documento.

O diário de classe da disciplina **Projetos (PRJ)** da turma 470, período noturno, foi avaliado em três bimestres no ano letivo de 1989. Ressalta-se que o diário de classe do 4º bimestre não foi encontrado.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que os professores incorrem em equívocos (rasuras) que comprometem a veracidade do documento, em especial no campo relativo à falta. Ainda assim é possível verificar certo zelo no preenchimento do campo mês, para o registro de presenças e ausências dos alunos.

Quanto ao verso do diário de classe verifica-se a ausência de informações nos campos unidades, aulas previstas, trabalhos e/ou atividades desenvolvidas e o registro dos conteúdos ministrados foi descrito de forma bastante sucinta e somente por um professor. Nesta disciplina, os alunos necessitam desenvolver alguns projetos mecânicos baseados em conceitos adquiridos ao longo do curso. É o espaço reservado para o aluno demonstrar suas capacidades, habilidades e autonomia, visto que tais projetos deveriam ser testados nos laboratórios e oficinas sob o olhar atento dos professores. A não descrição detalhada de como a atividade foi desenvolvida como ocorre em outras disciplinas práticas não nos permite identificar que tipo de projeto foi estruturado, quais as dificuldades encontradas pelos alunos na sua elaboração, quais os resultados obtidos nos testes práticos visto que, nesse momento, o aluno é autor de sua aprendizagem.

Verifica-se ainda que os únicos instrumentos utilizados para a aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos se restringem à prova e aos exercícios, somados a uma mera descrição de avaliação paralela.

Constam por parte da CSP referências relativas ao preenchimento incompleto do diário de classe no campo observações.

O diário de classe da disciplina **Elementos de Máquinas (ELM)** da turma 471 período noturno, do ano letivo de 1989, foi avaliado em três bimestres, visto que o diário de classe do 4º bimestre não foi encontrado.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que o professor incorre em equívocos (rasuras) que comprometem a veracidade do documento, em especial no campo relativo às avaliações.

Observa-se que não há registro de presença ou falta no campo mês para 06 (seis) alunos que não compareceram às aulas no primeiro bimestre. Porém é computado no campo falta o total de aulas faltadas para estes alunos. Verifica-se no campo avaliações que o professor utiliza nota numérica e ponto (.) para compor o rendimento do aluno, mas não discrimina o que significa o ponto. Em alguns casos, é possível perceber que o ponto equivale 0,5 para alguns alunos e para outros equivale a 1,0 os quais são acrescidos na nota final.

No que tange ao verso do diário de classe, observa que o professor possui um estilo simplificado das descrições das tarefas realizadas, utilizando-se de termos monossilábicos e frases curtas. O professor atenta basicamente para a aplicação do conteúdo programático, dado que o mesmo executa literalmente aquilo que está previsto no plano de ensino. Os instrumentos de avaliação dos alunos se restringem à prova, ao trabalho prático e aos exercícios.

Observa-se que por ser uma disciplina específica (técnica) que envolve a prática, as descrições das tarefas realizadas não mostram como os alunos desenvolveram os trabalhos nos laboratórios e oficinas.

Constam por parte da CSP referências relativas ao preenchimento incompleto do diário de classe no campo observações nos três bimestres.

O diário de classe da disciplina **Programas de Saúde (PRS)** da turma 270, período noturno, do ano letivo de 1987, foi avaliado somente no quarto bimestre, visto que este diário nos chamou à atenção pela descrição das tarefas realizadas.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que a professora é zelosa no preenchimento do documento e não incorre em erros ou rasuras que possa comprometer a veracidade do documento. No entanto, é possível observar no campo mês que o número previsto de aulas para essa disciplina não corresponde ao registrado no plano de ensino.

Verifica-se no campo avaliações que as notas são grafadas por extenso (dez, oito, nove), contrariando ao estabelecido na organização didática, que deve ser expressa em números de 0 a 10. Observa-se ainda, o não preenchimento do campo nota e falta, visto que estes campos são cópias fidedignas do canhoto de notas entregue na CRE.

Referente ao verso do documento, a professora se limitou a descrever uma única frase. “Semana Cultural”. Que atividades foram desenvolvidas pelos alunos durante a “Semana Cultural” que é destinada às atividades de comemoração do aniversário da ETFSP? Se a disciplina é voltada para a educação, saúde e trabalho poderiam os alunos ter desenvolvido algum tipo de apresentação individual, palestras, exposição, oficina, teatro, que se insere no contexto da disciplina, visto que a metodologia utilizada e descrita pela professora é o trabalho em grupo?

Constam por parte da CSP referências relativas ao preenchimento incompleto do diário de classe no campo observações.

O diário de classe da disciplina **Tecnologia dos Materiais (TMA)** da turma 170, período noturno do ano letivo de 1986 foi avaliado nos quatro bimestres.

Ao analisar a frente do diário de classe, verifica-se que o professor incorre em equívocos (rasuras) comprometendo a veracidade do documento em especial no campo relativo às avaliações, além de ausência de informações sobre o rendimento de alguns alunos. O cômputo das notas se faz ora pelo número de avaliações realizadas, ora pela soma dessas avaliações. Para os alunos que obtiveram notas abaixo da média na primeira avaliação, foi dada uma segunda e até uma terceira oportunidade para a recuperação da nota. Nesse sentido, é possível verificar a grande preocupação do professor com relação ao rendimento do aluno. Essa prática é recorrente em todos os bimestres.

Quanto ao verso do diário de classe, é possível verificar um estilo simplificado das descrições das tarefas realizadas em sala de aula, visto que o professor atenta basicamente para a aplicação do conteúdo programático, dado que o mesmo executa literalmente aquilo que está previsto no plano de ensino. Os instrumentos utilizados para as avaliações dos alunos no que se refere à nota bimestral, se restringem à prova e ao trabalho. A metodologia utilizada para o desenvolvimento das aulas é restrita a aula expositiva. Observou-se também que houve uma mudança significativa no preenchimento do diário de classe a partir do 2º bimestre diante

das observações descritas pela CSP, pois nos bimestres seguintes não há rasuras ou ausências de informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprido esclarecer que ao longo da pesquisa procurei inserir alguns comentários fruto das reflexões sobre os assuntos tratados, a fim de compreender como a dinâmica da ETFSP foi se estabelecendo e se solidificando ao longo de sua trajetória histórica e em especial na década de 1980 com a escrita dos diários de classe. Dessas análises surgiram algumas considerações que julgo destacar para a conclusão desse trabalho de pesquisa.

No primeiro capítulo, as considerações são relacionadas ao processo de história de criação da instituição que se fez presente no contexto da educação profissional brasileira desde os seus primórdios até os dias atuais.

Ainda que sob um projeto político de educação voltado à grande massa populacional considerada desprovida dos meios de sobrevivência, suas atividades iniciaram em meio ao processo de qualificação da população brasileira; marcada pela dualidade do ensino, onde o ensino propedêutico de cunho intelectual se destinava àqueles que deveriam pensar e dirigir e o ensino profissionalizante destinado àqueles que deveriam fazer o trabalho.

Simbolizado na arquitetura de seus edifícios, dos propósitos do ensino para as classes menos favorecidas e posteriormente absorvendo diferentes classes sociais, os marcos legais, políticos, econômicos e históricos contribuíram para a sua implantação, transformação, atuação e solidificação.

Paralelamente à sua trajetória histórica, as reformas educacionais foram um divisor de águas quanto à presença da ETFSP no panorama da educação técnica profissional brasileira. Apoiada nas leis que regiam o ensino técnico como a mola propulsora para o avanço no processo de industrialização no Brasil, a instituição não hesitou em tomar novos rumos ao ampliar suas estruturas físicas, diversificar os cursos ofertados, atualizar os seus currículos, absorver novas tecnologias, capacitar o corpo docente e técnico-administrativo. O objetivo era oferecer à cidade de São Paulo e ao Brasil um ensino técnico profissional gratuito e de boa qualidade, que a faz consolidar-se como centro de excelência de educação de 2º grau na década de 1980.

No segundo capítulo as considerações referem-se ao diário de classe enquanto suporte material inserido na categoria de documentos escolares, a fim de considerá-lo como fonte para a construção da história da educação brasileira, integrante da cultura material escolar e para a investigação sobre a prática docente.

Pode-se afirmar que a atividade de escrever sobre o que o professor faz no interior da sala de aula, materializado em um suporte documental específico desde o período imperial, permeou diferentes contextos políticos, históricos, econômicos e sociais.

Os registros da atividade docente em um documento tão singular à escola podem ser considerados como objeto e fonte de investigação no campo da história da educação, visto que as necessidades e usos deste documento no cotidiano escolar em diferentes contextos, tipologias documentais, normas e procedimentos, repleto de informações que registram as práticas pedagógicas em seus modos de fazer e ensinar no interior da instituição escolar e da sala de aula pode contribuir de maneira significativa para a compreensão do que é a escola.

Observa-se que a dinâmica interna da ETFSP também se fez presente no registro de suas atividades práticas pedagógicas em suportes documentais específicos. Os documentos escolares na ETFSP (plano de ensino, grade curricular e diário de classe) foram assumidos como ferramentas de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar e as práticas docentes no interior da sala de aula, amparados pelas normas e procedimentos legais exteriores à escola que regem o ensino e ao acompanhamento de vida escolar do aluno de forma individual e coletiva.

Ao instituir o diário de classe como documento oficial do registro do trabalho do professor em sala de aula, a ETFSP o toma em sua materialidade como espaço de transcrição da produção do conhecimento, das formas de apreensão do saber, dos métodos utilizados na sistematização do ensino, da aplicação dos conhecimentos, dos resultados obtidos e o insere como elemento da cultura material escolar.

É possível afirmar que para a ETFSP o diário de classe é também um documento histórico, pois carrega traços das práticas pedagógicas dos sujeitos que dela participam. Isso se verifica nos seus modos particulares de ensinar, aprender e agir, ainda que esses traços sejam direcionados para aspectos objetivos das disciplinas e do curso em um suporte limitado em suas estruturas gráficas.

Observa-se também, que ao longo de sua trajetória, a ETFSP produziu grande volume de documentos que registraram suas atividades educacionais, valorizando o uso e o manuseio dos documentos escolares durante as atividades cotidianas por outros sujeitos exteriores à sala de aula. Porém, não atentou para os cuidados de guarda e preservação desses documentos, sujeitando-os às intempéries do tempo e do espaço.

A ausência de diretrizes e políticas arquivísticas que permeia todo o ciclo dos registros, permitiu o acúmulo desordenado de massa documental que ocupa salas inadequadas para o armazenamento dos documentos, os quais são submetidos à precária estrutura física (ventilação, iluminação, higienização), além da falta de resistência estrutural e segurança para a proteção, guarda e preservação dos documentos que retratam à sua trajetória histórica. Tal situação vem contribuindo significativamente para o desaparecimento de sua história documentada, dos elementos constitutivos da cultura material escolar e da história da educação.

No terceiro capítulo, as considerações referem-se às questões norteadoras: Onde e como foram escritos os diários de classes da ETFSP referentes aos de 1986 a 1989? E em que medida esta escrita, por meio do diário de classe, instrumento que no senso comum é considerado de controle e fiscalização do trabalho docente, burocraticamente institucionalizado, pode contribuir para o desenvolvimento da prática docente?

Fica claro que os professores do Curso de Mecânica não utilizaram o diário de classe de forma reflexiva. O fato de o comunicado não exigir de forma explícita como são desenvolvidas as atividades práticas docentes, mas apenas sugerir como o professor deveria preencher o diário de classe, permitiu a existência de lacunas e desconhecimento da realidade ocorrida no interior da sala de aula ou como as atividades realizadas poderiam contribuir para o desenvolvimento profissional da prática docente.

Percebeu-se que os sujeitos envolvidos nessa atividade escreveram pouco sobre a realidade de suas práticas docentes. Limitaram-se às descrições literais dos conteúdos ensinados que se relacionam diretamente com os aspectos objetivos da disciplina (conteúdos, frequência e avaliação), corroborando com a ideia antiga de que uma instituição de educação técnica profissionalizante deve formar profissionais na arte do saber-fazer. Tais descrições não possibilitaram uma ação reflexiva que pudesse fomentar uma tomada de consciência sobre o próprio trabalho realizado enquanto profissional da área de educação.

Os aspectos subjetivos que dão vida ao trabalho docente, as aprendizagens dos alunos, a dinâmica do interior da sala de aula não foram evidenciadas de maneira clara, os quais poderiam evidenciar as atuações dos professores e dos alunos sobre o que ensina ou como aprendem. Tais aspectos foram suplantados pela descrição das tarefas realizadas, que se direcionaram somente para o comportamento adequado dos alunos, para aprovação e reprovação ou para o registro da presença e ausência durante o ano letivo. Tal atitude não

permite encontrar subsídios suficientes para compreender se o diário de classe contribuiu para o desenvolvimento profissional da prática dos docentes do curso de mecânica no período analisado.

Não é possível dizer que há diários bons ou ruins no curso de mecânica. O que se constata é que há diários com mais informações e com menos informações descritivas. Aqueles com mais informações permitiram uma análise mais ampliada da atividade pedagógica desenvolvida pelo professor quanto ao proposto no curso. Isso porque os bons resultados obtidos pelos alunos os fizeram ascender aos estudos de nível superior e as boas colocações no mercado de trabalho, conforme dados estatísticos publicados posteriormente pela ETFSP.

Os diários de classe com menos informações permitiram um conhecimento simplificado da prática docente no interior da sala de aula. Ainda assim, as análises podem ser consideradas positivas por parte da pesquisadora. Verificou-se que os professores ainda preservam na maneira de ensinar a mesma forma como foram ensinados em seus tempos de escola, onde o professor fala e o aluno escuta.

É possível afirmar que as descrições das tarefas podem ser caracterizadas como uma resistência do professor em descrever como de fato ele realiza o seu trabalho no interior da sala de aula, pois a maioria dos que ministrou aulas nas disciplinas técnicas e propedêuticas do curso de mecânica utilizou o documento para transplantar do plano de ensino os conteúdos exigidos para a boa formação técnica profissional, descrevendo de forma monossilábica, frases curtas e termos isolados.

Ao que tudo indica, a maior parte dos professores parece carregar sobre os ombros o peso de que o diário de classe não passa de um instrumento de controle e fiscalização do trabalho docente, o que solidifica cada vez mais a cultura equivocada sobre o uso e necessidade do diário de classe no cotidiano escolar e o caracteriza como documento burocrático institucionalizado.

Os professores não atentaram para as possibilidades que o documento oferecia no que diz respeito ao desenvolvimento profissional e pessoal da prática docente, se utilizados de forma reflexiva nos aspectos objetivos e subjetivos que norteiam a prática docente em um curso técnico de educação profissional. Escrever mecanicamente as atividades desenvolvidas no interior da sala de aula não produz efeito reflexivo necessário para uma mudança de prática

sobre o que se realiza. Para esse grupo de docentes, o diário de classe só se tornaria um instrumento de reflexão e desenvolvimento da prática docente, se este documento fosse visto sob a ótica dos impactos formativos que o diário de classe pode oferecer.

É possível afirmar também que os diários de classe foram escritos em um período de excelência da ETFSP, causados principalmente por fatores internos que se fazia presente na gestão democrática, com participação de professores, alunos e técnico-administrativos, além da inserção tecnológica no cotidiano escolar que otimizou os serviços oferecidos pela instituição. Entretanto, os professores não compreenderam a autonomia dada a eles para narrarem a sua prática profissional, visto que a ETFSP não atuava como fiscalizadora do trabalho docente.

Os professores também não reconheceram na equipe pedagógica do DPAD um suporte às suas necessidades profissionais e pessoais, seus dilemas, tensões e inquietações características das atividades docentes no interior da sala de aula. Exterior à sala de aula, a equipe pedagógica tinha um papel fundamental em suas ações, buscando sempre no diálogo que se construía na relação professor-aluno e professor-instituição, subsídios para as intervenções que pudessem melhorar o ensino oferecido pela instituição.

Evidencia-se que a ETFSP não se caracterizou como uma escola pública comum em relação às existentes na capital paulista e nem mesmo pôde ser comparada com outras instituições de ensino profissional em funcionamento na época. Sua autonomia didática e de gestão financeira, corpo docente e discente selecionados, infraestrutura técnica e tecnológica, gratuidade, bom nível de ensino e preparo tanto para formação profissional de nível médio quanto para prosseguimento nos estudos de nível superior, tornou-a diferente e isolada na capital paulista diante de um mundo globalizado que vinha se afluando de maneira intensa.

As possíveis marcas deixadas pelo grupo de professores em suas práticas docentes nos diálogos que foram estabelecidos entre professor-aluno em sala de aula, professor-instituição e com eles mesmos, ainda que não explicitados de forma clara em um documento tão singular à escola, possibilitou de alguma maneira a interlocução entre os atos de ensinar e de aprender e da forma de educar adotada pela ETFSP visto que, nesse período, a instituição se tornou conhecida, colocando no mercado de trabalho profissional com formação integral.

Conclui-se que as narrativas descritas nos diários de classe da ETFSP do Curso Técnico Regular em Mecânica estão recheadas de lacunas, as quais contribuem para que o

interior da sala de aula permaneça dentro da caixa preta, conforme sinalizou CARVALHO (1998). No entanto, pode-se dizer que essa pesquisa apontou apenas uma das possibilidades de investigação sobre o interior da sala de aula, visto que o arquivo da ETFSP está repleto de outras fontes (objetos tridimensionais, iconográficos, audiovisuais, documentos pessoais) que abrem novas possibilidades de investigação para aqueles que se aventuram na pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. C. *Diário de MS9: Dilemas de uma professora principiante*. Edição: Instituto Politécnico de Bragança. PT. 2005.

ALVES, N. *Diário de Classe, espaço de diversidade*. Práticas de Memória Docente, São Paulo: Cortez, 2003. p. 63 – 77. (Coleção cultura, memória e currículo ; v. 3)

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARRA, V. M. da. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2013.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. (2002). *Arquitetura e Educação: Organização dos espaços e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos, Brasília EdUFSCar, INEP.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

CASTANHA, A. P. *Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889*. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.) *Práticas educativas, culturas escolares e profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.31-40.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. 20. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História: Revista de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da puc-sp, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

D'Ângelo, M. *Caminhos para o advento da escola de aprendizes e artífices de São Paulo: um projeto das elites para uma sociedade assalariada*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Escola técnica federal de São Paulo: integração do saber e do fazer na formação do técnico de nível médio*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FEIJÓ, V. M. *Documentação e arquivos*. Porto Alegre: Sagra, 1988

FONSECA, C. S. *Ensino Industrial no Brasil*, 1961. Rio de Janeiro (Composto e Impresso no Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro).

FRIGOTTO, G. *Educação omnilateral*. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GALLEGO, R. C. *Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da USP.

GALLEGO, R. C. *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas primárias em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)* São Paulo, Tese: FEUSP, 2008.

GOMES, F. Araújo. *Arquivo e documentação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967.

HISLDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: Leituras*. São Paulo, SP: CENGAGE Learning, 2015.

JULIÁ, D. *A cultura escolar como objeto histórico* - Tradução de Gizele de Souza. RBHE - Revista Brasileira de História da Educação n°1 jan./jun. 2001

KOSLOSKY, A. R; VEIGA, F.M.C. *organização dos cursos técnicos de 2º Grau da escola técnica federal de São Paulo*: ETFSP, 1977.

LUCA, T. R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MANFREDI, S. M. *História da Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MERGULHÃO, V. L. M. *Centro federal de educação tecnológica de São Paulo: Ilha do saber ou mar de Incertezas?* São Paulo, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. USP. SP. 2003.

MIGNOT, A. C. V. CUNHA, M. T. S. *Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as*. In: Revista Educação em Questão. EDUFRN. Natal, RN, v. 25, n. 11, jan./abr. 2006.

MOGARRO, M. J. *Arquivos e educação: a construção da memória educativa*. Revista brasileira de história da educação n° 10 jul./dez. 2005, p. 75-99.

OTLET, P. *Documentos e documentação*. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>> - Acesso em 18/11/2015 – 14h30

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PARO, V. H. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. São Paulo: Papirus, 1996.

PENNAC, D. *Diário de Escola* – Tradução de Leny Werneck – Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

POLLAK, M. *Memória e Identidade Social* – Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, 1992, p. 200-212.

SHELBAUER, A. R. *Das normas prescritas às práticas escolares: a escola primária paulista no final do século XIX*. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)*. Vitória: EDUFES, 2011. P. 23-58.

SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade* – uma introdução às teorias do currículo – 3. ed. 5. reimp – Belo Horizonte – Autêntica Editora, 2014.

SOUZA, R. F. de. *História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial*. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TARDIF, M. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas* / Maurice Tardif, Claude Lessard; tradução de João Batista Kreuch. 8. ed. - Petrópolis: Vozes, 20013.

VICENTINI, P. P. LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.

VIDAL, D. G. *Mapas de frequência a escolas de primeiras letras - fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX*. RBHE - Revista Brasileira de História da Educação V. 8, n2 [17] maio/ago. 2008.

VILLELA, J. E. N. V. *Oportunidades e desafios dos centros federais de educação tecnológica: Estudo de caso do CEFET/SP*. Dissertação de mestrado em Administração e Liderança, Universidade de Santo Amaro. São Paulo, 2007.

WARSCHAUER, C. *A Roda e o Registro* – Uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ZABALZA, M. A. *Diários de Aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZABALZA, M. A. *Diários del classe*. Um instrumento de investigación e desarrollo profesional. Espanha: Narcea, 2004

INTERNET – Acesso a sites.

BRASIL. Decreto 7.566/1909. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 20/03/2014

BRASIL, Lei no 378, de 13 de janeiro de 1937: da nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: Acesso em: 05/11/2014

BRASIL, Constituição (1937): Constituição dos Estados Unidos do Brasil-10 de novembro de 1937. Disponível em: Acesso em: 05/11/2014.

BRASIL. *Decreto-lei*: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 15/11/2015.

BRASIL: *Constituição Federal*: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html> - Acesso em 15/11/2015.

BRASIL. *IFSP/SPO. Histórico*. Disponível em: <<http://spo.ifsp.edu.br/index.php/institucional/historico>> Acesso em: 15/11/2015

BRASIL. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso 15/03/2015

BRASIL: *Parecer nº 45/72 do CFE*. Disponível em:<www.mec.gov.br> Acesso em 05/05/2016

BRASIL: *Organização dos Cursos Técnicos de 2º Grau da ETFSP - 1972*

BRASIL. *Documento Base*. Lei 4.024/1961.LDB. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 15/08/2015

BRASIL: Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85712-16-fevereiro-1981-435081-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 17/10/2015.

BRASIL: *Parecer nº 45/72 do CFE*. Disponível em:<www.mec.gov.br>. Acesso em 05/05/2016

BRASIL: <http://www.ifsp.edu.br>. Acesso em: 20/04/2014 - *PDI-IFSP* – Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Ministério da Educação (2009-2013).

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

Arquivo Nacional: *Dicionário da Arquivística*. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf> - Acesso em 17/11/2015

http://www.idoc.inf.br/legislacao_oqueedocumentooficial.php - Acesso em 18/11/2015.

Centro de Referência Mário Covas. Grupo Escolar Caetano de Campos. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em 08/09/2014

Manifesto dos Pioneiros. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>> Acesso em 15/04/2016

Figuras: Anúncio de Jornal. Disponível em: <<http://cfidomanzo.album.uol.com.br/albumetfsp>>. Acesso em: 10/06/2014.

ANEXOS

AA - DECRETO 7.566 DE 23/09/1909

DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

Créa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario gratuito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906;

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lucta pela existencia;

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação;

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Parapho unico. Estas Escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artifices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso até o número de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais.

Parapho unico. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º O curso de officinas durará o tempo que for marcado no respectivo programma, approvedo pelo ministro, sendo o regimen da escola o de externato, funcionando das 10 horas da manhã ás 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada escola terá um director, um escriptuario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro continuo.

§ 1º O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ annuaes.

§ 2º O escriptuario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o último 1:800\$ annuaes.

§ 3º Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$ mensaes além da quota a que se refere o artigo 11 do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo predio.

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo;

b) não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o apprendizado de officio:

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente;

§ 2º A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por attestation de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requerente á matricula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officito, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizizes Artifices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º Os cursos nocturnos, primario e de desenho ficarão a cargo do director da Escola.

Art. 10 Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º Semestralmente do director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo á Caixa Econômica ou Collectoria Federal, para destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11 A renda liquida de cada officina será repartida em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o grau de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12 Haverá annualmente uma exposição dos artefactos das officinas da escola, para julgamento do grão de adeantamento dos alumnos e distribuição dos prêmios aos mesmos.

Art. 13 A commissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo director da escola o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14 No regimento interno das escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes á administração da escola e das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15 Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submettidos á approvação do ministro.

Art. 16 As Escolas de Aprendizizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 17 Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalização das Escolas de Aprendizizes Artifices custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

NILO PEÇANHA
A. Candido Rodrigues.

AB – Plano de Ensino – Disciplina Propedêutica - 1986

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. - 110 - PLANO DE ENSINO				DISCIPLINA GEOGRAFIA		
C.H.S. 02	C.H.T. 60	S. 1ª	HABILITAÇÃO BÁSICO	SUPERVISÃO EST. SOCIAIS.	ANO 1986	FL. 01
PROFESSORES NELSON Y. MASSATAKE - VANDER BOAVENTURA						
OBJETIVOS GERAIS O aluno deverá ser capaz de:			EMENTA			
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a interação entre o meio natural e a ação do homem na organização do espaço geográfico; - Identificar as diferentes formas de intervenção na paisagem geográfica, decorrentes dos diversos níveis de aplicação das técnicas e recursos disponíveis aos grupos humanos que os detêm; - Perceber o significado dos recursos naturais e humanos para o desenvolvimento harmônico dos povos, para a garantia dos seus meios de subsistência, bem como das gerações futuras; - Reconhecer o papel do processo histórico como fator indispensável à explicação da atual organização do espaço brasileiro; - Aprimorar seu senso analítico e sua capacidade de observação científica mediante a correlação dos fatos espaciais. - Perceber a importância de sua própria atuação como indivíduo e, ao mesmo tempo, como membro de um grupo social na dinâmica dos fatos espaciais. 			<p>CONTEÚDO</p> <p>I - Geografia como Ciência do Espaço;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios da ciência geográfica; - Conceitos de organização do espaço; <p>II - As Singularidades da Organização do Espaço Brasileiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ocupação - Colonização - Espaço em organização <p>III - A Presença do Homem no Espaço Brasileiro;</p>			
			<p>BIBLIOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - VESENTINI, José Willian - Brasil, Sociedade e Espaço - 3ª Edição, Editora Ática, SP, 1986 - ADDAS, Melhem, Estudos de Geografia - 2ª Edição, Editora Moderna, S. Paulo, 1982 - ADDAS, Melhem, Panorama Geográfico do Brasil, 2ª Edição Editora Moderna, 1985, S. Paulo. - LUCCI, Elian Ababi - Geografia do Brasil, Ed. Saraiva, 1986, SP 			
LEGENDA: C.H.S. CARGA HORÁRIA SEMANAL / C.H.T. CARGA HORÁRIA TOTAL / S. SÉRIE						

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. - 111 - PLANO DE ENSINO						
DISCIPLINA	C.	S.	C.H.S.	SUPERVISÃO	ANO	FL.
GEOGRAFIA	GEO	1ª	1ª Bim - 14	EST. SOCIAIS.	1986	02
CONHECIMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		ESTRATÉGIAS	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	N.º DE AULAS
- Aplicar os princípios da Geografia moderna na análise dos fatos espaciais.	- Princípios da Ciência geográfica.		- Aula expositiva. - Interpretação de textos.	- Textos. - Instrução programada		02
- Definir os conceitos de organização do espaço.	- Conceitos de Organização do espaço.		- Aula expositiva. - Interpretação de textos.	- Textos. - Instrução programada		02
- Identificar características gerais responsáveis pela dinâmica do processo de organização do espaço brasileiro.	- A Organização do Espaço Brasileiro Brasileiro: - ocupação - colonização - Espaço em organização		- Aula expositiva. - Interpretação de textos	- Textos. - Instrução programada.		04
	- Interação do Espaço Brasileiro no contexto internacional.		- Aula expositiva. - Interpretação de textos.	- Textos. - Instrução programada.		02
	- Avaliação					02
- Detectar as causas e inferir as consequências do crescimento demográfico brasileiro.	- Crescimento Populacional		- Aula expositiva. - Interpretação de gráficos e dados estatísticos. - Entendimento dos textos.	- Textos. - Gráficos - Publicações do curso. - Anuário estatístico.		02
LEGENDA: C.F. CÓDIGO DE DISCIPLINA / S. SÉRIE / C.H.S. CARGA HORÁRIA BIMESTRAL						

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. 112 PLANO DE ENSINO						
DISCIPLINA	C.	S.	C.H.B.	SUPERVISÃO	ANO	FL.
GEOGRAFIA	GEO	1ª	29 Bim - 16	ESTUDOS SOCIAIS	1986	03
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº DE AULAS	
	- Continuação da sub-unidade de anterior.					02
- Caracterizar a composição da população brasileira, conforme a estrutura etária, por sexo e atividades econômicas. - Estabelecer as relações decorrentes da atual composição da população brasileira.	- Estrutura da população brasileira.	- Aula expositiva. - Interpretação de gráficos e dados estatísticos. - Entendimento do texto.	- Textos. - Gráficos. - Publicações do censo. - Anuário estatístico.			04
- Caracterizar o processo da miscigenação da população brasileira.	- Aspectos étnicos da população brasileira.	- Aula expositiva. - Interpretação de gráficos e dados estatísticos. - Entendimento do texto.	- Textos. - Gráficos. - Publicações do censo. - Anuário estatístico.			01
- Avaliar as consequências da desigual distribuição da população brasileira. - Determinar as causas responsáveis pelas migrações populacionais ao longo do processo histórico brasileiro.	- Mobilidade e distribuição populacional brasileira.	- Aula expositiva. - Interpretação de gráficos e dados estatísticos. - Entendimento do texto.	- Textos. - Gráficos. - Publicações do censo. - Anuário estatístico.			04
- Distinguir os efeitos produzidos pelo processo brasileiro de urbanização e sua contrapartida no campo.	- Urbanização no espaço brasileiro.	idem	idem			03
	- Avaliação					02
LEGENDA: C= CÓDIGO DE DISCIPLINA / S= SÉRIE / C.H.B.= CARGA HORÁRIA BIMESTRAL						

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. 113 PLANO DE ENSINO						
DISCIPLINA	C.	S.	C.H.B.	SUPERVISÃO	ANO	FL.
GEOGRAFIA	GEO	1ª	30 Bim - 18	ESTUDOS SOCIAIS	1986	04
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº DE AULAS	
- Identificar os problemas da atividade extrativa no Brasil, bem como sua produção, áreas produtoras e importância para o desenvolvimento econômico.	- Atividades econômicas primárias: - Extrativismo	- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual	- Mapas. - Textos. - Slides.			02
- Identificar a importância da produção agrícola no abastecimento, no fornecimento de matérias-primas industriais e na comercialização.	- Agricultura e Pecuária	- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual	- Mapas. - Textos. - Slides.			04
- Analisar a problemática da estrutura agrária no processo sócio-econômico brasileiro.		- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual.	- Mapas. - Textos. - Slides			
- Relacionar os principais produtos agrícolas do Brasil e fatores facilitadores, bem como obstáculos à sua produção.		- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual	- Mapas. - Textos. - Slides.			
- Identificar as principais áreas produtoras de gado, relacionando os fatores responsáveis pela expansão da pecuária nas zonas.		- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual	- Mapas. - Textos. - Slides.			02
LEGENDA: C= CÓDIGO DE DISCIPLINA / S= SÉRIE / C.H.B.= CARGA HORÁRIA BIMESTRAL						

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. 114 PLANO DE ENSINO						
DISCIPLINA	C.	S.	C.H.B.	SUPERVISÃO	ANO	FL.
GEOGRAFIA	GEO	1ª	39 Bin (Cont.)	ESTUDOS SOCIAIS	1986	05
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº DE AULAS	
- Identificar o papel das fontes de matérias-primas funcionamento e desenvolvimento das atividades secundárias.	- As atividades econômicas de transformação: matérias-primas.	- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual.	- Mapas. - Textos. - Slides.		02	
- Explicar as linhas básicas da política de aproveitamento das fontes de matérias-primas no Brasil. - Inventariar o papel da produção energética no processo de desenvolvimento econômico brasileiro.	- As fontes de energia no Brasil.	- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual.	- Mapas. - Textos. - Slides.		05	
	- Avaliação				02	

LEGENDA: C= CÓDIGO DE DISCIPLINA / S= SÉRIE / C.H.B.= CARGA HORÁRIA BIMESTRAL

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO - D.P.A.D. 114 PLANO DE ENSINO						
DISCIPLINA	C.	S.	C.H.B.	SUPERVISÃO	ANO	FL.
GEOGRAFIA	GEO	1ª	49 Bin - 15	ESTUDOS SOCIAIS	1986	06
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº DE AULAS	
- Conceituar e classificar a atividade industrial no Brasil. - Identificar os efeitos processo de industrialização brasileira sobre a economia, o padrão de vida do brasileiro e a urbanização. - Localizar os centros de produção industrial. - Detectar os processos responsáveis pela evolução dos centros industriais brasileiros	- A produção Industrial Brasileira.	- Aula expositiva. - Debates. - Audiovisual	- Mapas. - Textos. - Slides		04	
- Relacionar as dimensões territoriais com o papel da circulação e transportes na organização territorial brasileira.	- Atividades econômicas terciárias. - Comércio. - Serviços. - Comunicações e transportes.	- Atividades extra-classe.			02	
- Inferir a importância dos de equilíbrios regionais do Brasil no processo de organização do espaço brasileiro.	- A diversidade na organização do espaço brasileiro. - Contrastes regionais. - A questão ambiental no Brasil.	- Aula expositiva. - Entendimento do texto.	- Textos. - Instrução programada.		03	
				- Avaliação.	02	

LEGENDA: C= CÓDIGO DE DISCIPLINA / S= SÉRIE / C.H.B.= CARGA HORÁRIA BIMESTRAL

AC – Plano de Ensino Reformulado - 1988

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: DESENHO MECANICO DEPTO: DEN SEMESTRE: 03 ANO: 090 SÉRIE: 2 HABILITACAO: MEC CURSO: MECANICA ANO: 1988 PERÍODO: 01

PROFESSOR:

OBJETIVOS GERAIS	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
<p>PROPICIAR AO ALUNO CONDIÇÕES DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LER, INTERPRETAR E EXECUTAR DESENHOS DE PEÇAS MECÂNICAS, REPRESENTADAS EM PROJEÇÃO ORTOGONAL, DE MODO A MOSTRAR PARTES INTERNAS, OBEDECENDO AS CONVENÇÕES ESTABELECIDAS. - DETERMINAR POR MEIO DE DESENHO DE PRECISÃO A FORMA EXATA DE PEÇAS PLANAS, DESTINADAS A DAR ORIGEM A UM SÓLIDO, POR MEIO DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO ADEQUADOS. - REPRESENTAR GRAFICAMENTE MEIO DA PROJEÇÃO ORTOGONAL, FAZES DE CERTAS PEÇAS, NAD COINCIDENTES COM AS MOSTRADAS NAS VISTAS PRINCIPAIS. - REPRESENTAR GRAFICAMENTE, INTERSECCOES DE SÓLIDOS, MOSTRANDO CLARAMENTE SEU ASPECTO NOS DESENHOS. 	<p>I- REVISÃO DAS REPRESENTAÇÕES EM PROJEÇÃO ORTOGONAL.</p> <p>II- REPRESENTAÇÃO DE CORTES.</p> <p>III- PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SUPERFÍCIES.</p> <p>IV- REPRESENTAÇÃO DE VISTAS AUXILIARES.</p> <p>V- REPRESENTAÇÃO DE INTERSECCOES DE SÓLIDOS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - L.T.F.S.P - APOSTILA DE CORTES ÁREA DE DESENHO. - AIRTON F.M - APOSTILA DE CORTES. - C.H. LOBJOIS - DESENVOLVIMENTO DE CHAPAS - ED. MEMUS. - J. JASCKE - DESENVOLVIMENTO DE CHAPAS - ED. POLIGONO. - FROUENZA F. - MANUAL DO DESENHISTA DE MÁQUINAS - EPRO-TEC. - BENEDITO V.B.F. JR - APOSTILA DE CORTES.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: DESENHO MECANICO DEPTO: DEN SEMESTRE: 03 ANO: 090 SÉRIE: 2 HABILITACAO: MEC CURSO: MECANICA ANO: 1988 PERÍODO: 02

COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEUDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº AULAS
<ul style="list-style-type: none"> - APLICAR CORRETAMENTE OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA SÉRIE ANTERIOR, UTILIZANDO TODOS OS SUBSÍDIOS DISPONÍVEIS. 	<p>I- REVISÃO DAS REPRESENTAÇÕES EM PROJEÇÃO ORTOGONAL.</p> <ul style="list-style-type: none"> - VISTAS SEPARADAS. - PERSPECTIVAS. - COLOCAÇÃO DE COTAS. 	<p>INFORMAÇÃO IMPRESSA, DESENHOS DE CARÁTER RIGOROSO E TAMBÉM A MÃO LIVRE, APLICANDO O CONTEÚDO DA SÉRIE ANTERIOR.</p>	<p>QUADRO NEGRÃO.</p> <p>APOSTILA.</p> <p>TRANSPARENCIAS.</p> <p>ATIVIDADES EXTRA-CLASSE.</p>	<p>PERMANENTE DURANTE O DESENVOLVIMENTO DE TAREFAS EM SALA DE AULA.</p>	12
<ul style="list-style-type: none"> - REPRESENTAR PARTES INTERNAS DE UM OBJETO SEGUNDO CONVENÇÕES ESTABELECIDAS. - APLICAR OUTROS CONHECIMENTOS JÁ ADQUIRIDOS, NA CONCEPÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE DESENHOS. 	<p>II- REPRESENTAÇÃO DE CORTES.</p> <ul style="list-style-type: none"> - INTRODUÇÃO - CONCEITOS. - LINHA DE APLICAÇÃO DE CORTE. - HACHURAS. - CORTE TOTAL. - LONGITUDINAL. - TRANSVERSAL. 	<p>DESENHOS A MÃO LIVRE E RIGOROSO A RESPEITO DO PRÓPRIO CONTEÚDO, SEM COMO A UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES.</p>	<p>IDEM.</p>	<p>IDEM.</p>	9

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO					
PLANO DE ENSINO					
DISCIPLINA: DESENHO MECANICO		COG: DEM	A: 2	SEM: 2	PERÍODO: MECANICA
					ANO: 1988
					FL: 03
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEUDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº AULAS
<ul style="list-style-type: none"> - REPRESENTAR PLANOS DE CORTE EM TODAS AS SITUAÇÕES POSSÍVEIS, CONFORME INDICAÇÃO EM VISTAS SEPARADAS, (LINHA DE APLICAÇÃO). - APLICAR NA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, AS CONVENÇÕES ESTABELECIDAS PARA SIMULAR O SECCIONAMENTO DE UM OBJETO POR MEIO DE PLANOS. - REPRESENTAR CORRETAMENTE CERTOS ELEMENTOS, QUE NA OBSTANTE SE APRESENTEM NO PLANO DE CORTE, SÃO MOSTRADOS EXTERNAMENTE, COMO SE NÃO FOSSEM SECCIONADOS. - REPRESENTAR A MONTAGEM DE PECAS DE UM MESMO CONTEXTO EM CORTE. 	<ul style="list-style-type: none"> - CORTE PARCIAL. - CORTE EM DESVIO. - CORTE REBATIDO. - MEIO CORTE. - CORTES REPRESENTADOS EM PERSPECTIVA. - SECCOES SOBRE E FORA DAS VISTAS. - MONTAGEM DE DUAS OU MAIS PECAS EM CORTE. - CORTE DE PECAS EM ROSCA. - OMISSÃO DE CORTE. 	<p>DESENHOS A MAU LIVRE E RIGOROSO DE PECAS ISOLADAS ENVOLVENDO CADA ITEM DO CONTEUDO. EVENTUAL APLICAÇÃO DO CONTEUDO EM PECAS PERTENCENTES A UM MESMO CONTEXTO GERAL, VISANDO COMPARAR AS POLAS AO FINAL NUM DESENHO DE CONJUNTO.</p>	IDEM.	IDEM.	27

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO					
PLANO DE ENSINO					
DISCIPLINA: DESENHO MECANICO		COG: DEM	A: 2	SEM: 4	PERÍODO: MECANICA
					ANO: 1988
					FL: 06
COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEUDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº AULAS
<ul style="list-style-type: none"> - DOMINAR PERFEITAMENTE O USO DE VISTAS AUXILIARES NA OBTENÇÃO DE LINHAS DE CONTOURNO REPRESENTATIVAS DE SUPERFÍCIES QUE SE COMBINA. 	<ul style="list-style-type: none"> V- REPRESENTAÇÃO DE INTERSECÇÃO DE SÓLIDOS. - CILINDROS COM EIXOS CONCORRENTES. <ul style="list-style-type: none"> - DIÂMETROS IGUAIS. - DIÂMETROS DIFERENTES. - FURDS PASSANTES EM CILINDROS. (SIMPLIFICADA COM USO DE COMPASSO). - CÔNES. <ul style="list-style-type: none"> - COM PLANOS. - COM CILINDROS. - PLANOS COM SUPERFÍCIES DE REVOLUÇÃO (ESFÉRICAS). <p>NOTA: INICIAÇÃO NO ITEM III.</p> <p>- COMPLEMENTA-SE COM O ITEM III.</p>	<p>10EM A III</p>	IDEM.	IDEM.	15
				<p>NAO HA PROVAS.</p>	3

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: DESENHO MECÂNICO COD: DEM S: 2 SEM: 3 CRI: ANO: 1988 FL: 05

COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº AULAS
		ENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E PRÁTICAS AUFERIDAS ANTERIORMENTE.			

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: DESENHO MECÂNICO COD: DEM S: 2 SEM: 3 CRI: ANO: 1988 FL: 04

COMPORTAMENTO FINAL ESPERADO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ESTRATÉGIA	RECURSOS AUXILIARES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	Nº AULAS
- SABER REPRESENTAR GRÁFICAMENTE, DIVERSAS FORMAS DE CHAFAS, DANDO ORIGEM A PEÇAS PLANAS, QUE UNIDAS POR MEIO DETERMINADOS PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, CONSTITUEM PEÇAS NÃO PLANAS, RECEPTIVAS, PEÇAS OCAS EM GERAL.	III- PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SUPERFÍCIES. - POLICEDROS. - PIRÂMIDES. - CILINDROS. - PROJEÇÕES DO CÍRCULO. - ELIPSES. - CONES. - PARÁBOLA. - HIPÉRBOLA. - OUTRAS FIGURAS.	APLICAÇÃO DE CONCEITOS BÁSICOS DA PROJEÇÃO ORTOGONAL. APLICAÇÃO DE CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS ESPECÍFICAS, NA CONCEPÇÃO DE DESENHOS DE PRECISÃO. ENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E PRÁTICAS AUFERIDAS ANTERIORMENTE.	IDEM.	IDEM. AVALIAÇÃO SECUNDÁRIA DE ATIVIDADES EXTRA-CLASSE.	18
- REPRESENTAR VISTAS OBTIDAS PELA MUDANÇA DE PLANO DE PROJEÇÃO ORTOGONAL, VISANDO MOSTRAR FACES DE UM OBJETO, NÃO COINCIDENTES COM AS QUE SE MOSTRAM NAS VISTAS PRINCIPAIS.	IV- REPRESENTAÇÃO DE VISTAS AUXILIARES. - VISTAS AUXILIARES. - VISTA AUXILIAR SIMPLIFICADA. - VISTA PARCIAL.	DESENHO RECORRIDO DE FIGURAS EXEMPLIFICATIVAS DO CONTEÚDO.	IDEM.	IDEM.	9

AD - Grade Curricular - Ano de 1977

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO
CURSO TÉCNICO DE MECÂNICA
 3.5. **GRADE CURRICULAR**

MATÉRIAS	DISCIPLINAS E/OU ATIVIDADES	AULAS SEMANAIS				TOTAL			
		SÉRIES				CRÉDITO	HORAS		
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª 1.ºs 2.ºs				
NÚCLEO COMUM E ARTIGO 7.º EDUCAÇÃO GERAL (1)	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	3	2	2		7	210	
		LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	2			4	120	
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2				2	60	
	ESTUDOS SOCIAIS	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3	10,5	315	
		HISTÓRIA	2				2	60	
		GEOGRAFIA	2				2	60	
		EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA		2			2	60	
		ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POL. DO BRASIL			2		2	60	
		ENSINO RELIGIOSO	1				1	30	
	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	4	3	3		10	300	
		FÍSICA	4	2			6	180	
		QUÍMICA	3				3	90	
		BIOLOGIA	2				2	60	
		PROGRAMAS DE SAÚDE	1				1	30	
	EST. SOCIAIS	ORIENTAÇÃO OCUPACIONAL	1				1	30	
TOTAL: EDUCAÇÃO GERAL (1)		30	14	10	3	55,5	1665		
PARTE DIVERSIFICADA FORMAÇÃO ESPECIAL (2) MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE	MECÂNICA	MECÂNICA TÉCNICA		3			3	90	
		TECNOLOGIA		2	2	4	6	180	
		ENSAIOS TECNOLÓGICOS		2	2	2	5	150	
		RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS			2		2	60	
		MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS			2	2	3	90	
		METROLOGIA		2	2		4	120	
	PRODUÇÃO MECÂNICA	ELEMENTOS DE MÁQUINAS				4	2	60	
		PRODUÇÃO MECÂNICA		8	8		16	480	
		ELETRICIDADE		2	2		4	120	
	ORGANIZAÇÃO E NORMAS	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO			2		2	60	
		SEGURANÇA DO TRABALHO			1	2	2	60	
	DESENHO	DESENHO MECÂNICO		4	4	4	10	300	
		PROJETOS				2	1	30	
	DESCRITIVOS INSTRUMENTAIS	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	DESENHO TÉCNICO	4				4	120
			REDAÇÃO E EXPRESSÃO		2	2	4	6	180
ESTUDOS SOCIAIS		ESTUDOS REGIONAIS				3	1,5	45	
TOTAL (2)		4	25	29	27	71,5	2145		
ESTÁGIO PROFISSIONAL (3)	ESTÁGIO NA EMPRESA						720		
	SUPERVISÃO DE ESTÁGIO				2	1	30		
TOTAL: FORMAÇÃO ESPECIAL (2)+(3)		4	25	29	27	72,5	2895		
TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)		34	39	39	30	2	4560		

AE - Grade Curricular Reformulada – Ano de 1988

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO										
CURSO TÉCNICO DE MECÂNICA										
obs.: em vigor em 1991 CURRÍCULO PLENO - REGULAR - 1988										
MATÉRIAS	DISCIPLINAS E/OU ATIVIDADES			AULAS SEMANAIS				TOTAL		
				SÉRIES				CRÉDITO	HORAS	
				1º	2º	3º	4º			
NÚCLEO COMUM E ARTIGO 7º: EDUCAÇÃO GERAL (1)	CIÊNCIAS	BIO	BIOLOGIA	2	-	-	-	02	60	
	ED. ARTÍS.	EAT	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	-	-	-	02	60	
	ED. FÍSIC.	EPI	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3	12	360	
	EST. SOCI.	EMC	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	2	-	-	02	60	
	EN. RELIG.	ENR	ENSINO RELIGIOSO	-	-	1	-	01	30	
	CIÊNCIAS	FIS	FÍSICA	2	4	-	-	06	180	
	ESTUDOS SOCIAIS	GEO	GEOGRAFIA	2	-	-	-	02	60	
	LEM	HIS	HISTÓRIA	2	-	-	-	02	60	
	LEM	LEM	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	2	2	-	-	04	120	
	PORTUGUÊS	LPL	LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRAS.	3	2	2	-	07	210	
	MATEMÁTICA	MAT	MATEMÁTICA	4	3	2	-	09	270	
	ESTUDOS SOCIAIS	ORO	ORIENTAÇÃO OCUPACIONAL	1	-	-	-	01	30	
	ESTUDOS SOCIAIS	OSP	ORGAN. SOCIAL E POLÍTICA BRAS.	-	-	2	-	02	60	
	CIÊNCIAS	PRS	PROGRAMAS DE SAÚDE	-	1	-	-	01	30	
	CIÊNCIAS	QUI	QUÍMICA	3	-	-	-	03	90	
	TOTAL EDUCAÇÃO GERAL (1)				26	17	10	03	56	1680
	PARTE DIVERSIFICADA FORMAÇÃO ESPECIAL (2) MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE	DESENHO	DEM	DESENHO TÉCNICO MECÂNICO	-	3	3	-	06	180
		DESENHO	DET	DESENHO TÉCNICO	3	-	-	-	03	90
ELETRIC.		ELE	ELETRICIDADE	-	2	-	2	04	120	
MECÂNICA		ELM	ELE	ELEMENTOS DE MÁQUINAS	-	-	-	3	03	90
		LMA	LMA	LABORATÓRIO DE MECÂNICA I	-	-	4	-	04	120
		LMB	LMB	LABORATÓRIO DE MECÂNICA II	-	-	-	4	04	120
		MCT	MCT	MECÂNICA TÉCNICA	-	2	-	-	02	60
		MET	MET	METROLOGIA	2	-	-	-	02	60
		MTH	MTH	MÁQUINAS TÉRMICAS E HIDRÁULICAS	-	-	2	-	02	60
ORN		ORN	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	-	-	-	2	02	60	
PRM		PRM	PRODUÇÃO MECÂNICA	-	8	8	-	16	480	
MECÂNICA		PRJ	PROJETOS	-	-	-	3	03	90	
ORN		RES	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	-	2	-	02	60	
ORN		SEG	SEGURANÇA DO TRABALHO	-	-	-	1	01	30	
MECÂNICA		TCA	TCA	TECNOL. CONFEÇÃO MECÂNICA I	-	-	2	-	02	60
		TCB	TCB	TECNOL. CONFEÇÃO MECÂNICA II	-	-	-	2	02	60
		TMA	TMA	TECNOLOGIA DOS MATERIAIS	2	-	-	-	02	60
		TMF	TMF	TECNOL. MÁQUINAS E FERRAMENTAS	-	2	-	-	02	60
SPECIALIZADA INSTRUMENTAL		ESO	ESR	ESTUDOS REGIONAIS	-	-	-	2	02	60
		COMPUT.	IPD	INTRODUÇÃO A PROCES. DE DADOS	-	-	-	2	02	60
	PORTUG.	RED	REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	2	2	04	120	
TOTAL (2)				07	17	23	23	70	2100	
ESTÁGIO PROFISSIONAL (3)	ESTÁGIO NA EMPRESA			-	-	-	-	-	690	
	SUPERVISÃO DE ESTÁGIO - SUE			-	-	-	1	01	30	
TOTAL: FORMAÇÃO ESPECIAL (2)+(3)				07	17	23	24	71	2820	
TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)				33	34	33	27	127	4500	

PORTARIA Nº 406/GB DE 09/12/87.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO		DIÁRIO DE CLASSE												TURMA					
DISCIPLINA		PROFESSOR		BIMESTRE		ANO		CURSO		MECÂNICA		141							
DESENHO				QUARTO		1987													
NOME DO ALUNO		MÊS												MÊS					
		OUTUBRO						NOVEMBRO						MÊS					
		DIA												MÊS					
1		1						1						1					
2		2						2						2					
3		3						3						3					
4		4						4						4					
5		5						5						5					
6		6						6						6					
7		7						7						7					
8		8						8						8					
9		9						9						9					
10		10						10						10					
11		11						11						11					
12		12						12						12					
13		13						13						13					
14		14						14						14					
15		15						15						15					
16		16						16						16					
17		17						17						17					
18		18						18						18					
19		19						19						19					
20		20						20						20					
21		21						21						21					
22		22						22						22					
23		23						23						23					
24		24						24						24					
25		25						25						25					
26		26						26						26					
27		27						27						27					
28		28						28						28					
29		29						29						29					
30		30						30						30					
31		31						31						31					
32		32						32						32					
33		33						33						33					
34		34						34						34					
35		35						35						35					
36		36						36						36					
37		37						37						37					
38		38						38						38					
39		39						39						39					
40		40						40						40					
41		41						41						41					
42		42						42						42					
43		43						43						43					
44		44						44						44					
45		45						45						45					
46		46						46						46					
47		47						47						47					
48		48						48						48					
49		49						49						49					
50		50						50						50					
51		51						51						51					
52		52						52						52					
53		53						53						53					
54		54						54						54					
55		55						55						55					

TABELA DE PROCEDIMENTOS DA DISCIPLINA		DES.		DA TURMA		DO ANO	
		141		1987			
AULAS DADAS		CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		TRABALHOS E/OU ATIVIDADES		RELACIONADAS ÀS UNIDADES DESENVOLVIDAS	
MÊS	DIA	UNIDADES	UNIDADES E SUB-UNIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS				
10	02	3	VERS. ISOMETRICA - EXPLORADA.	DESENHO			
10	09	3	"	DESENHO			
10	16	3	PARTICIPAÇÃO ATIV. "SEMANA CULTURAL.	DESENHO			
10	23	3	VERS. ISOM. - EXPLORADA.	DESENHO			
11	6	3	"	DESENHO			
11	13	3	"	DESENHO			
11	20	3	AV. AVALIAÇÃO FINAL	AV. AVAL.			
11	27	24					

OBSERVAÇÕES: Todos campos preenchidos, exceto unidades 03/11/87 u.g.k.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO		DISCIPLINA		PROFESSOR		BIMESTRE		CURSO		TURMA					
SUPERVISÃO ESTÁGIO						PRIMEIRO		1989		MECÂNICA 472					
NOME DO ALUNO	DIA	MÊS MARÇO					MÊS ABRIL					AVALIAÇÕES	NOTA	SIT.	
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5				
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22															
23															
24															
25															
26															
27															
28															
29															
30															
31															
32															
33															
34															
35															
36															
37															
38															
39															
40															
41															
42															
43															
44															
45															
46															
47															
48															
49															
50															
51															
52															
53															
54															
55															

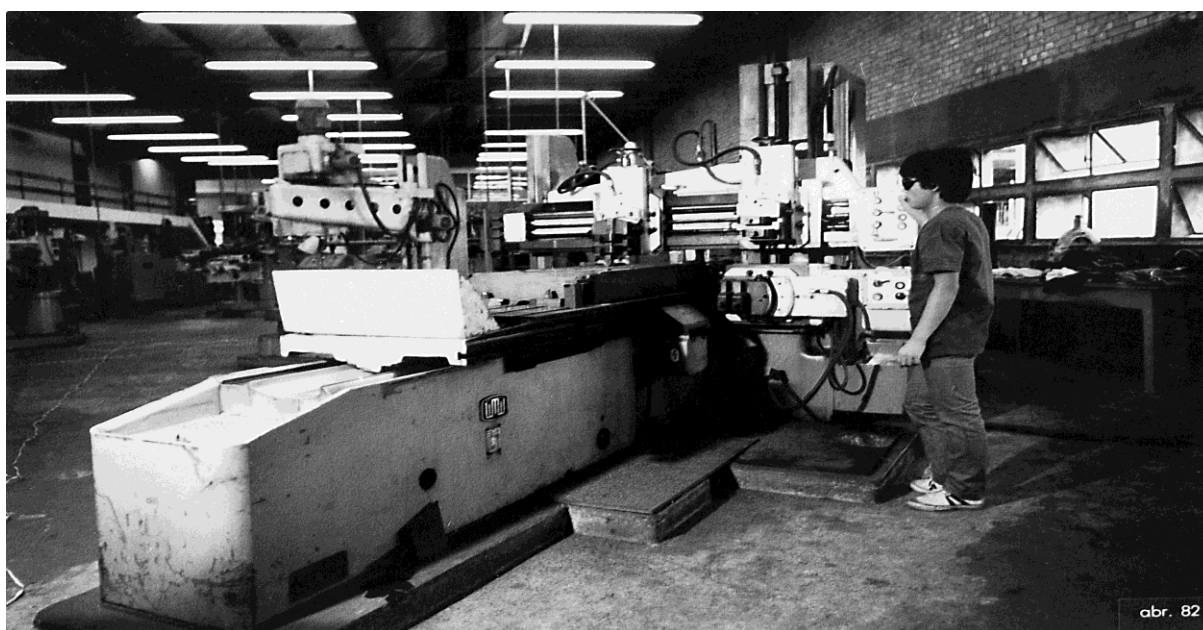
Nº 38 colocado fora de classe dia 3/4

TABELA DE PROCEDIMENTOS DA DISCIPLINA		DISCIPLINA	DATA TURMA	DO ANO
		SUE	472	1989
MÊS	DIA	UNIDADES AULAS PREVISTAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	TRABALHOS E/OU ATIVIDADES
			UNIDADES E SUB-UNIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	RELACIONADAS AS UNIDADES DESENVOLVIDAS
03	6		<ul style="list-style-type: none"> programa básico da disciplina levantamento dos alunos e seus conhecimentos e respectivas competências explanções sobre relatórios 	
03	13		<ul style="list-style-type: none"> Procura de um tipo de peça para a embocadura, etc. 	
03	20		<ul style="list-style-type: none"> Confecc. dos relatórios 	
03	27		<ul style="list-style-type: none"> confecc. currículos 	
04	3		<ul style="list-style-type: none"> Confecc. currículos 	
04	10		<ul style="list-style-type: none"> confecc. de relatórios confecc. sobre procura de embocadura 	
04	17		<ul style="list-style-type: none"> fechados escolares 	
04	24		<ul style="list-style-type: none"> Confecc. de relatórios 	
OBSERVAÇÕES:				
<i>15/5/89</i>				

AG - Fotos – Oficina Mecânica



Fonte: IFSP/2016 – Oficina de Mecânica na década de 1960



Fonte: IFSP/2016 - Oficina de Mecânica na década de 1980

AH – Comunicado - DPAD

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

C O M U N I C A D O

- 1 - Nesta pasta deverão ser conservadas as folhas do Diário de Classe, acumulativamente.
- 2 - Em cada bimestre, o professor deverá entregar no DE a pasta com os Diários de Classe e as tarjetas de notas e faltas.
- 3 - A Coordenadoria de Supervisão Pedagógica, após a análise dos Diários de Classe, encaminhará a pasta diretamente a cada professor.
- 4 - As anotações feitas quanto ao preenchimento dos Diários de Classe, deverão ser observadas e atendidas pelo professor.

PREENCHIMENTO DOS DIÁRIOS DE CLASSE**F R E N T E**

Dia: anotar os dias do mês em que a aula é prevista, de acordo com o Calendário Escolar. É aconselhável que isto seja feito no início de cada bimestre.

Frequência: é "a chamada"; anota-se a falta do aluno em cada aula. Havendo ausência do professor (falta, participação em Congresso, etc) ou da turma (realização de micro-estágio, etc), o fato deverá ser registrado na vertical, no dia correspondente.

Avaliações: registrar a nota de provas, exercícios, trabalhos, etc. É conveniente que sejam feitas, no mínimo, duas avaliações por bimestre.

Nota: é a média aritmética ou a somatória dos valores obtidos pelo aluno nas avaliações (é a mesma nota registrada na tarjeta).

Falta: é o registro do total de ausências do aluno no bimestre (o mesmo da tarjeta).

V E R S O

Aulas dadas:

mês: registrar o mês numericamente.

dia: registrar o(s) dia(s) em que a sub-unidade é desenvolvida.

Unidade: o tema principal que está sendo desenvolvido (consta do Plano de Ensino).

Sub-unidades: os sub-tópicos em que o tema principal está sendo desenvolvido, registrado em correspondência com o(s) dia(s).

Aulas previstas: este campo não será preenchido.

Trabalhos e ou atividades: o que foi realizado em cada aula (exposição pelo professor, atividades práticas em laboratórios, oficinas, trabalho em grupo, resolução de exercícios pelo aluno etc).

Referem-se à estratégia utilizada pelo professor.

Observações: o que o professor julgar necessário anotar. (Sobre um aluno, dia marcado para prova, mudança na sequência das unidades, etc).

T A R J E T A

Deverá ser entregue dentro do prazo, com todos os campos devidamente preenchidos.

Nota: preenchida com três dígitos.

Falta: preenchida com dois dígitos.

Aulas previstas: total previsto de aulas, constantes do Calendário Escolar, não abrangendo as reposições efetuadas no bimestre.

Aulas dadas: somatória das aulas efetivamente dadas, descontadas as ausências da turma ou do professor.

Aulas repostas: somatória das aulas repostas no bimestre.

O Diário de Classe é um instrumento de trabalho do professor, podendo oferecer subsídios para o planejamento do ano seguinte.

[Assinatura]
D.P.A.D.

[Assinatura]
D.E.

[Assinatura]
C.S.P.

/adf.
SAD - C2